UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Haymone Leal Ferreira Neto

Jornal de quem?
Um estudo de caso sobre o Nosso Jornal, da TV
Universitária do Recife

Recife
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Haymone Leal Ferreira Neto

Jornal de quem?

Um estudo de caso sobre o Nosso Jornal, da TV

Universitária do Recife

Trabalho apresentado para a obtenção de título de mestre do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior

Recife

2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Gláucia Cândida da Silva, CRB4-1662

F383j	Ferreira Neto, Haymone Leal. Jornal de quem? Um estudo de caso sobre o Nosso Jornal, da TV Universitária do Recife / Haymone Leal Ferreira Neto. – Recife: O autor, 2012. 168 f. Orientador: Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Comunicação, 2012. Inclui bibliografia e apêndice. 1. Comunicação. 2. Telejornalismo. 3. Televisão pública. I. Pereira Júnior, Alfredo Eurico Vizeu. (Orientador). II. Título. 302.23 CDD (22. ed.) UFPE (CAC2012-42)
-------	--

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Haymone Leal Ferreira Neto

Jornal de quem?
Um estudo sobre o Nosso Jornal, da TV Universitária do Recife

Trabalho apresentado para a obtenção de título de mestre do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior

Prof. Dr. Flávio Antônio Camargo Porcello

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha

Este trabalho é dedicado ao Núcleo de Televisão e
Rádios Universitárias da Universidade Federal de
Pernambuco.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por tudo.

Ao professor Alfredo Vizeu, pela orientação, não só acadêmica.

Aos professores Marco Mondaini, Heitor Rocha e Paulo Cunha pelos apontamentos e sugestões.

Aos amigos e amigas, em especial Augusto César, Schneider Carpeggiani, Fabiana Moraes, Rafael Marroquim e Nara Oliveira, com quem compartilhei tantas angústias acadêmicas.

À equipe do Opinião Pernambuco, em especial a Rômulo Pinto e Andréia Rocha, pela amizade, pelo estímulo e pela compreensão.

DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!

Mário Quintana

RESUMO

NETO, Haymone. **Jornal de quem? Um estudo de caso sobre o Nosso Jornal, da TV Universitária do Recife.** Curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2012.

Este trabalho tem como preocupação os princípios consagrados pelo campo jornalístico, pela legislação brasileira e por documentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) referentes ao funcionamento dos serviços públicos de radiodifusão. Para tanto, usa como exemplo o caso do Nosso Jornal, telejornal local diário veiculado entre 2006 e 2009 pela TV Universitária do Recife. Procuramos buscar pistas sobre os impactos da mudança do regime fordista-keynesiano para o de acumulação flexível em meados da década de 1970 sobre o Estado e sua responsabilidade de regulamentação da “ecologia” da radiodifusão a fim de garantir a liberdade de expressão. Dentro desse contexto, com base nos conceitos de autonomia do campo jornalístico de Pierre Bourdieu e na ideia de telejornalismo como lugar de referência, se debruça sobre os efeitos desse fenômeno no jornalismo, tomando como referência a emissora em questão.

Palavras-chave: telejornalismo; serviço público de radiodifusão; televisão pública.

ABSTRACT

This work is about *Nosso Jornal*, a local news programme broadcasted by TV Universitária, a public station from Recife, Pernambuco. Considering the change from the fordist-keynesian to the flexible accumulation regime in the early 1970's and its impacts on the role of State since then and the idea of television journalism as a “place of reference” in Brazilian society, this analysis is based on the concepts of journalistic field and autonomy, on the Brazilian law and on documents by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) concerning public service broadcasting.

Keywords: public television, public service broadcasting, telejournalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: DEFINIÇÃO, ORIGENS E PRINCÍPIOS DOS SISTEMAS PÚBLICOS DE RADIODIFUSÃO.....	19
1.1. Liberdade de expressão e os sistemas públicos de comunicação.....	19
1.2. O serviço público: origens e definição.....	22
1.3. Concepções de “mídia pública”.....	24
1.4. Características do serviço público.....	25
1.5. Princípios do serviço público.....	28
1.6. O sistema público de comunicação no Brasil.....	31
CAPÍTULO 2: ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOBRE A TELEVISÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	34
2.1. A transição do fordismo para a acumulação flexível.....	36
2.2. Globalismo, globalização.....	40
2.3. Pós-globalização e televisão: o caso brasileiro.....	43
2.4. A cidadania no Brasil durante a ditadura militar e na redemocratização.....	46
CAPÍTULO 3: CAMPO JORNALÍSTICO E AUTONOMIA.....	50
3.1. Bourdieu e o conceito de campo.....	50
3.2. O campo jornalístico: algumas considerações.....	52
3.3. A dupla dependência do campo jornalístico.....	55
3.4. Crítica à autonomia.....	59
CAPÍTULO 4: O NOSSO JORNAL.....	62
4.1. Antecedentes.....	62
4.2. O período Datamétrica.....	65
4.3. O período Fade.....	79
4.4. O fim do Nosso Jornal.....	93

CONCLUSÃO.....	96
REFERÊNCIAS.....	103
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	105
ANEXOS.....	106
A. ENTREVISTADO: PAULO JARDEL.....	106
B. ENTREVISTADO: ALEXANDRE RANDS.....	119
C. ENTREVISTADO: LUIZ LOURENÇO.....	130
D. ENTREVISTADA: GUIDA GOMES.....	148
E. ENTREVISTADO: ISMAEL HOLANDA.....	170

INTRODUÇÃO

Uma das teses centrais do cientista político britânico Benedict Anderson (2008) acerca do surgimento dos nacionalismos está no que ele chama de “capitalismo editorial”. Segundo o autor, o desenvolvimento da imprensa teve um papel fundamental para que fossem imaginadas as nações modernas. Nações, no entendimento dele, fazem sentido para a alma, são objetos de desejos e projeções e são, portanto, legitimadas emocionalmente. A nação “pauta-se pela ideia de que é preciso fazer do novo, antigo, bem como encontrar naturalidade num passado que, na maioria das vezes, além de recente não passa de uma seleção, com frequência consciente” (SCHWARCZ, 2008, p. 10). No Brasil, contudo, como é sabido, ao contrário do que ocorreu mesmo nos outros países latino-americanos, a imprensa nasce tardiamente com a mudança da família real portuguesa em 1808. Até então, a imprensa era proibida na colônia. Em pleno século 19, o Brasil não tinha tipografias, jornais ou universidades.

Não é o objetivo deste trabalho analisar as relações entre a imprensa e o nacionalismo brasileiro, mas a tese de Anderson inevitavelmente nos sugere uma provocação: se a imprensa nasce com atraso por aqui, que fatores explicariam o nacionalismo nesta gigantesca comunidade imaginada chamada Brasil? Como explicar que pessoas de diferentes origens espalhadas num enorme território compartilhem entre si a ideia de integrar uma mesma nação que, a poucos séculos, sequer existia enquanto Estado independente? Arriscamos afirmar que, junto com a língua portuguesa, a radiodifusão, primeiro com o rádio e, mais tarde, com a televisão, teve importante influência nesse fenômeno (e, em alguns momentos da nossa história, especialmente nos períodos autoritários do século 20, foi utilizada deliberadamente com essa intenção). Usamos esse exemplo apenas para dimensionar a importância do desenvolvimento da radiodifusão no Brasil na compreensão não apenas da história, da sociedade e das relações de poder brasileiras, mas do próprio sentimento nacional que compartilhamos com outros milhões de pessoas espalhadas num território de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados.

Mas enquanto a imprensa escrita era (e continua a ser) limitada apenas pela capacidade de cada prensa ou cada gráfica, e foi historicamente protegida pela chamada liberdade de imprensa nas diversas revoluções liberais que ajudaram a fundar a modernidade e suas

consequentes declarações de direitos, a radiodifusão tem características diferentes. Uma das principais delas, e que constitui a base de boa parte da argumentação que desenvolveremos aqui, é o fato de a radiodifusão depender de um bem público e escasso para funcionar, o espectro eletromagnético. Por sua natureza, a radiodifusão depende da ação do poder público, normalmente através do Executivo e do Legislativo, para criar e aplicar regras para seu funcionamento. Mas essa regulamentação, no Brasil, foi sempre frouxa, permissiva e favoreceu o surgimento de fenômenos como o coronelismo eletrônico e o oligopólio das comunicações nas mãos das elites políticas e econômicas do país. A distribuição dessas frequências, na forma de concessões de rádio e televisão, envolveu historicamente interesses políticos e econômicos nem sempre alinhados com o Estado de Direito e a democracia. Esse é um dos motivos que, acredito, explica a tímida presença de agentes públicos (e, como veremos adiante, não necessariamente estatais ou governamentais) e de uma efetiva participação social na “ecologia” da radiodifusão brasileira.

A ausência de agentes públicos e da própria ideia de um serviço público de comunicação, (que, diga-se, foi hegemônico no continente europeu na maior parte do século 20, como provam os casos do Reino Unido com a BBC, da Itália com a RAI e tantos outros) não impediu que o rádio e a televisão no Brasil se tornassem empreendimentos de enorme sucesso e respaldo; “os brasileiros acreditam mais na mídia do que no Governo”, afirmam Alfredo Vizeu e João Carlos Correia (2008, p. 11), com base numa pesquisa divulgada em 2006, o que faz com que a televisão e, mais precisamente, o telejornalismo represente, no pensamento desses dois autores, um “lugar de referência” na sociedade brasileira, funcionando de maneira semelhante à família, aos amigos, à escola e à religião. O telejornalismo, assim, ajuda a construir ao menos uma parte, certamente relevante, da realidade social brasileira.

Não é pouco em se tratando de um cenário tão complexo e plural. Para Peter Berger e Thomas Luckmann (2004), o pluralismo das sociedades modernas leva a uma crise de sentido. O crescimento populacional, as migrações, a urbanização e o surgimento da comunicação de massa foram alguns dos fatores que geraram tal crise. Antes desse fenômeno, que encontra sua expressão plena nas sociedades modernas, os diversos grupos étnicos e religiosos estavam separados espacialmente e, assim, não se viam obrigados a confrontar concepções de mundo e sistemas de valores. No pluralismo, as instituições, antes responsáveis pela orientação do indivíduo, poupando-os da “reinvenção do mundo” a cada dia e tornando-o auto-evidente, são postas em xeque. Nesse contexto, os meios de comunicação têm a importante função de servir como intermediadores entre a experiência coletiva e a individual, oferecendo interpretações

típicas para problemas típicos; eles selecionam, organizam e transformam a interpretação dessas instituições e fazem com que elas cheguem até os indivíduos. Lidar com essa crise de sentido, assim, nas últimas décadas,

Mais ou menos cientes desse papel da comunicação de massa, alguns dos países democráticos mais avançados, como o Reino Unido, entenderam (com alguma ingenuidade, talvez) que o rádio e a televisão, enquanto veículos da produção cultural de um povo ou nação, deveriam ser protegidos de interferências políticas e comerciais (LEAL FILHO, 1997) e para isso criaram instituições responsáveis pela exploração dos serviços públicos de comunicação, quase sempre com a participação de representações da sociedade através de conselhos. Outros, como os Estados Unidos, preferiram entregar a exploração da radiodifusão a entes privados, não sem antes garantir a presença do Estado como regulamentador do setor e discutir e implementar um sistema de comunicação pública não comercial (INTERVOZES, 2009). O modelo brasileiro, influenciado pelo estadunidense mas, especialmente, pelos contextos políticos de cada momento histórico, foi no geral dominado pelo setor privado, até mesmo nas iniciativas do Estado, como no caso da Rádio Nacional, estatal, mas mantida por anúncios publicitários.

No caso específico da televisão, coube ao campo público explorar as televisões educativas, num contexto em que o país se industrializava e sua população migrava para as cidades, precisando assim da mais básica formação educacional. Com a chamada “onda liberalizante” dos anos 1980 em diante, esse sistema, que jamais teve o respaldo de um verdadeiro serviço público de comunicação, foi sucateado e praticamente esquecido (talvez com a exceção da TV Cultura de São Paulo). É só com o surgimento dos movimentos pela democratização da comunicação no país, nos anos 1990, em torno de entidades como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), que a discussão sobre a criação de um sistema de comunicação público ganha fôlego. E, felizmente, do início do século 21 até agora, algumas iniciativas fazem crer que o Brasil pode ter uma ecologia de radiodifusão mais equilibrada e democrática. No momento, basta citar dois fatos. O primeiro foi a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em 2008, responsável pela reunião de diversas emissoras exploradas pelo Poder Executivo federal numa única entidade, com um perfil novo e mais próximo do que se convencionou chamar de público no mundo. E o segundo foi a realização da primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em 2009, que aprovou uma série de propostas de apoio ao sistema público de comunicação brasileiro, legitimando-o e comprovando o reconhecimento da sociedade civil acerca da sua necessidade.

Entendemos que os movimentos recentes pode ainda ajudar a dar ao sistema público de comunicação a sua devida importância na comunicação brasileira e que esse sistema, se e quando em pleno funcionamento, colabore com seu quinhão a imaginar a comunidade Brasil com contornos mais democráticos, justos e igualitários. Este trabalho tem a pretensão de, no que lhe couber, contribuir com essa caminhada.

O telejornalismo numa emissora pública

O presente trabalho tem como objeto o Nosso Jornal, um telejornal local diário apresentado por uma emissora pública, a TV Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ininterruptamente até setembro de 2009.

Essa análise tem por base três eixos: (1) um levantamento bibliográfico acerca da origem histórica e dos princípios que regem o funcionamento dos sistemas públicos de comunicação no Brasil, em outros países e das recomendações de órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para o funcionamento deles; (2) a análise do contexto político e econômico ocasionado pela mudança do regime fordista-keynesiano para o de acumulação flexível e o consequente surgimento de movimentos como a globalização e o neoliberalismo, que causaram impactos severos sobre as políticas públicas (onde se inclui a comunicação pública em todas as suas vertentes) e (3) o conceito de campo jornalístico e o telejornalismo numa emissora pública.

A presença de emissoras públicas na radiodifusão remonta à origem do rádio, quando o potencial dessa tecnologia ainda era desconhecido. No geral, três modelos surgiram nessa gênese: o estatal, o público e o comercial, cada um com suas especificidades. As democracias europeias tenderam para o lado do público; os regimes autoritários, para o estatal e os Estados Unidos, para o comercial. Na trajetória brasileira, é certamente o privado que tem destaque, mas quase sempre aliado às elites econômicas e políticas, por meio do que se convencionou chamar coronelismo eletrônico, e ainda favorecidas por uma legislação incapaz de impedir a concentração do setor, mesmo após a redemocratização. Esse cenário dificultou o estabelecimento de uma ecologia equilibrada da radiodifusão - esse é o termo utilizado em alguns documentos da Unesco (2011-b) que tratam do tema - e dificultou a participação da sociedade civil nos assuntos referentes às políticas públicas de comunicação no Brasil. Trataremos desse assunto no primeiro capítulo.

Se o ambiente da radiodifusão brasileiro, sustentado por estrutura de poder muitas vezes baseada em regimes autoritários, foi, na maior parte do tempo, pouco receptivo a uma

comunicação baseada na lógica do serviço público, esse cenário se torna ainda mais inóspito após as mudanças econômicas e políticas ocasionadas pelas mudanças no regime de acumulação capitalista decorrentes da crise dos anos 1970. Com o que David Harvey (2008) chama de transição do regime fordista-keynesiano para o de acumulação flexível, o decorrente fenômeno da globalização e a ascensão ao poder de líderes e grupos políticos ligados a pensamento neoliberal (a chamada “onda liberalizante”), o papel do Estado enquanto provedor do bem-estar em todas as suas formas é limitado, dificultando ainda mais a existência de um sistema público de comunicação no Brasil. Os efeitos da globalização terão efeitos sobre vários campos da vida humana e, no caso específico da radiodifusão, causou consequências como a concentração de propriedade, desregulamentação, e privatização. Não será diferente no Brasil, mas com o agravante de o país ser dependente de tecnologia estrangeira e estar ainda mais frágil às oscilações da economia mundial. Esse assunto será visto no segundo capítulo.

Neste cenário, é preciso notar que todo o campo jornalístico, desde sempre fortemente influenciado pelos campos econômico e político e, portanto, carente de autonomia, passou (e persiste passando, eu diria) por dias difíceis. Num campo em que, como ressalta Pierre Bourdieu (1997), ao contrário do que creem os liberais, a concorrência tem o efeito de homogeneizar, e não de diversificar, e que o sistema público de comunicação, em tese mais autônomo em relação às pressões mercadológicas e governamentais, teria a responsabilidade de distorcê-lo a fim de pressionar os demais agentes a seguir o mesmo caminho (o que, de certa forma, está previsto na Constituição Federal de 1988, quando esta ressalta a *complementaridade* entre os sistemas privado, estatal e público), o cenário que se verifica é justamente o contrário: uma televisão pública vinculada a um Estado que mal tem recursos e capacidade de resolver os problemas mais elementares da sociedade, como a saúde e a segurança pública; sem participação da sociedade civil em suas decisões; sem aparatos legais que garantam sua independência; encrustada numa radiodifusão majoritariamente privada e altamente oligopolizada; submetida a um discurso hegemônico que associa o público ao ineficiente e dispendioso e, por outro lado, glorifica o mercado, a privatização e o consumo; entregue à própria sorte para obter recursos. Uma reflexão mais aprofundada sobre esse tema está no terceiro capítulo.

A partir desses três elementos, a pesquisa busca entender os fatores que ocasionaram o surgimento, como funcionava o telejornal e que motivos levaram ao término das atividades do citado telejornal, usando como metodologia as entrevistas individuais em profundidade. Sobre esse assunto, cabem aqui algumas linhas.

Metodologia

As entrevistas são uma técnica clássica de obtenção de informações, consagrada pelas diversas vertentes das ciências sociais, como a sociologia, a educação, a psicologia e, evidentemente, a comunicação. Esta técnica se distancia da quantificação e da representação estatística; busca, em vez disso, qualidade e intensidade nas respostas, permitindo ao entrevistador o ajuste livre das perguntas e a interpretação e a reconstrução dos fatos por parte do pesquisador (DUARTE, 2010, pp. 62-63). Não cabe a esta metodologia o teste de hipóteses, o tratamento estatístico nem a definição da amplitude e da quantidade dos fenômenos analisados, mas sim a compreensão de uma situação. Defendo que essa é a metodologia adequada para a compreensão de um fenômeno único (o surgimento, o funcionamento e o término de um telejornal), que não pode ser quantificado nem comparado com outros, dada a sua singularidade.

O formato das entrevistas é semiaberto: elas partem de um roteiro-base, fundamentado nas teorias que embasam a pesquisa. São, dessa forma, entrevistas semiestruturadas, que podem eventualmente fugir do roteiro previsto à medida em que os temas são abordados nas respostas. A seleção dos entrevistados vai levar em conta a capacidade de eles contribuírem para a compreensão do problema proposto e, portanto, envolverá as pessoas envolvidas com a criação, o modelo de financiamento, o processo decisório, a direção, a edição geral, a apresentação e as demais etapas da produção do telejornal. É facultada a possibilidade de novos entrevistados serem indicados pelos previamente selecionados e estas entrevistas serem incluídas na análise dos dados. O material será gravado em áudio a fim de garantir a fidelidade das respostas. A análise das entrevistas está no quarto capítulo do trabalho, que antecede a conclusão.

O método empregado é semelhante, assim, à pesquisa-ação, adaptado de Thiollent (1992), definido como uma estratégia de pesquisa, na qual existe uma ação por parte do investigador, com vistas à transformação da realidade concreta, através da qual ele pretende também aumentar o seu conhecimento e a consciência dos sujeitos pesquisados a respeito da problemática estudada, envolvendo a prestação de serviço, a observação sistemática, o diálogo com os sujeitos pesquisados que acontece tanto em situações informais como em situações planejadas que ocorrem sob a forma de entrevistas, e o retorno aos sujeitos da elaboração teórica que o pesquisador faz a partir dos dados coletados. O recurso à entrevista não diretiva, por oposição à entrevista dirigida, tem o objetivo de contornar certos

cerceamentos das entrevistas por questionário com perguntas fechadas que representam o pólo extremo da diretividade. Com efeito, numa entrevista por questionário, existe estruturação completa do campo proposto ao entrevistado, este só pode responder as perguntas que lhe são propostas nos termos formulados pelo pesquisador (THIOLLENT, 1982).

Uma observação pessoal

Estudar e pesquisar o sistema público de comunicação e, mais especificamente, o Nosso Jornal, foi uma escolha motivada não apenas pelo interesse que desenvolvi acerca do tema ainda nos anos da graduação na Universidade Católica de Pernambuco e pela militância no movimento estudantil de comunicação, mas também e especialmente pela minha atuação profissional desde 2009 como jornalista do Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias (NTVRU). Trabalhei como produtor nos últimos dias do telejornal e foi dentro dessa redação que desenvolvi a ideia do projeto de pesquisa. Creio que a observação se faz necessária a fim de situar o leitor em relação à minha posição em relação ao objeto estudado. Longe de me apoiar na ideia de uma ciência positivista e numa visão dogmática de objetividade, e ao mesmo tempo ciente da necessidade de esclarecer minha relação com o que será analisado adiante, acredito que a metodologia escolhida para a pesquisa, associada à minha experiência particular no ambiente estudado, são favoráveis a uma aproximação do objeto analisado e a uma melhor interpretação do texto das próximas páginas.

1. DEFINIÇÃO, ORIGENS E PRINCÍPIOS DOS SISTEMAS PÚBLICOS DE RÁDIO-DIFUSÃO

1.1. Liberdade de expressão e os sistemas públicos de comunicação

A liberdade de expressão é, no nosso entendimento, o direito humano básico que fundamenta a necessidade de existência dos sistemas públicos de comunicação e, por isso, cabem aqui algumas linhas acerca do tema. Nas principais revoluções fundadoras do mundo contemporâneo, como a Revolução Gloriosa, na Inglaterra, a Revolução Francesa e a Revolução Americana, a liberdade de expressão foi elencada entre os direitos fundamentais para a vida e o desenvolvimento humano, bem como para a preservação de todos os outros direitos humanos. A Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos, aprovada em 1789 e ratificada pelos estados em 1791, diz:

O congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos; **ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa**, ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de dirigir ao Governo petições para a reparação do seu agravo (LIMA, 2010, p. 143, grifos nossos).

No mesmo sentido, na França, a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 afirma no artigo 11 que “a livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei” (Ibid., p. 144).

A invenção da imprensa, contudo, alterou profundamente o entendimento sobre esse direito. Como escrevem Mendel e Solomon,

Não bastava mais garantir o direito de cada indivíduo de procurar, difundir ou receber informações, livremente, na interação com os demais indivíduos. Era preciso ir além, garantindo esse direito na relação com um intermediário que potencializava radicalmente o alcance das opiniões, informações e ideias: os meios de comunicação de massa (2011-b, p. 7).

Para isso, se fazia necessária a existência de uma imprensa pluralista, livre, diversificada e independente. Esta necessidade persiste. As declarações de direitos humanos mais recentes trataram do tema da liberdade e expressão e o aperfeiçoam, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que, em seu artigo 19, o consagra ao afirmar:

toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito

inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (HUNT, 2009, p. 233).

Uma série pactos e declarações de direitos posteriores, ratificados pelo Brasil, consolidam a liberdade de expressão. É o caso do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) de 1966, que diz, também no artigo 19:

1. Toda pessoa tem o direito de expressar suas opiniões.
2. Toda pessoa tem direito à liberdade de expressão; este compreende a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de fronteiras, seja oralmente, por escrito, de forma impressa ou artística ou por qualquer outro meio à sua escolha (MENDEL e SOLOMON, op. cit., p. 10)

E também da Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969, que dedica o artigo 13 ao tema das liberdades de pensamento e expressão e afirma, no primeiro inciso:

toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha (LIMA, op. cit., p. 145).

A liberdade de expressão tem, segundo Mendel e Solomon (op. cit., p. 11), um caráter dual, consagrado pelas cartas de direitos humanos internacionais e também pelos tribunais: garante não apenas o direito de divulgar informações e ideias, mas também o de buscá-las. É, portanto, não apenas um direito individual, mas também coletivo. É aí que se faz necessária a mídia em todas as suas formas.

Contudo, com o surgimento da radiodifusão (especialmente da televisão) e o seu protagonismo do século 20 em diante, o desafio de garantir esse caráter dual da liberdade de expressão se torna ainda mais complexo, dadas as limitações do espectro eletromagnético e a necessidade de sua regulamentação pelo Estado, que é quem afinal gerencia a utilização de suas frequências.

Desde o surgimento da radiodifusão, os esforços dos Estados nacionais e de entidades como a Organização das Nações Unidas têm surgido no sentido de estabelecer ou orientar uma regulamentação e uma “ecologia” da mídia que contemple a proteção e a ampliação da liberdade de expressão e dos demais direitos humanos. É consenso nas cortes internacionais a necessidade de regulamentações distintas para cada tipo de mídia, e, no caso da televisão, que “entra” na casa das pessoas, é admitida uma normatização mais invasiva do que a estabelecida para os impressos, por exemplo. Para tal, faz-se necessária a existência de órgãos reguladores

independentes, protegidos de influências externas dos campos político e econômico (Ibid., p. 12-15).

Para que seja garantida a liberdade de expressão na radiodifusão, os Estados devem regulamentar este bem público, o espectro de frequências, com base nos princípios da diversidade e da pluralidade. Novamente cito Mendel e Solomon, quando eles afirmam:

é a diversidade de pontos de vista que permite às pessoas exercerem plenamente a cidadania, participando do processo público de tomada de decisões por meio da escolha entre posições e propostas divergentes. A necessidade de pluralidade também advém do direito de buscar e receber informações e ideias. No cerne desse aspecto do direito, está o conceito de que os cidadãos devem ter acesso a uma ampla gama de perspectivas e análises por meio da mídia – em outras palavras, acesso a uma mídia diversificada (Ibid., p. 16).

Cabe assim ao Estado a criação de um ambiente em que possa florescer uma mídia independente, diversificada e pluralista. Por este motivo, as relatorias especiais para a proteção da liberdade de expressão das Nações Unidas, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), junto com a Comissão Africana, adotaram em 2007 a Declaração Conjunta sobre a Diversidade na Radiodifusão. Este documento faz menção a três atributos-chave para a mídia: diversidade de veículos, diversidade de fontes e diversidade de conteúdos.

No que diz respeito à diversidade de veículos, é papel do Estado assegurar a existência de três modalidades de emissoras: comerciais, comunitárias e públicas, com acesso equitativo às plataformas de distribuição disponíveis. Os demais atributos fazem menção à adoção de medidas que impeçam a formação de monopólios e a concentração do setor e também de estímulo à produção independente e a conteúdos que promovam a diversidade.

O serviço público de radiodifusão é um dos indicadores utilizados pelo Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC, sigla em língua inglesa para International Programme for the Development of Communication) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para avaliar o desenvolvimento dos meios de comunicação nos diversos países. De acordo com o documento Indicadores de Desenvolvimento de Mídia: Marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação, coordenado por esse órgão, os canais de mídia são “a plataforma pública pela qual o direito [à liberdade de expressão] é efetivamente exercido” (UNESCO, 2008, p. 3, com complemento entre colchetes de nossa autoria). A mídia então pode ser considerada como:

- um canal de informações e educação pelo qual os cidadãos e as

cidadãos podem comunicar-se entre si um difusor de matérias, ideias e informações (sic);

- um corretivo para a “assimetria natural da informação” [...] entre governantes e governados e entre agentes privados concorrentes;
- um mediador do debate bem fundamentado entre diversos atores sociais, estimulando a resolução de conflitos por meios democráticos;
- um meio para o autoconhecimento da sociedade e para a construção de um espírito de comunidade; um meio que molda a compreensão de valores, costumes e tradições;
- um veículo para a expressão cultural e coesão cultural dentro e entre as nações;
- uma entidade de fiscalização do governo em todas as suas formas, promovendo a transparência na vida pública e o escrutínio público dos detentores do poder por meio da exposição da corrupção, da improbidade administrativa e dos crimes da iniciativa privada;
- um instrumento para aumentar a eficiência econômica;
- um mediador essencial do processo democrático e um dos garantidores de eleições livres e justas;
- um legítimo defensor e ator social, respeitando valores pluralistas.

Segundo este documento, o jornalismo independente é “um meio necessário, porém insuficiente para fortalecer a boa governança e promover o desenvolvimento humano”. Dada essa insuficiência, duas condições se impõem: os canais de comunicação devem ser livres e independentes dos interesses estabelecidos e deve haver acesso generalizado à mídia. Ou seja, não basta que a mídia não tenha restrições; é preciso que todos os setores da sociedade, em especial os mais marginalizados, tenham a possibilidade de acessar a mídia para obter informações e divulgá-las. Por todos esses motivos, é necessária uma intervenção estatal, tanto na mídia privada como nas comunitárias e públicas, a fim de promover um ambiente midiático em que se garanta a liberdade de expressão, o pluralismo e a diversidade.

1.2. O serviço público: origens e definição

A responsabilidade sobre a quem cabia e como deveria ser feita a radiodifusão foi um questionamento surgido ainda nos primórdios do rádio, quando essa tecnologia ainda era pouco conhecida e difundida (UNESCO, 2000). Três modelos daí surgiram: o comercial, o estatal e o público. Nos Estados Unidos, por exemplo, chegou-se à conclusão de que o interesse público seria preservado deixando a radiodifusão sob controle do setor privado, operando sob a lei econômica da oferta e da demanda. A presença direta do Estado neste setor não era, para os estadunidenses, bem vinda. Outros países preferiram confiar ao Estado a preservação do interesse público, confiando a ele o monopólio na operação dos serviços de radiodifusão. O terceiro modelo, por sua vez, parte da desconfiança em relação a ambos os

anteriores: nem o mercado, nem o Estado, sozinhos, atingem o objetivo de preservar o interesse público, consagrado de informar, educar e entreter. É o modelo que norteou a criação da British Broadcasting Corporation (BBC, sigla em inglês para Corporação Britânica de Radiodifusão), empresa que opera o sistema público do Reino Unido.

O serviço público de radiodifusão, sob essa lógica, deve ser entendido como “a radiodifusão realizada, financiada e controlada pelo público e para o público. Não é comercial nem estatal; é isento de ingerência política e pressões de correntes comerciais” (MENDEL e SOLOMON, 2011-a., p. 37-38). A existência do serviço público parte da premissa de que o mercado sozinho não dá conta das demandas da sociedade em relação à radiodifusão. O que define o serviço público, aqui, é a proteção contra ingerências políticas e econômicas em relação a gestão, orçamento e política editorial.

Quanto à publicidade, ela deve ser limitada ou inexistente. Em relação à programação, pode estar inclusa na competência do serviço público jornalismo, debates, programas locais, sempre prezando pela diversidade, pela criatividade e pela originalidade. Para cumprir seu papel, o serviço público de radiodifusão deve dispor dos recursos técnicos necessários, ser gerido por um órgão gestor independente e autônomo, receber as reclamações do público (através de ouvidorias, por exemplo) e interagir com as organizações da sociedade civil e a população.

Segundo Leal Filho, a concepção ou, mais precisamente, a formulação ideológica sustentadora do modelo de radiodifusão europeu até os anos 80 determinava que “o rádio e a televisão são veículos da produção cultural de um povo ou de uma nação e, para exercerem essa tarefa não podem ser contaminados por interferências políticas e comerciais” (1997, p. 17). De acordo com o autor, três foram as razões para adotá-lo: uma cultural, outra técnica e ainda uma política.

A razão cultural, além de visar neutralizar tanto a interferência comercial quanto a governamental, tinha o objetivo de formar um cidadão mais “inteligente e iluminado” (BRIGGS, 1985, apud LEAL FILHO, op. cit., p. 18) e vislumbrava uma função para a radiodifusão semelhante a das universidades e museus. Nem o modelo estatal soviético, nem o comercial estadunidense daria conta dessa tarefa. A razão técnica diz respeito à detenção do controle do espectro eletromagnético de cada país pelos Estados nacionais.

Já a razão política se refere ao momento histórico vivido no surgimento do rádio, ainda nos anos 20. Vivia-se na Europa a expansão de regimes autoritários como o nazista na Alemanha e o fascista na Itália, havia a ameaça do comunismo na União Soviética e tomava corpo uma crise econômica que culminaria com a quebra da bolsa de valores em Nova York

em 1929. O modelo de radiodifusão instituído garantia, assim, um monopólio das elites britânicas e garantia o controle social em nome de valores culturais e de uma educação moral (JAMBEIRO, 1994, apud LEAL FILHO, op. cit., p. 20).

1.3. Concepções de “mídia pública”

A ideia de um serviço público necessariamente controlado pelas elites não, é, contudo, o único conceito de serviço público de radiodifusão. Ele sofreu mutações no decorrer da história que merecem detalhamento. Valente (2009, p. 26) cita seis concepções de “mídia pública”: a elitista, a educativa, a não estatal, a alternativa à mídia comercial, a culturalista e, por fim, a que a vê como aparelho de Estado. A abordagem elitista, como vimos, norteou a construção de vários sistemas públicos europeus de comunicação. Vê a mídia como instrumento para difundir os conhecimentos julgados relevantes pela elite cultural e intelectual. A segunda abordagem, a educativa, muito presente na América Latina e em especial nas tevês educativas brasileiras, vê na mídia pública um instrumento de ampliação da formação educacional da população.

A concepção que vê a mídia pública como alternativa ao modelo comercial é a que norteou a criação do Public Broadcasting Service (PBS) norte-americano e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). De acordo com Valente,

o contexto desta perspectiva é o cenário de hegemonia dos meios de comunicação comerciais e o enviesamento dos conteúdos transmitidos por estes, que seguem a lógica da produção de audiências para a venda de anúncios publicitários em detrimento do atendimento das diversas necessidades do(s) público(s).

Ao se afirmar pela negação de algo, do modelo comercial, o predicado público circunscreve tudo o que não faz parte do seu oposto, ou seja, o público seria outro termo para designar tudo o que não é comercial (*ibid.*, p. 33).

Segundo esta abordagem, a mídia pública deve ter como foco uma multiplicidade de públicos e produzir conteúdos para cada um deles. Já a concepção que vê o sistema público de comunicação como não estatal, por sua vez, enfatiza a necessidade deste sistema ter sua independência protegida das influências do mercado e do controle governamental para garantir que produzam conteúdos críticos. A autonomia é assegurada através de conselhos representativos da sociedade e de fontes de financiamento distintas da publicidade (para fugir do perfil comercial) e sem interferência dos governantes.

A concepção culturalista adiciona a anterior a ideia do compromisso com a diversidade

cultural. Jesus Martín-Barbero, um dos autores deste último grupo, define a tevê pública como aquela que interpela o público enquanto cidadão. Para ele, o caráter público é entendido como “o que é comum, o mundo próprio de todos”. Ele toma por base o pensamento de Hannah Arendt, para quem o público é “o que se difunde, o que se 'anuncia' entre a maioria”, e de Richard Sennett, que se refere ao público como “aquele espaço da cidade (desde a ágora grega) no qual as pessoas se juntam para intercambiar informações e opiniões, para perambular ouvindo e se entreter polemizando”. (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 50).

Por fim, a concepção que vê a mídia pública como aparelho de Estado, ligada à tradição marxista, entende-a como instrumento destinado a garantir os interesses gerais das classes dominantes, detentoras do poder estatal.

1.4. Características do serviço público

Uma das características fundamentais do serviço público de comunicação é a existência de um contrato social ou mandato, geralmente em forma de lei. É através dele que a sociedade define a sua razão de funcionamento, os serviços que devem ser prestados, que objetivos devem ser cumpridos e os motivos pelos quais o Estado deve destinar-lhe recursos, além dos mecanismos de transparência na prestação de contas (no geral, julgadas pelo Poder Legislativo e/ou por uma agência reguladora). Não se trata de uma “camisa de força”, mas sim de uma carta de diretrizes e princípios para a programação. Entre as obrigações contidas nesses contratos sociais, é comum que conste o dever de oferecer programas informativos, tratar o debate público de forma equilibrada e imparcial, respaldar a cultura local do país, incentivar a produção local, veicular programas educativos e prezar pela qualidade.

Condição fundamental para que os serviços públicos de comunicação cumpram sua função é garantir sua independência do campo econômico e, principalmente, do político. Para Mendel e Solomon,

Se as PSBs [*public service broadcasting*, sigla em inglês para serviço público de radiodifusão] não tiverem liberdade de transmitir noticiários e outros conteúdos de atualidade de forma balanceada, usando critérios jornalísticos para selecionar as notícias relevantes, sua capacidade de contribuir para a diversidade será prejudicada. Mais grave ainda será o impacto num cenário eleitoral. (2011-a, p. 49, com informações entre colchetes de nossa autoria).

Isso não quer dizer que o serviço público de comunicação não seja assunto dos poderes, em especial do Legislativo e do Executivo, mas cabe a eles a elaboração de políticas e diretrizes,

e não um controle direto.

A proteção da independência dos serviços públicos de radiodifusão costuma ser feita através de duas instâncias. A primeira consiste na criação de um conselho independente, formado por integrantes de diversos setores representativos da sociedade e, nos melhores casos, eleito de forma participativa e transparente. Este colegiado é responsável pelas diretrizes gerais e pela supervisão. A segunda instância garante à operação interna da emissora (jornalistas, produtores etc.) autonomia para elaborar o conteúdo da programação. Por exemplo: não cabe a esse conselho a determinação da pauta do telejornal, e sim aos repórteres, editores, produtores, diretores e demais profissionais envolvidos em sua feitura. Em alguns casos, como no Reino Unido, existe ainda uma terceira instância, o conselho de audiência.

O financiamento é outro aspecto fundamental para garantir o bom funcionamento dos serviços públicos de radiodifusão. Uma vez que a maioria das emissoras têm em seu contrato social o compromisso de oferecer uma programação de qualidade que garanta a diversidade, grandes volumes de recursos são necessários para a efetivação desses preceitos. Produzir uma programação mais incrementada e que explore aspectos e gêneros não contemplados pela televisão comercial exige apoio financeiro do poder público, e isso é obtido de diversas formas. Alguns serviços públicos contem com algum tipo de financiamento oriundo de patrocínios ou publicidade (como o brasileiro, que permite a modalidade do apoio cultural), e na Europa é frequente o pagamento de taxas sobre a propriedade de aparelhos de televisão e rádio ou associadas a outros tributos.

Blumler (1992, apud LEAL FILHO, 1997, p. 23) aponta nos serviços públicos do continente europeu, apesar das diferentes relações entre essas entidades e os demais atores envolvidos com a radiodifusão, seis características comuns. A primeira é a existência de uma ética da abrangência. Ela os obriga a servir a todos os públicos, em contraponto ao modelo estadunidense, em que o serviço público aponta para uma audiência distinta da televisão comercial. Essa característica se explica pela forma de financiamento dos serviços europeus, por meio de taxas pagas por todos os proprietários de rádios e televisores, enquanto nos Estados Unidos a maior parte dos recursos para o sistema público vem de doações.

A segunda característica é a existência de contratos sociais amplos, que mais servem para dar orientações gerais à atuação dos serviços públicos do que propriamente para restringir sua atuação. A terceira se refere à pluralidade e dá conta da noção de que há uma multiplicidade de audiências a ser atendida pelo serviço público, e de que esse conjunto deve estar presente de alguma forma no serviço, através, por exemplo, da composição

representativa dentro dos conselhos públicos das emissoras. É essa característica que serve para justificar a produção de produtos televisivos que, pelo alto custo e pela audiência relativamente baixa, não interessam à televisão comercial.

O papel cultural é a quarta característica comum aos serviços de radiodifusão públicos europeus, e diz respeito ao papel deles na difusão da cultura, da arte e da intelectualidade para a população. Neste aspecto, vale ressaltar o dever de destacar ideias e manifestações artísticas menos populares, “ampliando mentes e horizontes, e talvez desafiando suposições existentes acerca da vida, da moralidade e da sociedade” (idem, p 24).

A quinta característica é a politização. Os serviços públicos de radiodifusão europeus podem oscilar entre um modelo supostamente mais neutro, como o do Reino Unido, e um mais intervencionista, como o italiano. Mas, em todo caso, estão estruturados de modo a se submeter a pressões de diversos setores da sociedade, muitas vezes antagonistas, o que resulta num equilíbrio tido como positivo para a democracia.

A percepção da presença da radiodifusão pública numa zona de conflito entre cultura e lucro é, por fim, a sexta característica dos serviços europeus. Foi ela a responsável pela criação de mecanismos destinados a preservar a independência e o interesse público em suas programações.

No Brasil, a Empresa Brasil de Comunicação é o organismo que mais se assemelha a um serviço público de comunicação, embora alguns estados também tenham emissoras não comerciais, como Pernambuco, que, além de uma televisão universitária, tem a TV Pernambuco. Teve em 2010 um orçamento da ordem de R\$ 500 milhões (BRASIL, 2010). Para Mendel e Solomon, contudo, a radiodifusão pública brasileira “é um setor muito pouco desenvolvido e precisa de mais recursos para atender às necessidades do país, no campo de difusão de conteúdo de interesse público”. Outra crítica dos autores diz respeito à falta de independência da EBC em relação ao governo, uma vez que seus dirigentes são nomeados diretamente pelo Governo Federal.

No entanto, no contexto mundial, o serviço público de comunicação enfrenta uma série de ameaças, com a proliferação de canais comerciais, que faz brotar o questionamento acerca da função social e do custo dessas organizações. Num país como o Brasil, em que o serviço público tem pouca força e é relativamente recente, esse impacto é difícil de ser medido. Mas, como dizem Mendel e Solomon,

as emissoras públicas dividem espaço hoje com, literalmente, centenas de canais que atendem a diversos interesses e públicos de diversos nichos, e ficam para trás na competição com concessionárias comerciais na transmissão de eventos esportivos. No Canadá, por exemplo, a CBC

[Canadian Broadcasting Company] deixou de transmitir os Jogos Olímpicos de Inverno, realizados em Vancouver. Foi a primeira vez que a emissora pública canadense deixou de cobrir uma olimpíada, legando toda a transmissão para a televisão comercial (2011-a, p. 46).

Para os autores, este cenário de segmentação da audiência pode ajudar a redefinir o papel do serviço público de radiodifusão no mundo, mas reforça ainda mais a necessidade de garantir a independência editorial e a transparência em relação à sociedade. No primeiro caso, é relevante anotar que o serviço público tende a ser mais fácil de controlar pelos governos, uma vez que geralmente depende deles para o seu financiamento. Além disso, num mundo onde a austeridade e o corte de gastos públicos são as bandeiras da maioria dos governos, a política de subsídio aos meios de comunicação públicos é, como todos os investimentos sociais, posta em xeque.

1.5. Princípios do serviço público de radiodifusão

De acordo com a Unesco (2000, pp. 11-13), quatro princípios devem nortear a atuação das emissoras públicas. O primeiro deles é a universalidade: a radiodifusão pública deve ser acessível a cada cidadão do país em questão. Ele existe a fim de pressionar os radiodifusores públicos a se dirigir à população inteira e buscar ser um instrumento para o maior número possível de pessoas. Não se trata de lutar por uma maior audiência, mas sim de tornar a programação acessível para a íntegra da população. Também não se trata de uma questão técnica ou geográfica, portanto, não se refere necessariamente à obrigação do sinal atingir a todos os lares. Refere-se ao dever do material produzido ser compreensível por toda a coletividade. Essa compreensão, por sua vez, não é sinônima do popularesco: trata-se de não elitizar a programação, não torná-la inacessível aos demais segmentos da população.

O segundo princípio é a diversidade, que se subdivide em três tipos: de gêneros de programas, de públicos-alvo e de assuntos discutidos. No que diz respeito aos gêneros, o princípio reza que o serviço público deve ter diversos tipos de programas, dos infantis aos noticiários. Deve atingir a todos mas não necessariamente em todos os momentos, e sim na totalidade da programação, atendendo assim a todas as audiências. E, em relação aos assuntos, é primordial para o serviço público buscar abarcar toda a grande quantidade de temas em pauta na sociedade em cada momento.

O princípio da independência, como dissemos anteriormente, exige que o serviço público seja um fórum em que informações, opiniões, críticas e ideias circulem livremente.

Para isso, deve se manter protegido das influências dos campos político e econômico. Por fim, o quarto princípio: a distinção ou perceptibilidade (*distinctiveness* no original). Propõe que o serviço público busque se distinguir dos outros tipos de radiodifusão a fim de ser reconhecido dessa maneira pelo público. Não é o caso de necessariamente produzir tipos de programas não presentes nas outras emissoras ou abordar assuntos que não interessam às comerciais ou estatais, mas de fazer diferente. É na busca por esse princípio que o serviço público pode inovar, desenvolver novos gêneros e, assim, influenciar a radiodifusão como um todo.

Os quatro princípios básicos do serviço público de radiodifusão definidos pela Unesco partem de diversas experiências ao redor do mundo, sendo o caso britânico da BBC um dos mais emblemáticos e influentes, a ponto de ser considerado o melhor do mundo por especialistas (LEAL FILHO, 1997). Embora a origem da BBC remonte aos anos 1920 e sua função e estrutura tenham mudado consideravelmente com o passar das décadas, os princípios que norteiam o serviço público britânico foram definitivamente explicitados em 1985. Naquele momento, a emissora sofria as fortes pressões privatizantes dos anos Thatcher e discutia-se a inclusão de publicidade na sua programação. Esse cenário motivou uma pesquisa que envolveu intelectuais, jornalistas, produtores e diretores de rádio e televisão unidos em torno da meta de estabelecer um consenso acerca dessas diretrizes. A Broadcasting Research Unit, órgão independente mantido pela corporação, condensou o material e publicou estes oito princípios, que funcionam como “tipos ideais” para nortear a programação (Ibid., p. 60).

O primeiro dos princípios é a universalidade geográfica. O serviço público de radiodifusão, assim como o saneamento básico ou o serviço de correios, deve ser oferecido em todo o território, e é direito da população ter acesso a ele.

O segundo princípio é o apelo universal: todos os gostos e interesses devem estar presentes na programação. Para tal, foram criados canais complementares a fim de transmitir uma programação mais ampla (hoje, a BBC tem, só no Reino Unido, oito canais de televisão e oito de rádio nacionais, fora os locais). Ainda segundo este princípio, o serviço público não deve se voltar necessariamente para a busca de audiência, nem ignorá-la, mas sim atingir à maior proporção da população possível. É evidente que, como aponta Leal Filho, com o aumento da imigração e a diversificação da população, este sentimento de nação homogênea e possível de ser abarcada integralmente pelo serviço público é abalado (mesmo que, a título de exemplo, nos dias de hoje, a BBC tenha uma emissora de rádio destinada unicamente ao público asiático, a Asian Network, uma prova de que esse princípio, eficaz ou não, continua válido). Para Barnett e Docherty (*apud* LEAL FILHO, op. cit., p. 61) uma das funções dessa diretriz é evitar que o serviço público “atue num vácuo” e afastar a acusação de elitismo. Seu

cumprimento, assim, exige um sistema de regulação da radiodifusão que crie uma “identidade de propósitos entre o *broadcasting* público e o privado”.

O terceiro princípio é a universalidade de pagamento: o serviço público de radiodifusão deve ser pago por todos os usuários, novamente tomando como exemplo o serviço de correios ou saneamento básico. Embora questionado pela multiplicação de canais, especialmente de televisão paga, é também através desse princípio que se garante a independência da BBC em relação ao campo econômico.

A independência é o quarto princípio do serviço público de radiodifusão britânico. Essa independência diz respeito tanto a interesses particulares quanto aos governos, e é preservada através de conselhos públicos, com o objetivo de garantir a isenção da atividade. Historicamente, contudo, há casos de ingerência dos governos dentro da corporação, com grande repercussão no parlamento e na imprensa.

O quinto princípio diz respeito à obrigação de preservar a identidade nacional e a comunidade. Leal Filho ressalta que essa ideia pode ser acusada de chauvinista, mas encontra muito respaldo nos serviços públicos de radiodifusão, em especial no francês. A atenção às minorias é o sexto princípio do serviço público britânico, e deve ser entendido de forma ampla, não levando em conta “só caribenhos, maoris, aborígenes, esquimós e polinésios, mas também mulheres, adolescentes, seitas religiosas, amantes da jardinagem, do jazz etc...” (BARNETT e DOCHERTY apud LEAL FILHO, op. cit., p. 63).

O sétimo princípio é a competição. Admite-se o uso de pesquisas de audiência no serviço público, mas essa concorrência deve ser baseada na qualidade dos programas e não nos números, e deve ocorrer “entre produtores e entre emissoras como forma de encorajar a confiança profissional, promover o interesse na busca de melhores formatos e estilos, além de estimular a consciência e a reação do público a respeito dos programas recebidos” (Ibid., p. 63). Por fim, o oitavo princípio visa preservar a criação, e determina que os princípios orientadores do serviço público devem servir mais para dar liberdade a quem trabalha nele do que para restringir sua atividade.

No caso brasileiro, a Constituição Federal dedica um dos seus capítulos para a comunicação social e, nele, o artigo 221 estabelece princípios gerais para a radiodifusão.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (BRASIL, 1988).

Para o serviço público, esses princípios são complementados pela lei nº 11.652 de 2008, que institui os princípios e objetivos de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta (como a TV Universitária do Recife) e cria a EBC. Ela estabelece em seu artigo 2º nove princípios para o serviço público de radiodifusão brasileiro. São eles:

- I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo;
- III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV - promoção da cultura nacional, estímulo da produção regional e à produção independente;
- V – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;
- VI – não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou opção sexual;
- VII – observância dos preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;
- VIII – autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e
- IX – participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira (BRASIL, 2008).

1.6. O sistema público de comunicação no Brasil

O surgimento do serviço público de radiodifusão no Brasil remonta à década de 1930. O marco zero dessa história está fincado na doação ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro por Edgard Roquette-Pinto (VALENTE, 2009, p. 270) em 1936. A doação foi feita sob a condição de que fosse mantido o caráter educativo e cultural da emissora. A Rádio MEC, como passou a ser chamada, existe até hoje, tendo sido incorporada à EBC. No mesmo ano, foi criada pelas Organizações Victor Costa a Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Ela seria incorporada, junto com outras empresas, em 1940 pela ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (SAROLDI e MOREIRA, 2005, p. 53). Apesar disso, manteve o perfil comercial, com venda de anúncios publicitários e inovações, como a criação de uma Seção de Estatísticas, que a ajudou a conquistar o primeiro lugar de audiência naqueles anos. Foi o principal meio de radiodifusão brasileiro até meados da década de 50.

A primeira ideia de uma televisão pública brasileira remonta à década de 50, com o

projeto de uma tevê ligada à Radio Nacional do Rio de Janeiro (VALENTE, op. cit., p 270). O presidente Vargas, em seu segundo governo, chegou a outorgar uma concessão para o financiamento da emissora, mas, devido a interesses políticos contrários, ela não saiu do papel. O governo de Juscelino Kubitschek confirmou a outorga à Rádio Nacional em 1956, mas, no ano seguinte, repassou-a às Organizações Globo.

O debate sobre a criação de uma televisão pública no Brasil só é retomado em meados dos anos 60. O motivo, contudo, não foi a demanda por informação, cultura e entretenimento, mas sim por educação. O país se industrializava rapidamente e não dispunha de mão de obra qualificada; por isso, as primeiras televisões públicas foram criadas para fins pedagógicos. Em 1967, através do Decreto-Lei nº 237, a radiodifusão educativa foi regulamentada. No mesmo ano, foi criada a TV Universitária de Pernambuco, primeira de várias que seriam implementadas em todo o país. Na gênese da televisão pública brasileira, em plena ditadura militar, o telejornalismo não encontrou um ambiente propício à sua consolidação. De acordo com Fradkin,

“a televisão educativa foi implantada, no Brasil, sem obedecer a um planejamento que decorresse de uma política setorial de Governo. Algumas emissoras tiveram como raiz de sua criação razões de ordem política, outras deveram sua existência à tenacidade individual de idealistas, e poucas foram as que surgiram com objetivos explicitamente definidos (2003, p. 1).

Entre 1967 e 1974 oito emissoras de televisão educativas foram criadas, além da pernambucana: as TVEs do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande do Sul; a TVU do Rio Grande do Norte e a TV Cultura de São Paulo.

Na década de 1970, o Poder Executivo passa a atuar diretamente na televisão educativa. Em 1972, é criado o Programa Nacional de Teleducação (Prontel) a fim de coordenar esse setor. Em 1979, esse programa é extinto e dá lugar à Secretaria de Aplicações Tecnológicas (Seat), responsável pela criação “informal” do Sistema Nacional de Televisão Educativa (Sinted). Só em 1982 este sistema seria legalizado e, no ano seguinte, transformado em Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa com a inclusão das rádios educativas. Cria a TV Educativa do Rio de Janeiro (TVE) e a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). Em meados da década de 80, a Lei Sarney permitiu às televisões educativas a captação de patrocínio, antes vedado pelo Decreto-Lei nº 236, de 1967. Nos anos 90, as emissoras públicas, assim como outros órgãos e empresas estatais, foram sucateados e forçados a buscar receitas alternativas.

Só em 2008, através da Lei nº 11.652, é que o sistema público brasileiro de comunicação ensaia uma reestruturação, com a criação da Empresa Brasil de Comunicação

(EBC), responsável por reunir as emissoras públicas federais e dar um caráter efetivamente público à sua gestão e programação.

2. ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOBRE A TELEVISÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Creio que é impossível compreender o serviço público de radiodifusão brasileiro e o que ocorreu a ele no fim do século 20 e no início do 21 sem entender as transformações políticas e econômicas pelas quais o capitalismo passou neste período. As relações entre Estado, capital e trabalho foram centrais para a criação das primeiras tevês educativas do país, no fim da década de 1960, período em que, em meio a uma ditadura, o país começava a experimentar forte crescimento econômico e migração sem precedentes de populações do campo para as cidades. Enquanto o Estado foi necessário para a reconstrução econômica do pós-guerra e para a manutenção do status quo, coube a ele e seu aparato de bem-estar social funções como a educação, a saúde e a previdência. Mas quando ele se torna inconveniente para os mercados financeiros e as grandes corporações transnacionais, passa por um processo de desestruturação e minimização que vai impactar diretamente nesse mesmo sistema de proteção social. Esse é um movimento que tem início, segundo vários autores, com a crise do petróleo na primeira metade da década de 1970, e terá grande impacto sobre a trajetória econômica e social do país.

Cabe aqui um breve histórico da televisão brasileira, a fim de situá-la no trajeto que explanaremos adiante. A inauguração da televisão no Brasil se deu em 1950 (MATTOS, 2010, p. 23) com a TV Tupi-Difusora de Assis Chateaubriand em São Paulo. Nos anos iniciais, as licenças de TV eram concedidas sem um plano definido, geralmente para favorecer aliados políticos dos governantes. Esse favoritismo persistirá até o retorno da democracia, nos anos anteriores ao início da vigência da Constituição Cidadã de 1988. Mas, com os militares no poder, a distribuição de concessões de televisão passa a estar submetida às diretrizes do Conselho de Segurança Nacional, que buscavam o desenvolvimento econômico e a integração nacional.

Mattos (op. cit., p. 26-53) divide a história da televisão brasileira em sete fases. A primeira, que vai até 1964, é chamada de elitista. O país sequer dispunha de televisores na data da primeira transmissão (os equipamentos só começaram a ser fabricados por aqui no ano seguinte e eram de acesso apenas das famílias mais ricas). Ainda não existia a tecnologia do videoteipe e haviam poucas emissoras (dez até o fim da década de 50) com abrangência restrita às regiões em que operavam. O telejornalismo dá nesses anos seus primeiros passos. É também nesse período, mais precisamente a partir de 1962, que se institui o Código Brasileiro

de Telecomunicações, vigente até hoje, apesar das modificações.

A segunda fase é denominada de populista e vai até 1975. A tomada do poder pelos militares tem impacto direto na televisão desse período. Nas palavras do autor supracitado, “os veículos de comunicação de massa, principalmente a televisão, passam a exercer o papel de difusores não apenas da ideologia do regime como também da produção de bens duráveis e não-duráveis” (Ibid., p. 31). Dentro da perspectiva de integração nacional e crescimento econômico, o Estado brasileiro terá papel preponderante na expansão do sistema de comunicações com investimentos em satélites e redes de transmissão. Em 1967, é criado o Ministério das Comunicações, que vai dar ainda mais força à participação estatal no setor. É também um período marcado pela censura, especialmente após a vigência do Ato Institucional nº 5. Neste período surge a TV Globo, principal emissora brasileira nos dias de hoje, e também as tevês educativas, como a TV Universitária do Recife.

A terceira dura até 1985 e é denominada de fase do desenvolvimento tecnológico. São características desse período a sofisticação técnica, o estímulo à produção nacional e a chegada da televisão em cores ao país. É o período em que a Globo se torna líder definitivamente entre as tevês brasileiras, e quando a maioria dos lares nacionais passa a estar equipado com televisor. Neste período, em que se consolidam as grandes redes de televisão, existe apenas uma estatal, a Educativa.

A quarta fase, da transição e expansão internacional, termina em 1990 é marcada pelo retorno à democracia. A nova Constituição estabelece uma série de normas para a comunicação social (embora, é importante frisar, não as regulamente), como a restrição à formação de monopólios e oligopólios e a criação do princípio de complementaridade entre os setores público, privado e estatal, e passa os atos de outorga e concessão de emissoras de telerrádiodifusão para o Congresso Nacional. Mais importante, a nova Carta restabelece as liberdades de imprensa e expressão.

A quinta fase, da globalização e da televisão paga, vai até 2000 e tem por características a estruturação das tevês por assinatura (cabo, satélite etc) e a expansão ainda maior da venda de televisores no país, fruto da melhoria do poder aquisitivo e da redução nos preços dos equipamentos. A sexta fase é a da convergência e da qualidade digital, dura até 2010 e é marcada pela influência sobre a televisão da internet, dos telefones celulares e computadores e pela criação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Por fim, vem a sétima fase, a da portabilidade, da mobilidade e da interatividade, que está em curso e tem no telefone celular um dos seus principais trunfos, dada a difusão e o baixo custo do aparelho e a possibilidade de transformar expectadores, antes passivos, em produtores de conteúdo

multimídia.

Percebe-se, assim, que o modelo de televisão adotado pelo Brasil privilegiou as emissoras comerciais, ao contrário, por exemplo, do modelo europeu. Em 1980, apenas três países na Europa, a saber, Itália, Luxemburgo e Reino Unido, tinham televisão privada (HOLTZ-BACHA e NORRIS, apud MENDEL e SOLOMON, 2011-a, p. 45). A radiodifusão pública só entra na agenda do país a partir de 2007 com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (LEAL FILHO, 2009, p. 13), mas este é um assunto de que trataremos mais adiante.

2.1. A transição do fordismo para a acumulação flexível

De acordo com David Harvey (2010), o início das mudanças no capitalismo a que nos referíamos anteriormente se dá em 1973, ano da primeira grande recessão do pós-guerra. Para este autor, há no período uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política do capitalismo. O período de expansão do capitalismo no pós-guerra, entre 1945 e 1973, foi marcado pelo modelo fordista-keynesiano. Com o colapso dele, há uma passagem para o chamado regime de acumulação flexível. Em ambos os momentos, contudo, as falhas de mercado, de modo geral, são exercidas pela regulamentação e pela intervenção do Estado.

A novidade do fordismo está no reconhecimento de que produção em massa significa “consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 2010, p. 121). Assim, a proposta do fordismo do “dia de oito horas e cinco dólares” tinha não apenas o objetivo de disciplinar o trabalhador na nova linha de montagem, mas também de dar a eles tempo e renda para consumir os produtos que outras grandes fábricas, ou a própria, estavam produzindo.

Apesar da crença de Ford no poder das corporações de regulamentar, sozinhas, a economia, o modelo fordista, forjado no começo do século 20, foi ameaçado no entre-guerras pela Grande Depressão dos anos 30. A crise econômica da década de 20 pôs em xeque as democracias e demandou ao Estado intervenção, fosse através do New Deal de Roosevelt, fosse pelo modelo autoritário adotado por países como Alemanha e Itália.

É só após 1945 que o fordismo e o Estado se encaixam definitivamente. Até 1973, este modelo será a base da expansão do capitalismo, inclusive de nações “descolonizadas”, como o

Brasil. O pós-guerra é marcado pela ascensão de indústrias como a automobilística, a siderúrgica e a petroquímica, mas também pela reconstrução, por parte do Estado, das economias devastadas pela guerra e pelo desenvolvimento de sistemas de transporte e comunicações.

Parte importante da legitimação do Estado na expansão fordista do pós-guerra era elaborar e pôr em prática políticas importantes para o crescimento da produção e do consumo, como os transportes, e complementar os salários com gastos de seguridade social, saúde e educação. No Terceiro Mundo, contudo, a integração ao fordismo global nem sempre foi bem sucedida, o que fez surgir movimentos socialistas e burgueses-nacionalistas que muitas vezes ameaçavam a hegemonia geopolítica dos Estados Unidos.

No entanto, com a recuperação das economias do Japão e da Europa Ocidental e a saturação de seus mercados internos, em meados dos anos 60, o fordismo e o keynesianismo entram em crise. Na América Latina, essa é a época das políticas de substituição das importações e, no Sudeste Asiático, da instalação de multinacionais. Para Harvey, a palavra que explica o declínio do fordismo é “rigidez”: dos investimentos, dos mercados e dos contratos de trabalho.

Para o capital, era necessário superar a rigidez do fordismo. Contudo, isso esbarrava nos interesses da classe trabalhadora, que dispunha de compromissos do Estado em relação a programas de assistência relativos a seguridade social, saúde, educação etc. A única flexibilidade atribuída ao Estado dizia respeito à política monetária. Com a emissão descontrolada de moeda, entre outros fatores, tem início a crise que desvalorizaria o dólar na primeira metade dos anos 70.

Após a crise de 1973, o capitalismo passa por um processo de reestruturação econômica, social e política que culmina com a passagem para a acumulação flexível. Este regime “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (Ibid, p. 140). Algumas das suas características são o surgimento de novos setores de produção, novos mercados, altas taxas de inovação nos setores comercial, organizacional e tecnológico, crescimento do setor de serviços, surgimento de novas regiões industriais, globalização e o fenômeno da compressão do espaço-tempo.

Com o novo cenário, a classe trabalhadora, organizada em torno dos antes poderosos sindicatos, é enfraquecida. Com a volatilidade do mercado, os regimes e contratos de trabalho são flexibilizados. Os patrões tiram proveito desse enfraquecimento e da grande quantidade de mão de obra excedente, fruto de anos de deflação e desemprego. O emprego “regular” é reduzido em favor do trabalho temporário e de subcontratações. A organização sindical,

dependente do acúmulo de trabalhadores na fábrica, se enfraquece com a emergência de sistemas de trabalho doméstico e artesanais, geralmente à margem da formalidade.

A transição para o regime de acumulação flexível pôs em xeque a organização tradicional das indústrias, ocasionando bancarrotas, fechamentos de fábricas, desindustrialização e reestruturações. No lugar da antiga organização industrial, passa a ganhar espaço a produção em pequenos lotes, a solução de problemas, as respostas rápidas, enfim, o atendimento das necessidades de um mercado cada vez menos rígido.

A ascensão da acumulação flexível traz consigo uma nova estética. O uso de novas tecnologias fez diminuir a durabilidade dos bens de consumo. Na época fordista, os produtos duravam em média de cinco a sete anos. No novo regime, esse tempo diminuiu em mais da metade para certos setores, como o têxtil. Desenvolve-se uma atenção muito maior para modas fugazes e uma estética “que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais” (Ibid, p. 148).

A partir dos anos 70 há também uma mudança drástica na estrutura ocupacional das economias, com um notável crescimento dos empregos no setor de serviços, acompanhada de uma redução na geração de postos de trabalho na área industrial. Outra palavra-chave da acumulação simbólica é a desregulamentação, com a tendência à monopolização de certos mercados, fusões de empresas, privatizações etc. Simultaneamente, o sistema financeiro global se reorganiza e atinge um grau de complexidade que sai do controle dos Estados nacionais. Há assim uma mudança no equilíbrio de forças do capitalismo global, com o fiel da balança cada vez mais próximo dos sistemas bancário e financeiro.

No campo político, essas mudanças são acompanhadas pela ascensão de lideranças neoconservadoras, como a de Thatcher, no Reino Unido, em 1979, e Reagan, nos Estados Unidos, em 1980. Entre as suas bandeiras estavam as da redução do poder do trabalho organizado e a redução das despesas governamentais, comprometendo as conquistas do Estado do bem-estar social. O contexto econômico do fim dos anos 1970, marcado por crescimento lento, obrigou os países a se tornarem mais “empreendedores”, e o caminho para tal passava pela austeridade e pelas reduções fiscais.

Por outro lado, a dívida dos países do Terceiro Mundo, como Brasil, Peru e África do Sul, sai de controle a partir da segunda metade da década de 1970, e o risco de não cumprimento das obrigações financeiras internacionais por parte desses Estados muitas vezes obriga a intervenção estatal. É nesse momento que instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial se tornam centrais na economia desses países, induzindo-os a medidas como reduções de gastos públicos, cortes de salários e austeridade

nas políticas fiscais e monetárias.

Com a acumulação flexível, a capacidade de intervenção do Estado é modificada. Cabe a ele ao mesmo tempo regular o capital corporativo e criar um ambiente favorável aos negócios para atrair o capital financeiro. Para Harvey, o sucesso político do neoconservadorismo não pode ser atribuído às suas realizações econômicas, já que houve aumento do desemprego, baixo crescimento etc. Mas há uma mudança nos valores e normas coletivos. Vem à tona, no lugar dos valores coletivos, presentes nas organizações sindicais e em outros movimentos sociais dos anos 50 e 60, um individualismo competitivo e uma cultura “emprendimentista”. Nas palavras do autor,

hoje, o emprendimentismo caracteriza não somente a ação dos negócios, mas domínios da vida tão diversos quanto a administração municipal, o aumento da produção no setor informal, a organização do mercado de trabalho, a área de pesquisa e desenvolvimento, tendo até chegado aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária e artística (Ibid, p. 161).

A crise do fordismo e o surgimento do regime de acumulação flexível, segundo Harvey (Ibid, p. 173), ocorrem para resolver o problema da superacumulação no período pós-guerra. De acordo com os marxistas (como Harvey) não é possível eliminar a tendência de superacumulação no modo de produção capitalista. O capitalismo é orientado para o crescimento. Para crescer, é necessário o controle do trabalho, uma vez que o crescimento é baseado na diferença entre o que o trabalho obtém e o que o trabalho cria. Além disso, o capitalismo tem a necessidade de constantemente “progredir”, se renovar constantemente do ponto de vista tecnológico e organizacional.

Para ser resolvida, a superacumulação depende de escolhas políticas. Para Harvey o fordismo lidou com a superacumulação principalmente através dos deslocamentos temporal (para o futuro com o aumento do tempo de giro) e espacial (expansão geográfica para outras regiões, inclusive o Terceiro Mundo), até que o sistema entrou em crise em meados da década de 1970. A acumulação flexível pode ser interpretada então como uma recombinação das duas estratégias de procura de lucro. A primeira é chamada mais-valia absoluta e consiste no aumento da jornada de trabalho e na redução do padrão de vida. A segunda é a mais-valia relativa e diz respeito a uma mudança organizacional e tecnológica. Esta estratégia fez surgir um tipo de fordismo periférico, com a transferência dos sistemas fordistas para a periferia do mundo, onde mão de obra era mais barata e os contratos sociais de trabalho mais frágeis.

Uma das características do Estado na chamada modernidade líquida, segundo Zygmunt Bauman (2010, pp. 28-32), é sua incapacidade de assumir duas tarefas necessárias

para a sobrevivência da modernidade sólida: as remercadorizações do capital e do trabalho. Essas tarefas foram apontadas por Jürgen Habermas em sua obra sobre a crise de legitimação do capitalismo tardio. De acordo com este autor, o capitalismo é marcado pela aquisição do trabalho pelo capital. Frente a essas forças, caberia ao Estado capitalista duas tarefas: subvencionar o capital, caso ele não possa comprar o trabalho, e preparar a mão de obra para o trabalho, fornecendo-lhe saúde, educação, nutrição etc. A crise de legitimação consiste justamente na impossibilidade dos Estados em assumir essas funções.

De acordo com Bauman, o diagnóstico de Habermas acerca da crise de legitimação do Estado capitalista marca a transição da sociedade sólida, de produtores, para a líquida, de consumidores; a fonte primária de acumulação capitalista não é mais a indústria, mas o mercado de consumo. Neste novo contexto, não é mais necessário remercadorizar capital e trabalho. Basta subsidiar a compra de mercadorias através de um “dispositivo mágico”: o crédito. Diz Bauman: “[...] na fase líquida da modernidade, o Estado é 'capitalista' quando garante a disponibilidade contínua de crédito e a habilitação contínua dos consumidores para obtê-lo”.

Na história do capitalismo, aponta Bauman, a cooperação entre Estado e capital tem sido regra. A função do primeiro é garantir o domínio do mercado. Assim, até mesmo o surgimento do Estado assistencial seria impossível se não fosse necessário ao capital manter apto para o trabalho um “exército industrial de reserva”.

Se o Estado assistencial hoje vê seus recursos minguarem, [...] é porque as fontes de lucro do capitalismo se deslocaram ou foram deslocadas da exploração da mão de obra operária para a exploração dos consumidores. E também porque os pobres, despojados dos recursos necessários para responder às seduções do mercado de consumo, precisam de dinheiro – não dos tipos de serviço oferecidos pelo Estado assistencial – para se tornarem úteis segundo a concepção capitalista de 'utilidade' (Ibid, p. 32).

2.2. Globalismo, globalização

A queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, na virada dos anos 80 para os 90, trouxeram à tona o processo de globalização mundial e a difusão da ideologia do globalismo. Esse fenômeno terá também grande impacto para os Estados-nação e, conseqüentemente, suas tevês públicas, na medida em que elas são diretamente dependentes da capacidade de investimento estatal, ao menos no modelo de financiamento brasileiro para os sistemas públicos de comunicação.

De acordo com Bauman (1999, p. 63), o fenômeno da compressão espaço-temporal

decorrente da pós-modernidade fez com que o capital passasse a se mover a uma velocidade impossível de ser alcançada pelos Estados, que são, por definição, territoriais. Por isso, ele aponta um definhamento do Estado-nação como o conhecemos. A globalização, assim, aponta para um caráter indeterminado e desordenado dos assuntos mundiais, em oposição à ideia moderna de universalização e rigidez.

Antes da globalização, “Estado” se referia a uma entidade dotada de recursos econômicos e jurídicos para enquadrar os negócios dentro de seu território de forma planejada e controlada, ou, nas palavras de Bauman, “ordenar um setor do mundo” (Ibid., p. 68). O estado moderno apoiou-se em três soberanias: a militar, a econômica e a cultural, mas, com a divisão do mundo em dois grandes blocos e a necessidade de alinhamento em torno de organizações supra-estatais, os Estados tiveram que abrir mão de parte de sua soberania, e em muitos casos optaram mesmo por essa via.

Com o fim da polarização do mundo e a globalização, as principais funções delegadas aos Estados são dele arrancadas, principalmente a manutenção do equilíbrio entre o ritmo de crescimento do consumo e da produtividade (como na equação temporariamente bem sucedida do fordismo), que os levava a impor barreiras e restrições econômicas a fim de proteger economias e estimular a demanda interna. Em tempos de globalização, os mercados financeiros globais

impõem suas leis e preceitos ao planeta. A 'globalização' nada mais é do que a extensão totalitária de sua lógica a todos os aspectos da vida. [...] o Estado [...] é deixado apenas com suas necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado [sic] torna-se um mero serviço de segurança para as mega-empresas (MARCOS apud BAUMAN, op. Cit., p. 73-74).

Acerca da manutenção do poder de repressão do Estado e do esvaziamento das suas outras atribuições, Loïc Wacquant (2001, p. 7) tem entendimento semelhante. Para ele, a influência do neoliberalismo exige do Estado, por um lado, maior presença no que diz respeito à atividade repressiva e penal, mas retira dele a capacidade de intervir nos âmbitos econômico e social. Cria-se assim um paradoxo, já que é justamente a fraca presença do Estado a causa da escalada da insegurança dentro deles.

Este modelo de Estado isenta a economia de ter controle político, uma das premissas do período fordista-keynesiano. Nesses novos termos, cabe ao Estado garantir o equilíbrio das contas e não impedir o livre fluxo dos capitais mundo afora. “Estados fracos”, escreve Bauman, “são precisamente o que a Nova Ordem Mundial [...] precisa para sustentar-se e

reproduzir-se. Quase-Estados, Estados fracos podem ser facilmente reduzidos ao (útil) papel de distritos policiais locais” (op. Cit., p. 76). Cabe a eles apenas garantir certo nível de ordem para que a realização dos negócios possa fluir livremente.

Numa linha de pensamento semelhante, Ulrich Beck (1999, p. 25) afirma que a globalização econômica vem acompanhada pela pós-modernidade no plano filosófico e intelectual, e pela individualização no plano político. Esses três fenômenos resultam na dissolução da modernidade, ou ao menos da primeira modernidade, uma vez que é desfeita a aliança sustentadora do período fordista-keynesiano entre economia de mercado, Estado de bem-estar social e democracia. As consequências da globalização econômica comprometem assim as premissas do *welfare state*, do sistema de previdência, da assistência social e dos gastos públicos em geral.

A emergência dessa globalização permitiu aos empresários, em especial aos de atuação global, quebrar o equilíbrio forjado no pós-guerra entre capital, Estado e trabalho ou, nas palavras de Beck, “viabilizou algo que talvez já fosse latente no capitalismo [...]: que pertence às empresas, especialmente àquelas que atuam globalmente, não apenas um papel central na configuração da economia, mas a própria sociedade como um todo” (Ibid., p. 14). O fenômeno põe em xeque o Estado-nação em prol das leis do mercado, já que o poder das empresas transnacionais se funda, entre outros fatores, na capacidade delas transferirem postos de trabalho para países onde salários e impostos são mais baixos e na capacidade de vender produtos e serviços em qualquer parte do globo. As empresas podem, assim, produzir num país, pagar impostos em outro e exigir mudanças na estrutura de um terceiro. A própria noção de estado territorial é ameaçada. Ao mesmo tempo, é exigido do Estado um desempenho eficaz associado a uma arrecadação mínima de impostos: ele passa a ser gerido como uma empresa. Cria-se assim a figura do contribuinte virtual: as empresas transnacionais criam cada vez menos empregos, se safam dos impostos e exigem o Estado mínimo.

Mas Beck vê a possibilidade do surgimento de uma segunda modernidade e, para tal, faz uma distinção entre globalismo e globalidade ou globalização. O globalismo consiste na ideologia do neoliberalismo: a ideia de que o mercado sobrepuja a política.

A essência do globalismo consiste muito mais no fato de que aqui se liquida uma distinção fundamental em relação à primeira modernidade: a distinção entre economia e política. A tarefa primordial da política – que consiste na delimitação e no estabelecimento de condições para os espaços jurídicos, sociais e ecológicos, dos quais a atuação da economia depende para ser socializada e tornar-se legítima – se perde de vista ou é derribada (Ibid., p. 28).

Já a ideia de globalidade e globalização assume que há muito tempo vivemos numa sociedade mundial, embora diversa e sem unidade, sem espaços isolados, em que há interferência de atores transnacionais em sua soberania, sua identidade e sua trajetória. Trata-se de um processo irreversível por uma série de fatores, como o comércio internacional, a revolução dos meios de comunicação, a exigência da comunidade internacional pelo respeito aos direitos humanos, os impactos transnacionais da destruição ambiental etc. É através da globalização que a ideologia do globalismo dá lugar à reinvenção e à reformulação da política.

2.3. Pós-globalização e televisão: o caso brasileiro

Para Sérgio Capparelli e Venício Lima, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e as guerras no Iraque e no Afeganistão, o discurso da utopia globalitária dos anos 1980 e 1990 se torna insustentável. Por isso, eles passam a falar em pós-globalização, afirmando-a como sendo o mesmo processo, mas sem o discurso justificador anterior. Os autores entendem que a revolução tecnológico-informacional das comunicações neste período é ao mesmo tempo “causa e efeito, expressão e elemento organizador da globalização” (2004, p. 13). Para eles, a globalização nas comunicações se manifesta em quatro níveis: no nível tecnológico, no nível dos atores, no nível da desregulamentação e da privatização e no nível da concentração de propriedade.

No que diz respeito ao nível tecnológico, a chamada revolução digital potencialmente substituiu as antigas tecnologias necessárias para as transmissões analógicas (telégrafo, telefone, rádio etc.) para apenas uma, digital, em que todas as outras convergem. A internet é o exemplo mais nítido desse processo. No nível dos atores, surgem com a globalização os chamados *global players*, que interferem nas políticas comunicacionais nacionais e internacionais. No nível da desregulamentação e da privatização, verifica-se que as legislações nacionais foram reformadas e isso abriu total ou parcialmente os mercados de comunicação ao capital internacional e a privatização das empresas estatais de comunicação. O caso paradigmático citado pelos autores é o Telecommunications Act de 1996 nos Estados Unidos, que afrouxa as normas relativas à concentração de propriedade. Paralelamente, ecoa no mundo uma campanha global de desqualificação do Estado como gestor de atividades econômicas públicas. Por fim, no nível da concentração de propriedade, percebem-se duas fases distintas. A primeira, do início na metade dos anos 1980 até o fim dos anos 1990, é marcada por aquisições e joint ventures no mercado comunicacional. A segunda é posterior ao estouro da chamada bolha das ponto-com, em 2000, que gerou, além de uma crise financeira

mundial, a quebra de várias empresas do setor e a consolidação de um grupo reduzido de megaempresas que se “reacomodam no mercado global como controladoras de fato do setor de comunicações em nível planetário” (*ibid.*, p. 19).

No Brasil, esse processo ocorre de forma peculiar. No nível das tecnologias, como o Brasil não dominava a produção delas, passa a depender tecnologicamente dos países e empresas que as desenvolveram (e que, quase sempre, é de onde se originam as megacorporações). Além disso, a convergência não é um processo automático e envolve uma série de interesses políticos e comerciais (operadores de telefonia versus radiodifusores, etc.). Por fim, vale ressaltar a dificuldade de penetração da internet no Brasil. No nível dos atores, verifica-se que estão presentes no Brasil as principais megaempresas do setor de comunicações. Elas foram atraídas desde o Governo Sarney (1985-1990) com uma regulamentação frouxa da TV por assinatura. Sua presença aumentou durante o governo FHC (1995-2002) com a regulamentação da TV a cabo, da TV por satélite e das telefônias celular e fixa. Desde 2002, com a modificação na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 36, essas empresas podem investir também na radiodifusão. Também as principais agências de publicidade no Brasil passam a ser estrangeiras. Além disso, é reforçada a atuação de organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a União Internacional de Telecomunicações (UIT), com cobertura dos países hegemônicos no mundo. Neste período (1995 a 1998) ganha força a crença de que as políticas públicas devem se equiparar ao interesse privado.

No nível dos atores, é importante destacar que os brasileiros têm peculiaridades que refletem a estrutura de poder construída no decorrer da história brasileira, e que essa estrutura foi reforçada na globalização. Uma característica desses atores é que eles se constituem em grupos familiares. Os meios de comunicação brasileiros são historicamente controlados por empresas familiares: no decorrer do século 20, a legislação restringiu a propriedade desses meios a “pessoas físicas”, restringindo a participação de empresas, sociedades anônimas e pelo capital estrangeiro. Essa condição só é alterada em 2002, com a Lei 10.610/2002, decorrente da emenda constitucional citada anteriormente, que passa a permitir o capital estrangeiro em até 30% e a participação de pessoas jurídicas em sua composição acionária. Apesar da mudança, no momento da análise de Capparelli e Lima, cerca de 90% da mídia brasileira estava ainda sob controle de quinze grupos familiares. Esses grupos familiares são historicamente ligados às elites políticas do país. No que se refere à radiodifusão, coube ao Poder Executivo, até 1988, decidir sobre as concessões de rádio e televisão. Este modelo deu origem ao chamado “coronelismo eletrônico” (SANTOS, 2006), com a concentração de

concessões nas mãos de políticos em troca de apoio. De 1988 em diante, com a Constituição Cidadã, passou ao Congresso Nacional a apreciação das concessões, mas pouco mudou a estrutura consagrada anteriormente, com a abertura da possibilidade do Poder Executivo de autorizar concessões “educativas”, sem licitação. É ainda no período de globalização que se amplia a participação das igrejas, principalmente evangélicas, no espectro da radiodifusão brasileiro.

Nesse desenho da radiodifusão brasileira há, assim, de acordo com Capparelli e Lima, uma “histórica ausência de um ator fundamental no processo de formulação de políticas públicas: o cidadão. Não há canais institucionais diretos de participação através dos quais o cidadão possa exercer esse direito” (*op. cit.*, p. 38). Algumas organizações, como o Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC) tiveram papel importante em iniciativas como a Lei do Cabo na primeira metade dos anos 1990. Mas iniciativas como o Conselho de Comunicação Social (CCS), previsto na Constituição Federal de 1988, tiveram atuação pífia desde a sua instalação, em 2002, e poucas audiências públicas e iniciativas semelhantes foram realizadas. O cenário só começa a mudar nesse sentido com a realização da primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), mas esse é um tema que abordaremos adiante.

No nível da desregulamentação e da privatização, é a legislação do período Sarney até os dias de hoje que deixa transparecer de maneira mais nítida os efeitos da globalização das comunicações no Brasil. Várias leis abriram o mercado brasileiro para o mercado, interno ou externo: a quebra do monopólio estatal nas telecomunicações, as leis referentes ao serviço de TV por assinatura, a modificação na Constituição que passa a permitir a presença de capital estrangeiro na radiodifusão e assim por diante. Além disso, ao mesmo tempo em que flexibilizou o mercado, o governo brasileiro foi incapaz (ou desinteressado) em fazer cumprir as normas constitucionais referentes à comunicação social. Dispositivos como os que vetam o monopólio e o oligopólio dos meios de comunicação e exigem complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal nunca foram postos em prática. Houve também omissão no encaminhamento de novas leis: os governos pouco fizeram para desfragmentar e uniformizar a legislação brasileira no que se refere à radiodifusão.

No nível da concentração de propriedade, nota-se que, a partir da globalização, o processo de concentração da mídia brasileira é reforçado, em parte favorecido pelas lacunas na legislação. A concentração da mídia brasileira se dá em vários “sentidos”: horizontal, vertical e cruzada, formando um diagrama que favorece acima de tudo ao oligopólio. Assim, concluem os autores, o modelo de radiodifusão brasileiro, patrocinado pelo Estado, concentra

rádios e televisões nas mãos das elites políticas regionais e locais. Nele, faltam canais de participação da cidadania na formulação de políticas públicas para o setor. No que diz respeito à desregulamentação das comunicações, esse cenário já existia antes do processo de globalização: bastou não modificar a legislação. O caso mais emblemático é o da Lei das Telecomunicações, que data de 1962. Para Capparelli e Lima, somos “o paraíso da radiodifusão 'desregulamentada', submetida apenas às regras do mercado” (*ibid.*, p. 52), um cenário em que, evidentemente, a radiodifusão pública jamais prosperaria. O Estado brasileiro foi um ator fundamental para o estabelecimento desse cenário: ele não elaborou uma política pública de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a área; desregulamentou as telecomunicações, permitindo a entrada do capital estrangeiro na telefonia fixa, na celular e na TV por assinatura e até na radiodifusão; nada fez para modificar o controle da radiodifusão por poucos grupos familiares, geralmente vinculados a elites políticas locais e regionais; pouco fez para que a população pudesse participar da elaboração de políticas públicas para o setor e nunca utilizou os instrumentos legais para impedir a concentração de propriedade.

2.4. A cidadania no Brasil durante a ditadura militar e na redemocratização

A ascensão da acumulação flexível causará grande impacto no Brasil, principalmente se levarmos em conta o momento que o país vivia em meados dos anos 70 e, mais precisamente, a trajetória de desenvolvimento da cidadania desde o início do século 20 por aqui. Entendemos que esse movimento causa reflexos diretos nas tevês públicas. Seguimos o entendimento de José Murilo de Carvalho (2010, p. 9), que vê a cidadania como o desdobramento dos direitos civis, políticos e sociais. Em resumo, os direitos civis estão relacionados principalmente à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei; os políticos, à participação no governo, principalmente através do voto; os sociais, à participação na riqueza coletiva através de fatores como trabalho, salário, educação, saúde, previdência etc.

O desenvolvimento dessas várias dimensões de cidadania seguiu, no mundo desenvolvido, especialmente na Inglaterra, uma sequência lógica, de acordo com Carvalho: primeiro surgiram os direitos civis; em consequência deles, os direitos políticos e, só mais tarde, com a possibilidade de eleição de pessoas das classes trabalhadoras, os direitos sociais. A exceção é a educação. Embora relacionada aos direitos sociais, ela é anterior a eles e impulsiona a reivindicação por cidadania. No Brasil, contudo, os direitos sociais tiveram sempre mais ênfase e foram conquistados antes dos civis e políticos, muitas vezes em períodos ditatoriais.

A cidadania está estritamente ligada à ideia de Estado-nação. De acordo com Carvalho (Ibid., p. 12), essa relação remonta à Revolução Francesa, uma vez que a luta por direitos sempre se deu dentro das fronteiras nacionais e, portanto, está relacionada à identidade das pessoas com um país. Com a crise dos Estados-nação decorrente do advento da acumulação flexível e acentuada pela globalização, há uma redução do poder e da capacidade de investimento deles, o que resulta em impactos sobre os direitos, em especial os sociais.

No caso específico que pretendemos analisar, o da TV Universitária do Recife, é importante mencionar que ela entrou no ar em 1967 (FRADKIN, 2003, p. 1) e entender o contexto que o país vivia naquele momento. Em 1964, um segundo regime ditatorial foi imposto ao Brasil, dessa vez sob a tutela dos militares (o primeiro fora o Estado Novo de Vargas). Começa aí um período de forte restrição aos direitos civis e políticos; em contrapartida, é também um período de ênfase nos direitos sociais e de forte atuação do Estado no fomento ao desenvolvimento econômico (CARVALHO, 2010, p. 157). É na circunscrição desses direitos que são fundadas as primeiras tevês públicas brasileiras.

Carvalho divide em três fases a ditadura militar brasileira. A primeira vai de 1964 a 1967 e é marcada pelo governo dos setores mais “liberais” das forças armadas. É um período de baixo crescimento, combate à inflação e queda no salário mínimo. A segunda vai até 1974 e tem como características o recrudescimento da repressão aos direitos civis e políticos e um crescimento econômico jamais visto no país, o chamado “milagre econômico”. Por fim, a terceira se estende até 1985 e é caracterizada por uma gradual liberalização do país e por forte crise econômica decorrente da crise do petróleo.

A ditadura é também um período de forte mudança na economia nacional. Há um rápido deslocamento de populações do campo para as cidades (até 1960, a maior parte da população estava nas zonas rurais, mas em menos de 20 anos o quadro se inverte). De acordo com Carvalho, “[...] a urbanização significava para muita gente um progresso, na medida em que as condições de vida nas cidades permitiam maior acesso aos confortos da tecnologia, sobretudo à televisão e outros eletrodomésticos” (Ibid., p. 169). São drásticas as mudanças na estrutura dos empregos, com o ingresso de milhões de trabalhadores e, em especial, trabalhadoras na população economicamente ativa. O setor primário, relacionado às atividades do campo como agricultura e pecuária, antes desse fenômeno ocupava a maior parte da população brasileira. Depois dele, perde trabalhadores para a indústria e os serviços.

Este novo perfil ocupacional da população vai demandar do Estado investimentos em educação, inclusive com a utilização de novas ferramentas, como a televisão. É sob esse cenário que surgem as tevês educativas. A programação das tevês educativas nesse período

tem como prioridade a veiculação de programas educativos, voltados para o ensino de primeiro e segundo graus:

“cabe observar que, neste período, as emissoras priorizavam a veiculação de programas de caráter essencialmente educativo. Entre as experiências mais significativas podemos citar as seguintes: a TVE do Ceará, a TVE do Maranhão e a TVU do Rio Grande do Norte concentravam em suas programações a produção e a veiculação de programas didáticos destinados ao Ensino de 5ª a 8ª séries do 1º Grau (as duas primeiras) e ao Ensino de 1ª a 4ª séries do 1º Grau (a última). A TV Cultura de São Paulo tornou-se a pioneira na produção e veiculação de programas didáticos voltados para o Ensino Supletivo ao lançar, em 1969, o Curso de Madureza Ginásial. Em 1978, produziu e veiculou o Telecurso de 2º Grau que, posteriormente, viria a receber a parceria da Fundação Roberto Marinho. Por sua vez, a FCBTVE, entidade implantada graças ao idealismo do Prof. Gilson Amado, produziu, em 1973 a primeira novela pedagógica destinada ao Ensino de 1º Grau denominada 'João da Silva' que foi inicialmente veiculada pelas emissoras comerciais TV Globo e TV Rio e que, a partir de 1976, passou a ser veiculada também pela sua própria emissora, a TVE do Rio de Janeiro. Em 1977, a TVE do Rio de Janeiro iniciou a produção do Projeto Conquista, um curso sob o formato de novela-aula, destinado ao Ensino Supletivo de 1º Grau” (Ibid, p. 4).

A tevê pública brasileira, na sua vertente “educativa”, portanto, surge com forte associação aos direitos sociais estabelecidos pelo regime militar. Contraditoriamente, se desenvolve num período de forte restrição dos direitos civis e políticos. Estes só retornam à agenda brasileira com o início da abertura, a partir de 1974. Para Carvalho, o choque do petróleo de 1973 teve forte influência nesse processo, já que “seria melhor para o governo e para os militares promover a redemocratização enquanto ainda houvesse prosperidade econômica do que aguardar para fazê-lo em época de crise, quando os custos de manutenção do controle dos acontecimentos seriam muito altos” (CARVALHO, op. cit., p. 174). A bonança do milagre econômico ajudara a classe média a se acomodar diante da perda dos direitos políticos, mas com o fim das altas taxas de crescimento, ela passa a se associar à oposição ao regime.

Com a redemocratização, os direitos políticos voltam à tona, mas, segundo Carvalho, há um agravamento no que diz respeito aos direitos civis, em especial nos que se referem à segurança individual. Os direitos civis garantidos no ordenamento anterior ao regime militar são reestabelecidos, entre eles as liberdades de expressão e imprensa, mas persistem sendo os mais deficientes no Brasil. Em relação aos direitos sociais, apesar da Constituição Federal de 1988 ampliá-los, as pressões pela redução do custo do Estado decorrente do novo regime de acumulação estabelecido a partir dos anos 70 ameaçam sua existência.

Para Carvalho, o novo cenário, influenciado pela globalização, pela fim da União

Soviética e pelos movimentos de minorias, principalmente nos Estados Unidos, muda a relação entre sociedade, nação e Estado, núcleos da cidadania ocidental até então. As principais causas da mudança são a redução do papel do Estado como fonte de direitos, com o conseqüente dismantelo do regime de bem-estar social, e o fim da nação como fonte de identidade coletiva (Ibid., p. 225).

3. CAMPO JORNALÍSTICO E AUTONOMIA

3.1. Bourdieu e o conceito de campo

Na sua investigação sobre temas como religião, arte e literatura e os estudos a eles dedicados, Pierre Bourdieu se deparou com uma dicotomia entre o que ele chama de interpretação interna e explicação externa. Por um lado, havia os teóricos formalistas e, por outro, os reducionistas, que, ligados aos marxismo, buscavam relacionar as formas artísticas a formas sociais. De acordo com o autor, as duas correntes tinham em comum a mesma falha: ignoravam o campo de produção como espaço social de relações objetivas. O conceito de campo é criado então como alternativa a essas linhas de pensamento.

Foi analisando o universo dos intelectuais que o autor começou a construir a noção de campo. Em vez de entender o chamado campo intelectual como universo relativamente autônomo de relações específicas, Bourdieu percebeu, influenciado pelos textos de Max Weber sobre a sociologia da religião no livro *Economia e Sociedade*, que “as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual – sobretudo as interações entre os autores ou entre os autores e os editores – tinham disfarçado as relações objetivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interações”.

O autor define campo como

um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 57).

Com a consolidação do conceito de campo, Bourdieu passou a aplicá-lo a domínios diferentes, como a alta costura, a literatura, a filosofia, a política e o jornalismo, e percebeu neles semelhanças estruturais e funcionais. Motivado pela já citada análise de Weber sobre a sociologia da religião, que aplicava conceitos normalmente usados pelos economistas (oferta, demanda, concorrência etc.) ao fenômeno religioso, o sociólogo identificou propriedades gerais válidas para os diversos campos.

Um dos campos estudados por Bourdieu foi o científico. Ele o definiu como um espaço de luta concorrencial onde está em jogo o monopólio da autoridade e da competência

científica. Assim, o campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse, em oposição a ideia de que os cientistas atuam de forma “desinteressada”. Na competência científica, diz Bourdieu, é impossível dissociar o que é puro poder simbólico da pura capacidade técnica, uma vez que esta competência se legitima e se apresenta como razão puramente técnica (Idem, 1983, pp. 122-155)

No campo científico, os julgamentos sobre a capacidade científica de um pesquisador estão sempre contaminados pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias. Por isso, todas as práticas do campo estão orientadas para a aquisição de autoridade científica. Entre os cientistas, não há diferença entre o interesse próprio, intrínseco, e o dos outros, extrínseco: o trabalho dos cientistas tem que ser importante para ele e também para os outros. Aquilo que é percebido como importante e interessante é que tem chance de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros e, principalmente, de fazer parecer aquele que produz importante e interessante aos olhos dos outros.

Assim como no campo econômico, os investimentos no campo científico são feitos com a preocupação de antecipar as chances de lucro simbólico. É por este motivo que os pesquisadores se concentram nos temas “mais importantes”: neles, as descobertas trazem lucros simbólicos maiores. Também no campo científico, o autor enfatiza a necessidade de recusar a oposição entre análise interna (epistemológica) e externa (condições sociais), visto que o campo científico é palco de uma luta política pela dominação científica. Os problemas designados a cada pesquisador são simultaneamente políticos e científicos. Não há escolha científica que não seja uma estratégia política de investimento orientada para a maximização do lucro científico. A definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da própria luta científica. Nela, os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição de ciência segundo a qual a maior realização consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem.

A luta pela legitimidade científica depende da estrutura de distribuição do capital científico no campo. Aos novatos, existem duas escolhas: de um lado, as estratégias de conservação e sucessão; do outro, as estratégias de subversão. Mas Bourdieu observa que, na ciência, essa oposição tende a se enfraquecer. Isso ocorre porque o campo tende a ficar mais homogêneo. É cada vez mais difícil ocorrerem grandes revoluções periódicas na ciência. Tornam-se mais prováveis as pequenas revoluções permanentes. Enquanto o método científico não está objetivado, rupturas científicas são revoluções contra instituições, a exemplo da revolução copernicana. Mas, após as revoluções originárias, o campo tende a ser um espaço revolucionário permanente: a ruptura passa a ser seu princípio de continuidade. É a

anarquia de ações interessadas que dá ordem à ciência. Os agentes estão dominados pelo entrecruzamento de estratégias individuais, mas as lutas dentro do campo provocam desvios sistemáticos dos fins e, assim, a busca de interesses privados se torna proveitosa para o progresso de toda a ciência.

Há no campo científico um antagonismo entre a heterodoxia e a ortodoxia. Ela se dá no campo da doxa, que consiste num conjunto de pressupostos admitidos como evidentes pelos antagonistas. Mas há também os doxósofos, cientistas aparentes e de aparência. A estratégia deles é a da falsa ruptura, um fenômeno típico de campos que dispõem de falsa autonomia, em especial das classes dominantes. O progresso em direção à autonomia real se choca com uma série de obstáculos, e isso pode ser verificado no caso das ciências sociais, sempre questionadas quanto à sua “cientificidade”. Para Bourdieu, esses obstáculos decorrem do fato de que as ciências sociais põem em jogo o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social. Uma ciência neutra, assim, é ficção, mas uma ficção interessada, porque permite passar por científica a visão dominante do mundo social. Por isso, a luta entre os cientistas e os doxósofos contribui para a luta entre as classes, que têm interesses distintos na verdade científica.

3.2. O campo jornalístico: algumas considerações

No livro *Sobre a Televisão*, Bourdieu analisa, entre outras coisas, o funcionamento do campo jornalístico. O autor percebe que, apesar da televisão ser fortemente submetida à pressão econômica, não é possível afirmar que o conteúdo transmitido por ela é determinado apenas pelos interesses dos proprietários, dos anunciantes ou dos governos. Há também mecanismos anônimos e invisíveis que exercem censuras sob seus profissionais e fazem da televisão um “formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica” (Idem, 1997, p. 20).

Um dos principais mecanismos de censura é a concorrência pelas fatias de mercado. Para Bourdieu, a televisão exerce uma violência simbólica com a cumplicidade tácita e inconsciente de quem a sofre e a exerce. Parte da ação simbólica da televisão consiste em atrair atenção para o que ele chama de “fatos *omnibus*”: aqueles que supostamente interessam a todos. Estes fatos não devem chocar, não envolvem disputa ou controvérsia e, principalmente, não abordam nada importante. No entanto, Bourdieu percebe aí uma contradição: se o tempo é tão disputado na televisão, porque dedicá-lo a esses fatos? O autor entende que “essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam

coisas preciosas” (Ibidem, p. 23). A televisão, ao mostrar, também oculta.

O autor cita o caso da França no início dos anos 2000, quando os telejornais das 20 horas conseguiam reunir uma audiência maior que todos os jornais impressos do país. Daí decorre a lei de que quanto mais um órgão de imprensa busca atingir um público extenso, mais deve evitar assuntos que possam excluir, dividir, chocar etc. Quanto maior a difusão, mais assuntos-ônibus, que não levantam problemas, estarão presentes. Todo o trabalho coletivo em decorrência disso tende a homogeneizar, banalizar e despolitizar o que se veicula. O telejornal, diz Bourdieu, convém a todo mundo, confirma as coisas já conhecidas e mantém intocadas as estruturas mentais (Ibid., pp. 63-64).

Para Bourdieu, os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras: selecionam e participam da construção do que é selecionado. O princípio da seleção é a busca pelo sensacional, espetacular, dramático, trágico, excepcional. Mas o extraordinário é também e sobretudo o que não é ordinário em relação aos concorrentes. O extraordinário, para os jornalistas, é diferente do ordinário não só para eles, mas para os concorrentes. A busca pelo furo (e por não ser “furado”) tem efeitos políticos e é, segundo o sociólogo, uma das principais limitações a que está submetido o campo jornalístico.

“Para ser o primeiro a ver e a fazer alguma coisa, está-se disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visando a deixar os outros para trás, a fazer antes dos outros, ou a fazer diferente dos outros, acaba-se por fazerem todos a mesma coisa, e a busca da exclusividade, que, em outros campos, produz a originalidade, a singularidade, resulta aqui na uniformização e na banalização” (Ibid., pp. 26).

Segundo o credo liberal, o monopólio uniformiza e a concorrência diversifica. No caso do campo jornalístico, contudo, se verifica o contrário: a lógica da concorrência homogeniza seus conteúdos. Os produtores são levados a fazer coisas que não fariam se os concorrentes não existissem e esse “jogo de espelhos” faz surgir barreiras. Conseguir um furo de reportagem, creem os jornalistas e seus patrões, garante sucesso no índice de audiência. Bourdieu observa que os jornalistas, além de terem formações e origens semelhantes, leem-se uns aos outros e encontram-se constantemente dentro e fora do expediente, e isso tem um efeito de censura sobre eles, ainda que invisível. O que não quer dizer que o meio jornalístico seja homogêneo. O autor não deixa de perceber que, no campo jornalístico, há os subversivos, os jovens etc., mas todos estão sujeitos às pressões dos índices de audiência. É através dele que a lógica comercial se impõe às diversas produções culturais. No caso da televisão, a busca por pontos no índice de audiência, e, portanto, pelo furo, faz com que conteúdos sejam impostos aos telespectadores em função da concorrência entre os produtores.

A concorrência econômica entre as emissoras ou os jornais pelos leitores e pelos ouvintes, ou, como se diz, pelas fatias de mercado realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o furo, a informação exclusiva, a reputação na profissão etc., e que não se vive nem se pensa como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, enquanto permanece sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de forças econômicas e simbólicas (Ibid., p. 58).

O campo jornalístico se baseia em pressupostos e crenças compartilhadas sobre noções como “passa-bem-na-televisão” e isso determina que, para que certos temas tenham acesso ao debate público, eles devem “submeter-se a esta prova de seleção jornalística” (Ibid., p. 67), o que configura, também, uma espécie de censura.

A noção de campo jornalístico ajuda a explicar, por exemplo, como pensam determinados jornalistas ou veículos em função da posição que eles ocupam no campo ou, em outros termos, pelo peso simbólico que exercem, pela capacidade que têm de “deformar o espaço à sua volta” (Ibid., p. 60). A importância dos jornalistas no mundo social se deve ao fato de que eles detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e difusão em larga escala da informação. Dessa forma, simples cidadãos, mas também cientistas, produtores culturais e artistas dependem desses instrumentos (e, portanto, dos jornalistas) para ter acesso ao espaço público. Apesar de ocuparem posições inferiores nos campos de produção cultural, os jornalistas são dominadores no que se refere aos meios de acesso à grande difusão, e “podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão de mundo” (Ibid., p. 66).

O campo jornalístico é muito mais dependente das forças externas que os demais campos de produção cultural, como o jurídico e o científico por, na maioria das vezes, depender da demanda, do mercado e do plebiscito, portanto do campo econômico, através do índice de audiência. Mas ele simultaneamente exerce fortes pressões sobre os demais campos de produção cultural e impõe a eles suas próprias limitações.

“Através da pressão do índice de audiência, o peso da economia se exerce sobre a televisão, e, através do peso da televisão sobre o jornalismo, ele se exerce sobre os outros jornais, mesmo sobre os mais 'puros', e sobre os jornalistas, que pouco a pouco deixam que os problemas da televisão se imponham a eles. E, da mesma maneira, através do peso do conjunto do campo jornalístico, ele pesa sobre todos os campos de produção cultural” (Ibid., p. 81).

Assim, o campo jornalístico carece de autonomia e ameaça a autonomia dos outros.

Bourdieu entende por autônomo o campo no qual os produtores têm por clientes apenas seus concorrentes. Para que um campo tenha autonomia, o autor defende que ele construa uma espécie de torre de marfim no interior do qual se julga, se critica, se combate, mas com conhecimento de causa: há confrontos com instrumentos científicos, técnicas, métodos etc. O oposto da autonomia é a heteronomia. Ela se configura, por exemplo, quando alguém que não é do campo atua sobre ele.

A televisão, segundo Bourdieu, produz dois efeitos sobre os outros campos: nivela por baixo o direito de entrada (ou seja, pode consagrar como “dominante” num campo indivíduos que não tem tal respaldo no próprio campo). Por outro lado, pode atingir a maioria. Por isso, defende a elevação do direito de entrada na televisão, e também o reforço do que chama de dever de saída (Ibid., p. 94). Em nome da democracia, defende que se lute “contra o índice de audiência, em nome da democracia” (p. 96).

O índice de audiência é a sanção do mercado, da economia, isto é, de uma legalidade externa e puramente comercial, e a submissão às exigências desse instrumento de marketing é o equivalente exato em matéria de cultura do que é a demagogia orientada pelas pesquisas de opinião em matéria de política. A televisão regida pelo índice de audiência contribui para exercer sobre o consumidor supostamente livre e esclarecido as pressões de mercado, que não têm nada de expressão democrática de uma opinião coletiva esclarecida, racional, de uma razão pública, como querem fazer crer os demagogos cínicos. Os pensadores críticos e as organizações encarregadas de exprimir os interesses dos dominados estão muito longe de pensar com clareza esse problema (Ibid., pp. 96-97).

3.3. A dupla dependência do campo jornalístico

A teoria do campo teve influência considerável nos estudos acadêmicos sobre jornalismo em vários países, em especial na França, onde foi dissecada por pesquisadores ligados ao grupo de Bourdieu. Um deles, Patrick Champagne (2005, pp. 48-63), tratou de avançar nos estudos referentes à dupla dependência do campo jornalístico em relação aos mercados e à política. Esse aprofundamento será importante para a análise das entrevistas que, mais adiante, traremos em relação ao nosso objeto de estudo.

Para Champagne, o jornalismo está representado entre dois imperativos concorrentes e opostos: um referente à liberdade de imprensa e outro, às leis do mercado. Isso leva o perfil social do periodista a oscilar entre dois papéis. Um deles é positivo e prestigioso: vê jornalistas como profissionais que muitas vezes pagam com a própria vida o preço pela dedicação ao seu ofício, escancaram escândalos, criticam os representantes oficiais e prestam

um serviço à democracia. O outro é negativo e, nele, jornalistas são corruptos, se beneficiam da desgraça alheia, invadem a privacidade de terceiros e fazem qualquer coisa por dinheiro. Trata-se, assim, de uma posição em que se faz necessário lidar com delicados constrangimentos políticos e econômicos.

O jornalismo, para o autor, se encontra numa posição ambígua no campo do poder: ao mesmo tempo em que é visto como um quarto poder, tem sua operação profundamente dominada e controlada pelos campos econômico e político. Por isso, sua autonomia esteve sempre ameaçada, desde os tempos de surgimento e difusão da chamada imprensa popular, no fim do século 19, ou também em situações limite como da censura imposta pelos períodos de guerra. Por esse motivo, para Champagne, “a história do jornalismo poderia bem ser em grande parte a história de uma autonomia impossível – ou, para colocar de forma menos pessimista, a história interminável de uma autonomia que deve ser sempre reconquistada porque é constantemente ameaçada” (Ibid., p. 50).

Em função da fragilidade dessa autonomia, jornalistas buscaram profissionalizar suas atividades, apregoando a necessidade de submeter a atividade profissional apenas a imperativos intelectuais e técnicas de produção da informação, um movimento que pode ser detectado, dentre outros fatores, através do surgimento de escolas de jornalismo.

Mas Champagne percebe, no caso francês, que a busca dos jornalistas por autonomia esbarrou frequentemente em dois limites: por um lado, nas exigências políticas relativas aos veículos de imprensa, que estiveram sempre ligados a lutas políticas mais amplas; por outro, nas fortes relações que os conectam às expectativas reais e imaginárias do público, que, em última instância, sustenta a classe. Isso leva o autor a constatar que o jornalismo está estruturalmente condenado a produzir sob constrangimentos políticos e econômicos, embora essas pressões variem de acordo com cada caso. Barreiras morais tendem a ser facilmente derrubadas diante da força dessas pressões, daí a dificuldade da categoria em fazer valer seus próprios códigos deontológicos.

Já em meados da década de 1990, Champagne percebe que os debates em torno da ética jornalística circulam em torno de três temas essenciais: o crescimento do peso das considerações econômicas no setor da mídia, que, já naquele momento, se torna um foco de investimentos do setor financeiro; a aceleração das rotinas de trabalho em decorrência do surgimento de novas tecnologias comunicacionais e, por fim, o impacto dos novos meios (naquele caso, a televisão) sobre o público, que modificou profundamente o equilíbrio de forças entre os vários tipos de mídia.

Segundo o autor, é possível, grosso modo, distinguir dois grandes tipos de imprensa:

uma estritamente dependente do estado e, portanto, destinada a servir ao poder estabelecido, como nos regimes comunistas; outra constituída no modelo de empreendimento comercial voltado para o lucro, que, no caso da televisão francesa, só surge nos anos 1980 com a privatização da radiodifusão. Fatores como competição e urgência sempre estão presentes na produção de notícias, embora com pesos diferentes. Mas Champagne percebe que, na TV francesa recentemente privatizada, embora os poderes políticos não mais a controlem, não há completa liberdade jornalística. Afirmo o autor:

alguns jornalistas até preferiam a era da censura política, que era muito visível para não ser percebida por todos e era personificada por burocratas mais ou menos ingênuos que podiam ser enganados sem muito problema. A censura econômica, que ocorre pelas vendas do jornal, é mais forte e impiedosa. É anônima e pode parecer legítima para muitos: se o jornal não vende, ou vende apenas o bastante, de quem é culpa, senão dos jornalistas, que não sabem como cativar seu público? (Ibid., p 51).

Para Champagne, a principal contradição do campo jornalístico é que as práticas jornalísticas que melhor se adequam aos códigos de ética frequentemente não são lucrativas. Por isso, na Europa, desenvolveu-se uma legislação destinada a atenuar essa contradição. Baseiam-se em duas providências. A primeira é a tentativa de proteger indivíduos dos excessos da imprensa, garantindo-lhes o direito à privacidade e à não difamação. A segunda é a assistência econômica à atividade jornalística, reconhecendo-a como instituição necessária à democracia.

Nos regimes democráticos, a atividade jornalística é, para Champagne, pouco submissa ao poder político (algo questionado por importantes autores como Daniel Hallin apud SCHUDSON, 2005, p. 215), mas incontestavelmente dominada pelo econômico. A maioria dos meios de comunicação depende dos anunciantes e é diretamente submetida às leis econômicas, que frequentemente entram em conflito com as premissas da prática jornalística: empresas jornalísticas precisam levantar capital, tomar empréstimo com bancos, pagar débitos, contratar pessoas etc. Terminam, assim, por entrar numa lógica de produção caracterizada por uma competição intensa e pelo imperativo da velocidade.

As transformações tecnológicas das últimas décadas puseram sobre pressão ainda maior os jornalistas, que passaram a ter que produzir em “tempo real” e tiveram seu tempo de elaboração e decisão reduzido. De acordo com Champagne, essa aceleração põe a categoria numa posição de fraqueza, na medida em que impõe a ela esquemas explanatórios muitas vezes reproduzidos do lugar-comum. Crescem as dificuldades em investir num jornalismo mais investigativo e, portanto, menos apressado e mais custoso, já que a maior parte da

produção jornalística é sustentada por anúncios que, por sua vez, buscam atingir ao máximo possível de audiência.

Nesse contexto, prosperam aqueles profissionais que o autor chama de estrategistas de relações públicas (no caso brasileiro, esse papel é exercido pelas assessorias de comunicação), oriundos tanto do campo econômico quanto político, responsáveis pela elaboração de eventos e campanhas midiáticas, que caem como uma luva para o dia a dia cada vez mais atribulado dos periodistas. Da mesma forma, manifestações públicas como protestos e passeatas são elaborados a partir das especificidades da cobertura jornalística. Por esses e outros motivos é que os jornalistas são considerados “manipuladores manipulados”: uma notícia acaba por se tornar um evento tão complexo que muitas vezes escapa ao controle dos profissionais do jornalismo.

Muitas dos produtos do campo jornalístico são o que Champagne chama de bens simbólicos do mercado de massa. Eles se opõem e competem com o mercado muito mais limitado dos criadores, tais como artistas, cientistas e escritores, que tendem a produzir para jornais especializados e restritos a pessoas com atribuições mais ou menos semelhantes. O conflito, para o autor, se configura de forma radical: produtores que em seus bens simbólicos atendem aos seus próprios anseios intelectuais, de um lado; vulgarizadores que respondem a uma demanda externa por seus bens simbólicos, do outro. No entanto, dentro do próprio mercado massificado de bens simbólicos, há disputas entre os vários tipos de mídia, visto que nem todos os veículos de comunicação estão com o mesmo afimco na busca pela maior audiência possível. Assim, a mídia impressa se opõe à audiovisual num modelo de disputa semelhante. Na própria imprensa escrita, os tabloides concorrem com os periódicos consagrados de forma análoga. E, na audiovisual, a concorrência entre uma TV pública e outra comercial segue o mesmo esquema. Assim, segundo esse modelo, o jornalista de um grande diário da capital, com uma extensa clientela de assinantes, tem mais autonomia para trabalhar numa reportagem menos lucrativa do ponto de vista econômico do que o de um tabloide que só é vendido nas bancas e precisa chamar a atenção do cidadão que passa a caminho do trabalho.

Há, destarte, no campo jornalístico, uma tensão entre um polo intelectual e um polo econômico. Nesse aspecto, o campo jornalístico é homólogo ao da classe dominante. Em muitos aspectos, o sucesso econômico se opõe à consagração intelectual: um é material e efêmero; o outro, simbólico e muito mais gradual e durável. O campo jornalístico, assim como a classe dominante, deve conciliar esses dois universos antagônicos. Por isso, um empreendimento jornalístico de sucesso econômico busca ser um empreendimento intelectual

de sucesso: uma grande circulação não corresponde necessariamente a um grande jornal, vide a imprensa dita popular; mas uma circulação pequena é necessariamente um fracasso.

Para Champagne, é aí que está o poder do campo jornalístico. Este campo tem a capacidade de influenciar os demais campos através da fama que cria, e que está muito mais adequada à lógica dos polos político e econômico, e não à do polo intelectual. Tem a capacidade de consagrar, por exemplo, indivíduos que não necessariamente têm tal reconhecimento no respectivo campo, criando assim personalidades midiáticas.

Esse poder de consagração do jornalismo é baseado na própria legitimidade (legitimacy) adquirida pelo campo com o passar dos anos. São dois os princípios dessa legitimidade, e eles concorrem entre si. O primeiro é o que o autor chama de intelectual e moral: decorre das bases ensinadas nas escolas de jornalismo e busca evitar o partidarismo político e a busca a todo custo de circulação ou audiência. O segundo princípio é de ordem político-econômica e diz respeito à necessidade de atingir ao máximo possível de pessoas, uma vez que a maior parte dos veículos, especialmente a televisão comercial, é sustentada por anúncios. Em outros termos: o primeiro princípio é mais fortemente baseado no julgamento dos pares; é uma legitimidade interna ao campo e segue a lógica do polo intelectual. O segundo princípio, contudo, está submetido à lógica do plebiscito da audiência e tem mais ligação com o campo político.

Champagne percebe que enquanto a disputa no campo jornalístico esteve mais baseada na concorrência entre a imprensa escrita popular e a “intelectual”, a primeira nunca chegou a propriamente abalar o prestígio e a legitimidade da segunda. Mas, com o surgimento e a difusão da televisão, sua profissionalização e, no caso francês, sua privatização a partir dos anos 1980, houve uma profunda mudança na economia da produção de notícias, motivada principalmente pela visibilidade e pelo alcance da TV, que se tornou central para a ação política. A ascensão da mídia audiovisual, dessa forma, modificou a forma com que o debate público funciona, bem como a economia desse mercado de opiniões.

3.4. Crítica à autonomia

O questionamento acerca da autonomia dos jornalistas, sempre ameaçada pelos campos político e econômico, não deve, contudo, cair num reducionismo superado, do tipo “nada mais que”, como afirma Schudson (2005, pp. 214-223). O conceito de campo elaborado por Bourdieu, desse modo, contribui para a compreensão de como diferentes setores da vida social influem, à sua maneira, nos diferentes campos, cada um com diferentes estágios de

autonomia. Campos como a matemática e a poesia são mais “insulares, têm mais autonomia que, digamos, o jornalismo ou a política; têm a possibilidade de funcionar segundo uma lógica mais ou menos própria, menos sujeita à influência externa dos meios político e econômico, por exemplo. Para Schudson, uma das virtudes da ideia de campo é justamente pôr no centro das atenções a autonomia do jornalismo. Mas ele põe em questão: afinal, quanto autônomo deve ser o campo jornalístico?

O autor norte-americano reconhece que no jornalismo e entre os acadêmicos ligados à área, a ideia de que a mídia deve ser plenamente autônoma e perseguir a verdade doa a quem doer é aceita e amplamente defendida. Mas ele questiona, na teoria democrática, qual deve ser a extensão dessa autonomia. Ele cita o caso do clássico estudo de Hallin sobre a cobertura da Guerra do Vietnã, em que o jornalismo, através do ritual da objetividade, racionalizou a conexão entre Estado e mídia: em outros termos, enquadrou a relação do governo com a mídia numa série de critérios de noticiabilidade ligados aos padrões profissionais do jornalismo. Essa racionalização, contudo, privilegiou as fontes oficiais e, portanto, a visão governamental. Mas, num mesmo veículo de comunicação, havia variações no grau de autonomia da cobertura.

No mesmo sentido, Schudson verifica que, nos Estados Unidos, a história do jornalismo é marcada pela busca, entre os jornalistas, de autonomia em relação aos departamentos comerciais e, desde os anos 1990, surgiram questionamentos acerca do fim da barreira entre comercial e redação. A coluna vertebral do jornalismo estadunidense, explica o autor, é a primeira emenda à Constituição daquele país, que proíbe o Congresso de legislar no sentido de proibir a liberdade de palavra ou de imprensa (LIMA, 2010, p. 143). Mas, nos tribunais, a primeira emenda foi lida várias vezes como a liberdade das empresas de mídia de publicar e veicular o que bem entendem, o que em alguns casos enfraqueceu o a garantia de direito de resposta, sob a alegação de que se tratava de intrusão governamental. Ou seja: apenas a censura estatal tem respaldo naquele país. Daí o esforço dos jornalistas de lá no sentido de tentar se proteger das incursões do mercado.

O problema que Schudson vê na busca pela autonomia é o risco, percebido pelo próprio Bourdieu, de um fechamento egoísta das pessoas envolvidas no campo em questão. Os críticos mais conservadores da mídia estadunidense são críticos históricos dessa autonomia: veem os jornalistas como uma elite liberal que impõe a toda a sociedade seus valores. Mas o autor rebate essa crítica.

Na prática diária do jornalismo, a autonomia é um prêmio que editores e repórteres honestos buscam. Eles não querem ser subjugados pela pressão de

oficiais do governo, por um lado, nem pela pressão econômica dos donos ou anunciantes da mídia e pela competição do mercado, por outro. Querem ser capazes de proceder de acordo com sua própria inspiração e à serviço do seu julgamento acerca do que é notícia. Claro, o julgamento do que é notícia não é individual, mas um construto coletivo do campo ou comunidade jornalística. Isso não é codificado. Não é plenamente coerente. Nos casos mais difíceis, precisa ser debatido com repórteres e editores - “isso é uma notícia? É uma manchete? Vale a pena apurar a informação ou o rumor que chegou até nós?”. Nenhuma fórmula é válida para todos os casos e as várias empresas jornalísticas não operam de forma precisamente igual. Ainda assim, todos os jornalistas “respiram o mesmo ar” e desenvolvem hábitos de julgamentos às vezes absurdamente uniformes. Por isso, quando jornalistas coletivamente ganham autonomia do Estado e do mercado, eles não ganham a liberdade de se expressar individualmente (SCHUDSON, op. cit., p. 218).

Mas, para Schudson, a possibilidade do julgamento do que é notícia ficar restrito a um grupo de profissionais da mídia que está além da influência do Estado e do mercado pode não ser do interesse de uma sociedade democrática. O jornalismo não pode ser fechado como a matemática ou a poesia. O que mantém o jornalismo vivo, de acordo com o estudioso, é a natureza pública do trabalho dos jornalistas, o ambiente não autônomo que os cerca, a sua submissão diária à crítica das suas fontes e do seu público. Sem essas pressões, o jornalismo poderia terminar se comunicando apenas com si mesmo. Além disso, o autor ressalta que o jornalismo é dependente de eventos que nem Estado, nem mercado antecipam ou controlam, tais como desastres, acidentes, assassinatos. Muito do esforço jornalístico está concentrado justamente nos momentos em que as rotinas são quebradas.

Schudson defende que o jornalismo seja, sim, em parte dependente do mercado, entendido aqui como o público em geral, e também dependente em relação ao Estado, já que este é uma representação legítima da democracia e, portanto, da sociedade. Para que essa dependência seja satisfatória, o autor defende que o jornalismo seja descentralizado e variado nos pontos de vista que apresenta; que os jornalistas sejam recrutados de várias classes sociais; que o jornalismo tenha mecanismos de se autocriticar; enfim, que seja uma instituição pluralista. Só assim pode-se evitar que o jornalismo se torne uma ínsula de uma elite profissional.

4. O NOSSO JORNAL

Neste capítulo, conforme a metodologia explicitada anteriormente, e com base nas entrevistas semiabertas realizadas com pessoas envolvidas na produção do Nosso Jornal e na gestão da TV Universitária da UFPE, tentamos contar um pouco da história do telejornal, situando-o na base teórica explicitada nos capítulos anteriores. As entrevistas foram gravadas em áudio, com a autorização dos entrevistados, e transcritas; estão disponíveis para consulta nos anexos deste trabalho. Lá, além do texto, estão também informações relevantes tais como a data da entrevista e o local onde foram realizadas. No trabalho de transcrição, tentamos editar o mínimo possível do texto, com a intenção de mantê-lo fiel ao que foi dito. É por esse motivo que alguns períodos parecem desconexos. No mesmo sentido, por uma questão de boa fé acadêmica, optamos pelas citações diretas dos textos transcritos no decorrer do capítulo.

4.1. Antecedentes

Desde quando assumiu a direção do Núcleo de TV e Rádios Universitárias da UFPE, em 24 de janeiro de 2000, Paulo Jardel Cruz tinha a intenção de criar um telejornal na televisão. Com 30 anos de experiência na Globo Nordeste, emissora afiliada da TV Globo no Recife, ele defendia, e defende até hoje, que o telejornal deveria e deve existir por ser o instrumento sem o qual é impossível a criação de um elo entre a televisão e a sociedade.

Eu acho que a televisão tem que ter, uma televisão especialmente local, que é o caso, tem que ter um programa jornalístico, porque é dessa forma que se faz a integração entre o veículo e a comunidade. Então eu resolvi criar o jornal.

Antes da direção de Paulo Jardel, a TVU tivera outros telejornais, mas sempre de curta duração. No geral, as causas apontadas para a não longevidade dessas iniciativas são a ausência de recursos financeiros, a falta de pessoal em quantidade e com a qualificação adequada e a indisponibilidade de infraestrutura. De acordo com Luiz Lourenço, diretor de Programação da TVU entre 1998 e 2011, antes do Nosso Jornal, a última iniciativa de um telejornal local na emissora remonta a meados da década de 1990.

[...] quando ele surgiu [o Nosso Jornal], na verdade, há muitos anos que a gente não tinha um jornal local, né? Se a gente for resgatar a última vez que teve, eu creio que perto de 15 anos para cima, que nós tivemos o último jornal local aqui na emissora. [...] a gente tinha deixado de fazer um jornal local principalmente pela falta de estrutura. A dificuldade de você ter um

esquema para ter um jornal diário... É uma demanda relativamente grande para uma emissora como a nossa, que não tem orçamento, enfim, uma série de coisas de infraestrutura que tinha problemas.

A situação na década seguinte não era diferente. A implementação de um telejornal, embora fundamental na ótica da nova direção, esbarrava na dificuldade orçamentária da instituição. O núcleo ao qual a TVU está ligada nunca teve, de acordo com os entrevistados, dotação orçamentária própria. Além disso, a emissora sempre esteve submetida a restrições legais para obter recursos através de publicidade. Outro impedimento era a presença e a interferência de pessoas com pouco conhecimento do campo comunicacional, notadamente docentes da UFPE, muitas vezes ligados a cursos e áreas sem relação direta com os de comunicação social. A indicação de Paulo Jardel à direção do Núcleo visava superar os dois últimos obstáculos. Com ele, a reitoria colocava no comando da televisão e das rádios alguém do ramo, com experiência no negócio da comunicação, a fim de buscar recursos de origens diversas do orçamento da universidade.

[...] eu não estava disposto a voltar para a televisão, não, quando me chamaram. Eu tinha me aposentado da TV Globo, onde passei 30 anos. Mas Mozart [Neves Ramos, reitor da UFPE entre 1995 e 2003] era muito agradável como pessoa e muito idealista, então me forçou um pouco a barra. Eu me aposentei no dia 31 de dezembro de 99; no dia 2 de janeiro ele apareceu aqui com essa história de voltar para a TV Universitária. Eu aceitei em princípio, desde que ele me desse carta branca, porque eu sou de televisão, sempre fui, e achava muito estranho aquele núcleo ser dirigido por pessoas que eu chamaria de alienígenas. [...] Naquela época, o diretor era um rapaz chamado Lucilo Varejão. É um professor de francês, parece, e também não é muito do ramo.

Dar sustentabilidade financeira ao Núcleo era a missão de Paulo Jardel. Para tal, ele acreditava ser necessário trazer mais audiência para a programação, independentemente do teor dos programas. Diz o próprio:

“[...] eu assumi tentando transformar a televisão num supermercado de comunicação, onde tivesse diversos produtos, discutíveis ou não, mas contanto que eles dessem à televisão um negócio chamado audiência, o que não existia. Era traço em todos os horários”.

Uma das formas de garantir a audiência da televisão, para Paulo Jardel, era a presença de nomes conhecidos do público telespectador. Foi por essa razão que ele trouxe, por exemplo, o radialista Samir Abou Hana, com larga experiência no rádio pernambucano, para a programação da televisão. Como não havia recursos da própria instituição, a remuneração do comunicador e de sua equipe era vinculada à receita adquirida através de publicidade institucional veiculada nos intervalos do programa.

[...] Então foi pra lá o Samir Abou Hana. Se você me perguntar se... É um entrevistador razoável, tem uma boa experiência de rádio, e eu levei porque ele estava sem fazer nada e fez um contrato de risco comigo. Porque, ali, a falta de recursos é absoluta, você não tem recurso para nada.[...] ele participava da receita percentualmente, da receita do programa dele. [Neste momento da entrevista, pergunto qual era a origem dos recursos do programa em questão. Ele responde:] Publicidade, mas a maioria institucional, porque produto mesmo a gente não podia veicular.

Outra iniciativa com a finalidade de aumentar a audiência da TVU foi a tentativa de ampliar o alcance do sinal - até então, e mesmo hoje, restrito à Região Metropolitana do Recife – para Pernambuco inteiro. Para tal, o então diretor do Núcleo relata que contratou uma empresa do interior, que levaria a programação às regiões não atendidas pelo sinal emitido da antena do Recife através de satélite. No entanto, a iniciativa, de acordo com ele, durou poucos dias.

[...] eu tinha conseguido transmitir para todo o estado. [...] Através de uma empresa de Caruaru. Mas com a possibilidade da empresa de Caruaru fazer alguma coisa em termos de programação e em termos de receita. Só que eles assumiram no dia... Não me lembro exatamente a data, mas assumiram num dia e 15 dias depois, ou uma semana depois, veio uma ordem da reitoria proibindo o repasse de verbas para qualquer coisa. E, aí, eles perderam o interesse, porque tinham alocado um bocado de recurso, instalaram lá uma televisão por satélite, e não tinham mais nem como ter o retorno desse capital.

A busca pela audiência, associada à necessidade de captar recursos, levou a direção da época a admitir na programação da TVU, uma emissora educativa, espetáculos de cunho popularesco, que não agradavam sequer à direção. Em troca, os produtores contribuíam com a reforma das instalações e a aquisição de equipamentos para o Núcleo. Paulo Jardel conta que um dos estúdios que hoje estão em funcionamento foi construído seguindo esse esquema.

[...] o [estúdio] “A” existe porque apareceu um camarada lá na televisão chamado Marcos Silva, um nome assim. Ele disse: eu queria fazer um programa aqui. Um programa brega. E eu fui contra, em princípio. [...] Porque eu não gosto de brega [...]. Eu acho que é baixo nível, entendeu? Aí eu disse: “eu topo você fazer seu programa aqui”. Era aos sábados à tarde, não me lembro de que horas. “Desde que você reforme o estúdio 'B', o estúdio 'A'”. E ele gastou uns R\$ 30 mil, na época, e reformou tudo. E eu podia deixar de cumprir minha palavra? Não podia. Ele fez o programa lá, um bocado de tempo, e, para o que ele se propunha, até dava audiência.

Apesar da determinação em criar um telejornal na TVU, a dificuldade em conseguir patrocinadores fez com que, nos cinco primeiros anos de Paulo Jardel na direção do Núcleo, a empreitada não fosse possível. Até que, em 2006, surge uma empresa interessada na proposta.

4.2. O período Datamétrica

O professor Alexandre Rands Coelho Barros, vinculado ao departamento de Economia da UFPE, participava da realização de um programa sobre a sua área de atuação na TVU, intitulado O Negócio É O Seguinte, ligado a um grupo de professores deste setor da universidade. Ele é também sócio de uma empresa de consultoria e pesquisas econômicas, a Datamétrica, que buscava então expandir sua atuação para o campo da comunicação. Paulo Jardel já havia formulado a proposta de um telejornal para a emissora, e, de acordo com o professor, propôs que a Datamétrica assumisse a incumbência de gerenciá-lo.

[...] a Datamétrica, na época, ela estava tentando dar uma expansão nas suas atividades na área de comunicação. E, aí, como eu tinha o programa já lá, não pela Datamétrica, como professor da universidade, tinha O Negócio É O Seguinte, e, aí, Paulo Jardel, que é que tinha esse plano de fazer o Nosso Jornal, e, aí, ele incentivou a gente. “Rapaz, pegue, vocês conseguem publicidade”, e, aí, eu, digamos assim, comprei a ideia dele e topei fazer.

Embora tivesse jornalistas com trajetória profissional ligada ao telejornalismo em seu quadro funcional, a empresa não tinha, enquanto instituição, qualquer experiência com o assunto, como explica Alexandre Rands.

[A empresa] tem uma jornalista que tinha experiência da Rede Manchete. Então ela sabia como montar um jornal, certo? Ou seja, ela trabalhava em jornalismo na Rede Manchete. Então ela conhecia como é que era todo o processo de um jornal. Então ela é que foi tecnologicamente responsável pela montagem do jornal. E tivemos também, na época... Fizemos uma associação, contratamos, na verdade, Paulo André Leitão, que também conhecia muito de jornal. Então ele também deu apoio na tecnologia, o que é que a gente precisava, como é que fazia, como é que pegava as informações. E Paulo Jardel também conhecia bastante de jornal.

De acordo com Paulo Jardel, a ideia inicial era de que a empresa gerenciasse o telejornal, no sentido de dar sustentabilidade financeira à iniciativa. O que fosse arrecadado de publicidade iria para a empresa, e um percentual desses recursos teria como destino o caixa da televisão.

[...] eu já estava lá há uns três anos ou quatro. Sempre buscando criar esse jornal, mas com todas as dificuldades. Então a Datamétrica [...] propôs de gerenciar o jornal. Não gerenciar o noticiário, o noticiário era todo olhado por nós, mas gerenciar financeiramente e tal, e o que fosse arrecadado de publicidade ou qualquer coisa desse tipo era dele, e ele pagava um percentual à televisão. [...] ele fazia um programa dele lá, de economia. Quando ele soube da história do jornal, ele propôs em assumir o jornal, e assumiu. Fez um contrato conosco de dois anos.

A triangulação financeira que viabilizou a realização do telejornal, de acordo com

Alexandre Rands, envolvia também a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (Fade), uma vez que o NTVRU nunca teve personalidade jurídica própria; no organograma da UFPE, ele é classificado como órgão suplementar e está diretamente vinculado ao gabinete do reitor. A Fade era responsável por parte das contratações de pessoal envolvido na produção do telejornal e nos demais setores do Núcleo. Outra parte era contratada diretamente pela Datamétrica. Um terceiro grupo era composto de funcionários da própria universidade. No telejornal, este último grupo era responsável apenas pelo pessoal técnico responsável pela veiculação ao vivo. Além da cessão desse pessoal, como afirma Luiz Lourenço, era contrapartida da TVU no contrato a partilha do espaço físico. Estava formada a estrutura que deu início ao Nosso Jornal.

Sob o comando da Datamétrica, o Nosso Jornal foi ao ar por cerca de um ano (nenhum dos entrevistados soube precisar o tempo exato de duração do contrato). O modelo arquitetado para a sobrevivência do telejornal, de acordo com os entrevistados, nunca deu o retorno supostamente esperado. Nas palavras de Paulo Jardel, a empresa desistiu do jornal porque “dava despesa, e a receita não vinha [...]”. Era uma despesa grande. Relativamente grande. Ele criou uma superestrutura inicial”. De acordo com Alexandre Rands, a Datamétrica funcionou como gestora e provedora financeira da iniciativa, mas terminou tendo prejuízo.

A publicidade nunca chegou... Se você for pegar do global, a publicidade não chegou a representar nem uns 30%. Chegou mais ou menos a isso, uns 30, 35%. O resto a gente bancou mesmo. [...] Foi prejuízo. Por isso que a gente parou, né? Porque era uma brincadeirinha muito cara, a gente achou que ia conseguir reverter, entendeu? Porque, também, se a gente tivesse tido lucro, o contrato era que, se a gente tivesse lucro, seria nosso. Mas não tivemos lucro.

É importante notar, contudo, que, hoje, parece evidente para alguns dos entrevistados que a iniciativa da Datamétrica em assumir o telejornal visava, mais do que obter recursos através da publicidade, trazer vantagens e benefícios de ordem diversa para a empresa. Para Luiz Lourenço, é questionável o termo “parceria” para se referir ao contrato firmado entre a TVU e a Datamétrica.

o Nosso Jornal nasceu de uma parceria (se é que se pode dizer isso, né? Eu coloco até umas aspas nisso aí) da empresa Datamétrica, do professor Alexandre Rands, que é professor de economia da universidade, e com o desejo mais ou menos dentro da perspectiva pessoal de empresário dele, na verdade.

No mesmo sentido, Paulo Jardel afirmou: “[...] politicamente eu acho que foi muito importante para ele. [...] Porque ele abriu portas, a empresa dele passou a ser uma empresa

mais conhecida”.

Jornalismo e política editorial no período Datamétrica

Nos meses em que o Nosso Jornal esteve sob o comando da Datamétrica, os jornalistas que trabalhavam na sua produção eram diretamente contratados pela empresa. Seguiam, portanto, as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem a realização de concurso público. A equipe foi recrutada como numa seleção de uma empresa privada, e o processo de seleção foi conduzido por eles próprios, sem grandes interferências da instituição.

[...] a gente chamou Paulo André Leitão, e ele e Brites [Caminha] são jornalistas e eram do meio, certo? E aí eles disseram, não, eles compuseram quanto a gente precisava no quadro, precisava de jornalista assim, jornalista assado, com essas características e aí começaram a correr atrás. Aí vinha muita indicação, tinha gente que tinha sido estagiário da TVU, tinha saído e não tinha posição, aí eles indicaram... Mas Paulo Jardel, justiça seja feita, sempre deu liberdade total para a gente definir quem a gente contratava. Nós, Paulo André e Brites, como eram do meio, aí saíam no boca a boca, fazendo divulgação, as pessoas batiam na porta, a gente avaliava se era boa, se não era... Fazia testes, fizemos testes com várias pessoas, principalmente aqueles que eram apresentadores, e aí contratávamos. A maioria das pessoas eu sequer conhecia, e eu acho até que Brites e Paulo André também não conheciam, a maioria dos que foram contratados. Eram contratados do mercado, mesmo, mas como uma empresa privada contrata, não como uma empresa pública. A gente não fazia concurso, mas abria, divulgava, as pessoas apareciam e a gente selecionava.

Nenhum dos entrevistados soube informar com certeza quantas pessoas integravam a equipe do Nosso Jornal. Mas, pelo que foi relatado, é possível constatar que era uma equipe enxuta (o que, para os padrões da TVU, poderia muito bem ser considerada uma “superestrutura inicial”, como disse Paulo Jardel). O telejornal dispunha apenas de uma equipe de reportagem, além de profissionais fixos na sede da emissora (editores, produtores, apresentadores). Predominavam, nessa equipe, profissionais diplomados. Luiz Lourenço recorda a equipe que era contratada diretamente pela Datamétrica:

o pessoal que fazia externa, a equipe de externa, transporte, equipamento, edição, eles locaram uma ilha de edição, pagavam editor... Enfim, todo o pessoal e toda a estrutura. A TV basicamente entrava com a realização ao vivo do jornal, com a equipe, com o equipamento, enfim.

Ainda de acordo com Luiz Lourenço, uma parte da equipe envolvida era terceirizada pela Datamétrica. Se considerarmos que o modelo de contrato entre a Datamétrica e a TVU consiste numa terceirização do jornalismo, não é exagero afirmar que se tratava de uma

“quarteirização” da atividade-fim da emissora.

O jornalismo praticado pela Datamétrica na TVU seguia basicamente os ditames da teoria do espelho, ainda hoje recorrente nas redações: ele deveria ser “uma transmissão não expurgada da realidade”. Segundo essa ótica, as notícias são como são porque a realidade assim as determina, e os jornalistas são técnicos desinteressados, profissionais sem interesses específicos a defender, que devem dizer a verdade, doa a quem doer (TRAQUINA, 2002, pp. 74-75). De acordo com Alexandre Rands,

a política editorial da gente era liberdade e honestidade nas informações. Então a ideia principal, que foi o que me encantou e fez com que eu apoiasse era ter um jornal que fosse realmente livre, não ficasse só com aquele “puxa-saquismo” que os jornais da gente ficam, de grupos empresariais, ou de poder político... Então era liberdade, falar a verdade e pronto. E uma coisa que o jornal sempre prezou muito e sempre teve.

O Nosso Jornal, nos tempos da Datamétrica, alegava prezar por qualidade, embora em nenhum momento fique evidente no que consiste essa qualidade supostamente almejada. Pelo relato de Alexandre Rands, surge a impressão de que a qualidade do telejornal se daria por méritos profissionais e pessoais da sua equipe, em comparação com uma visão estereotipada e ingênua de um meio jornalístico predominantemente corrupto, incompetente e mau. Apesar disso, ele reconhece que a limitação de recursos também afetava, como afetou, a qualidade do noticiário.

Uma coisa que a gente tinha era jornalistas de muita categoria, o que a maioria dos outros jornalismo aqui da gente não têm. Porque jornalismo hoje é uma profissão meio... Eu acho que é pior do que prostituição. Isso é um negócio danado. Quem sobrevive e se dá bem geralmente é muito safado. Eu noto isso, entendeu? Então o da gente não era. Era uma coisa feita com elegância, com seriedade. Então, no fim, terminava se querendo fazer coisas de mais qualidade. Porque realmente a qualidade era a nossa preocupação. Agora, obviamente, com limitação de recursos tremenda.

No mesmo sentido, mas em outro momento, ele afirma:

[...] a gente achava que a imprensa da gente era muito ruim. Quer dizer, que era muito ruim, não, que era, no fim... As motivações secundárias dela terminavam dando um jornalismo de má qualidade, e que a gente poderia melhorar. É como uma base... Um dos fundamentos ideológicos, digamos assim, da formação do jornal, era esse. Ver se a gente conseguia fazer um negócio melhor. Mas nem sempre fazia melhor, não. Porque, no fim, tudo bem, a gente queria fazer o melhor, mas também, com bem menos recursos que o outro, termina é fazendo pior.

A pauta do jornal, neste momento, era voltada para o noticiário factual, os acontecimentos do dia e, de acordo com Alexandre Rands, remetia a um caderno de cidades

(curiosamente, o entrevistado se refere a esse viés como um aspecto negativo):

A gente tinha as pautas políticas, tinha as pautas de cidades... Era mais notícias quentes do dia. É uma coisa aí, eu diria até que... Para mim, o jornal, digamos assim, perdeu um pouco o encanto até porque ele ficou muito um jornal tipo um caderno de cidades do jornal. Eu não sei. No fim, a gente falava: “estourou um cano da Compesa [Companhia Pernambucana de Saneamento]”, “teve engarrafamento”, “caiu uma casa”, “choveu muito”, enfim, ficava com o dia a dia mesmo. [...] Tinha a parte de polícia, “fulano foi assaltado”, não sei o quê... Não era grande a parte de polícia, não era jamais uma Folha de Pernambuco, mas era muito esse factual mesmo. Era um caderno de cidades, que conta o que aconteceu no dia...

Apesar de se ater ao noticiário “quente”, o jornal foi pensado para ter um diferencial em relação aos similares das outras emissoras. Ele era veiculado no fim da noite, ao contrário dos outros telejornais locais, que, em geral, vão ao ar no fim da tarde ou no começo da noite, entre 17h e 19h. Com essa diferença de horário, o Nosso Jornal poderia, em tese, fazer a cobertura de certos acontecimentos do dia que só estariam nos outros telejornais locais no dia seguinte. Essa ideia foi arquitetada por Paulo Jardel, que tinha larga experiência em TV comercial e, como foi exposto, estava decidido a atrair audiência e, com isso, recursos para a TVU. Questionado sobre o diferencial do Nosso Jornal em relação às outras emissoras, ele afirma:

Em tese, havia, porque nós nos preocupávamos muito com a culinária local, vamos chamar assim. Então o que provavelmente as outras não enfocavam, a gente enfocava. As outras ficavam num lapso entre o último jornal e o primeiro do dia seguinte. Nós estávamos no meio. [...] Era o último jornal da noite local. Local. Porque depois tem o da Globo, mas tudo nacional.

Na mesma linha de argumentação, Alexandre Rands detalha:

Na avaliação de Paulo Jardel, que dizia, e Paulo André e Brites também... Achavam que estava faltando um jornal local que fosse feito tipo 10h da noite e conseguisse cobrir os acontecimentos da cidade entre 4h da tarde e 8h da noite. A gente percebeu que essa era uma lacuna que existia na cidade. Porque o jornal da Globo ia para o ar às 7h da noite, os que tinham nas outras emissoras também até essa hora, porque eles estavam cobrindo efetivamente até 4h da tarde, os acontecimentos. Então a gente teria de 4h às 8h, que era uma hora que estava descoberto, mas a gente ia às 10h para o ar, então a gente concentrava muito no que acontecia nessa hora. Ficava um jornal para o cara chegar em casa, ver e ter o que, saber o que aconteceu na sua cidade num horário em que nenhum outro jornal cobria. Só ia ser coberto na manhã seguinte.

E Luiz Lourenço complementa:

[...] o jornal, o Nosso Jornal, era o último jornal local das emissoras daqui de Recife, então fazia também com que o jornal pudesse incluir pautas que os outros não podiam incluir por questão de tempo. Por exemplo, as pautas

do início de noite. [...] O jornal, em média, era de 20h em diante, afora talvez o horário de verão. Não me lembro. Mas... E aí, a essa altura, todos os jornais locais já tinham ido, já tinham fechado suas pautas, então ele tinha sempre esse componente daquela pauta que, veja só, se apresentava no dia seguinte nos outros jornais. Eram apresentadas ainda no mesmo dia...

Outro fator determinante para a definição das pautas, dos enfoques e das prioridades do Nosso Jornal no período de comando da Datamétrica era o baixo número de profissionais contratados. A necessidade de preencher vários minutos de programação com notícias do dia, associada à limitação de ter apenas uma equipe de reportagem na rua a cada turno, limitava a atuação dos profissionais envolvidos. É o que afirma Luiz Lourenço:

[...] mesmo nos tempos da Datamétrica, que é quem bancava a estrutura, a estrutura era pequena. Porque se fazer um telejornal com uma equipe só por saída, é pequena. Você não vai... Se você quiser competir, em termos do que as outras emissoras cobrem, você não vai conseguir, né? Fazer com uma equipe só, por período, na rua.

Mas, exceto na orientação em termos mercadológicos do telejornal (o horário em que ele devia ser relacionado, de que forma ele deveria concorrer com os outros telejornais, que conteúdos ele deveria trazer antes das outras emissoras etc.), a participação da universidade e da TVU na realização dos seus conteúdos era praticamente inexistente. A ponto do diretor de programação da emissora à época afirmar:

“[...] não ficou uma relação nesse sentido da questão do conteúdo. Não existia relação nenhuma. Eles faziam o jornal do jeito que eles queriam e a gente não opinava sobre isso, não tinha nenhuma interferência, não tinha nenhuma preocupação em discutir pautas [...]”.

Mas, curiosamente, apesar da evidente terceirização de uma das atividades-fim da TVU pela Datamétrica, esse processo não era evidente para o público telespectador. Não ficava nítido, para quem assistia, que havia uma empresa por trás do noticiário. A fronteira entre uma produção independente e uma produção “da casa” era nebulosa. De acordo com Luiz Lourenço, “provavelmente, tinha alguma assinatura com lettering, e isso não era muito marcante, não. O que ficava mais marcado era a assinatura da realização da TV”.

Para Alexandre Rands, outro fator que determinava a abordagem do jornal era o fato de ele ser exibido na TV ligada à UFPE. O prestígio da Universidade perante a sociedade (mesmo que intuitivo), associado ao fato do próprio empresário ser também docente da instituição, impunha certos limites, mesmo que, na entrevista, reste a impressão de que se tratam de limites de certa forma moralistas.

[A UFPE] não é uma instituição pública qualquer. Você sabe que eu sou professor da universidade. Então, prezando pela minha instituição, é a

Universidade Federal de Pernambuco. Então, por causa disso, isso dava uma certa, digamos assim... Definia algum, os limites de atuação, claro. Então, por exemplo, jamais estaríamos com uma propaganda positiva pró droga, pró prostituição, até mesmo pró cigarro. Ou seja, não teríamos jamais uma postura... A gente tinha uma postura ética, que eu acho que era uma postura ética que está adequada a uma universidade do porte da Universidade Federal de Pernambuco. Então claro que isso definia muito o que a gente podia tratar, como tratar, que prioridade dava, entendeu?

A influência da audiência presumida no período Datamétrica

Embora a prioridade da gestão de Paulo Jardel à frente do NTVRU fosse a atração de mais audiência para os veículos de comunicação que o integravam, essa não parecia ser a prioridade da Datamétrica, que, como vimos, de fato gerenciava as atividades do telejornal. Nos anos do Nosso Jornal, devido à restrição orçamentária, a TVU não tinha condições de contratar um serviço de medição de audiência. De acordo com os entrevistados, esse acompanhamento era feito informalmente e “por empréstimo” das pesquisas encomendadas por outras emissoras. Mas, por não ter adquirido os direitos para utilizar as informações das pesquisas de audiência, a emissora era impossibilitada de citá-los formalmente como atrativo na captação de novos anunciantes. Uma grande contradição. Para nós, trata-se de uma grande contradição. Sobre o assunto, Luiz Lourenço comentou:

Olhe, é muito difícil, não só um produto específico, como foi o telejornal, mas qualquer horário nosso, para a gente ter isso, essa informação, a gente só pode ter ela se pagar o Ibope. E a gente nunca pagou. Nunca teve grana pra isso. O que na verdade a gente faz de vez em quando, pelo fato de ter funcionários que trabalham aqui e trabalham em outras emissoras, como a Globo, como a Tribuna, como a Jornal, enfim, que tinham acesso aos mapas, que essas emissoras tinham os contatos lá com o Ibope, e passavam isso. Só que o negócio é o seguinte: a regra da pesquisa de audiência é que você pode até numa conversa informal citar esse dado, mas você não pode citá-lo oficialmente.

O ex-diretor de programação da TVU ilustra a dificuldade de não dispor de instrumentos de medição de audiência com o caso da exibição pela TV Cultura (naquele momento, a cabeça de rede da TVU) do Documento Nordeste (ou, abreviadamente, Doc Nordeste), programa de documentários produzido pela emissora que tinha como tema a cultura local.

Nós tivemos o Doc Nordeste em rede nacional num período lá na TV Cultura. Nesse período que a gente estava mais próximo da TV Cultura, eles aprovaram essa... Que, inclusive, foi Rogério Brandão, que hoje é diretor de programação da TV Brasil, que era o diretor de programação da TV Cultura, e ele implantou o Doc Nordeste a nível nacional. Eles tinham um dado lá que na estreia do Doc Norteste lá na rede, lá em São Paulo... Na verdade, esse

dado era específico da cidade de São Paulo. Estreou com cinco pontos de audiência. E, em São Paulo, um ponto lá, na época, eram 80 mil pessoas. Então, era um terço de um milhão de pessoas, você tinha lá naqueles cinco pontos. Uma vez a gente fez um projeto, um projeto de captação de recursos para o programa, e queria colocar esse dado. Era um dado forte para tentar se comercializar e, enfim, buscar patrocínio. Só que não podia usar. A própria TV Cultura disse: “olha, a gente paga aqui, a gente pode usar, mas vocês não podem usar, o Ibope não vai permitir”.

No caso do Nosso Jornal, em função da falta de informações fidedignas a respeito da audiência, a equipe tentava, de forma intuitiva, trazer conteúdos que ajudassem a atrair a audiência. De acordo com Alexandre Rands,

a TVU não tem aquele sistema de acompanhamento do Ibope. Então nós não tínhamos acesso. A gente não sabia. Só que aqui e ali alguém dizia “vocês têm tanto”, porque era uma empresa de comunicação que acompanhava, que tinha os acompanhamentos para veicular publicidade, então o que a gente conseguia de informação era assim, dito de boca por pessoas que tinham acesso às informações. Nós mesmos, não tínhamos. Então, tentamos acertar de forma intuitiva o que é que estaria querendo.

É sabido que os jornalistas se utilizam da própria intuição (e de certos preconceitos e estereótipos), mais do que de dados específicos, para atender aos supostos anseios da audiência, que muitas vezes é imaginada a partir deles mesmos. Esse fator, crucial para compreender a formatação dos textos jornalísticos, permite falar que, nas rotinas produtivas, o jornalismo busca atender a uma audiência presumida (VIZEU, 2005, pp. 74-79). Mas, no caso de uma iniciativa de uma empresa que alegava obter lucro com a venda de cotas de publicidade, esse tipo de informação deveria ser fundamental.

A presunção da audiência não é exclusiva dos jornalistas. Luiz Lourenço relata que, na TVU, a chamada “faixa nobre”, situada entre 19h e 21h no horário normal, foi ocupada no passar dos anos por programas locais, com base justamente na ideia de que a audiência nesse período era mais alta. A ideia era aproveitar um momento do dia em que muitos televisores estão ligados para veicular a programação local, que teria forte apelo junto ao público em geral.

[...] a gente, por intuição, praticamente, sabia que aquela faixa nobre, porque o nosso horário local é fixo desde muito tempo, e principalmente ficou referendado quando a gente discutiu isso no comitê de rede da EBC, para discutir quais horários seriam de programação local, quais seriam nacional, e a gente sempre teve aquele horário, 19h às 21h, no horário normal, e 18h às 20h no horário de verão, como horário forte de opção local. Tanto que, em alguns momentos, o Nosso Jornal competia com um pedaço do Jornal Nacional, na época em que por exemplo ele era de 20h, 20h05, mais ou menos. Então ele competia com um pedaço do Jornal Nacional. Mas a gente sempre intuiu que a coisa do apelo local do produto local é muito forte. [...]

o apelo da notícia local e, principalmente, telejornal, que é o caso, é muito forte. Então a gente intuía que ali a gente estava oferecendo uma possibilidade. Não sabia dos números, tal, mas a gente sabia que ocupava um... Porque, se você for ver, e provavelmente ainda é hoje assim... [...] a gente estava, na verdade... era a única emissora oferecendo, no horário nobre, uma opção local. Então isso, de algum modo, fazia uma diferença, já que as outras não tinham interesse de competir com o Jornal Nacional.

Não deixa de ser contraditório, também, que uma emissora declaradamente em busca de audiência veiculasse seu principal programa local, seu “elo com a comunidade”, justamente no horário em que nem as demais emissoras locais, com mais recursos de toda ordem, evitavam fazê-lo. O próprio Alexandre Rands reconhece que o tema da audiência

[...] não foi tratado de forma muito séria não. De forma profissional séria, sim, foi um jornal ... O jornal foi feito com seriedade. Mas sem ter se voltado muito para isso [a audiência]. Então não teve uma abordagem mais técnica do problema, não.

Luiz Lourenço também reconhece que, mesmo no período da Datamétrica, a preocupação em conquistar mais pontos de audiência era secundária.

Óbvio que quando se faz uma programação, você quer que as pessoas vejam o máximo possível, mas eu acho que desde antes mesmo, a gente nunca teve uma preocupação realmente de dizer: “não, a gente precisa conquistar audiência a todo custo...” [...] Botar isso como meta. Eu acho que sempre foi uma coisa que a gente achou que tinha retorno na medida em que a gente... Que a proposta fosse séria, digamos assim. Obviamente que havia muita contradição na nossa programação, principalmente no período onde a gente chegou a ter mais de 30% de programação local, isso incluindo as reprises e tal. A gente chegou a um momento que chegou a quase 35% de local, e isso é um índice muito alto para uma emissora local. Provavelmente nenhuma dessas outras aí, comerciais, teve ou tem um índice assim. Então, não havia essa preocupação realmente com a audiência.

Talvez por isso, os principais anunciantes do Nosso Jornal em todo o período analisado foram empresas estatais e órgãos públicos em geral (de acordo com Alexandre Rands, anunciaram nos intervalos do primeiro ano do Nosso Jornal órgãos públicos como Chesf, Banco do Nordeste e Ministério da Saúde). Ele relata a dificuldade em conseguir apoiadores do setor privado:

Eu conhecia muito o pessoal de agência. A turma não quer saber, não. A turma só vai para a Globo e pronto. Mesmo essas outras emissoras tem dificuldade de anunciar. Então tem que ser uma política muito corpo a corpo, entendeu? O cara anuncia, o cara privado que anunciava, ele anunciava porque estava querendo fazer um favor a mim. O jornal não pode se sustentar assim, com um network pessoal, privado, meu, as pessoas anunciarem para fazer favor a mim. Não dá, né? O pouco que teve (se teve, eu já confundo, porque depois a gente teve uma revista, né? Que a gente também descontinuou pela mesma razão)... E eu via a turma querendo anunciar

porque... Para ser simpático a mim. Tudo bem, eu agradeço a simpatia, mas não acho que o negócio possa funcionar dessa forma.

Uma vez que o Nosso Jornal foi pensado, comandado e executado por profissionais que, embora estivessem num ambiente estatal, eram pautados pela lógica privada, a busca por conteúdos exclusivos e furos de audiência estava presente, mesmo que, na prática, fosse limitada pela estrutura diminuta. Já falamos, no capítulo 3, citando Bourdieu, das consequências políticas da busca pelo furo e de como isso banaliza e limita o campo jornalístico. É possível perceber, através do relato de Alexandre Rands a respeito da veiculação de uma notícia sobre pernambucanos que presenciaram o desastre do furacão Katrina, nos Estados Unidos, que, no telejornal da TVU, essa orientação também estava presente, apesar de não fazer parte das pretensões da empresa.

Ah, isso [o furo] sempre se busca. Aí é a vaidade dos próprios jornalistas. Para mim, não é tanto relevante isso, não. Mas, pela vaidade dos jornalistas... Eles adoram quando fazem uma reportagem que ninguém mais faz. Então, por exemplo, o pessoal vibrou muito quando a gente conseguiu um contato quando teve aquela... Aquele furacão lá em... Lá nos Estados Unidos. [...] Eu tinha uma aluna que estava estudando em Nova Orleans. A gente botou ela no ar, por telefone, e foi um furo, ninguém conseguiu nenhum pernambucano que estava lá. A gente conseguiu notar que no meio dos jornalistas, para eles era uma vibração muito grande. [...] por mim, não acho que isso é tão relevante, não. Mas eu notava que eles vibravam com essas coisas, quando a gente dava um furo.

Muitas das temáticas abordadas pelo telejornal estavam ligadas não a uma política editorial estruturada e pensada, mas a preferências pessoais das pessoas que comandavam o telejornal, bem como pela proximidade dos realizadores com o campo econômico, uma vez que a empresa gestora do programa prestava e presta serviços de consultoria econômica. Como afirma Alexandre Rands,

Tínhamos uma parte de cultura forte, tínhamos uma parte de economia forte, que aí, claro, a gente tinha acesso a informações da Datamétrica, que era uma empresa de consultoria econômica, que termina tendo muita coisa de economia. Então a gente tinha uma parte de economia forte, tínhamos uma parte de cultura forte... Aí eu não sei nem porquê, porque acho que talvez Brites gostasse, Paulo André gostasse... A parte política, os acontecimentos, essas entrevistas, não sei o quê, essas coletivas que o pessoal dá, a gente sempre ia também. Passamos a ser um jornal a frequentar esses acontecimentos.

Debates sobre a criação de conselhos no período Datamétrica

Embora a década de 2000 tenha sido de grande debate e mobilização para o campo da

comunicação pública no Brasil, com a realização das duas edições do Fórum de TVs Públicas e a criação da EBC, no período em que a Datamétrica foi responsável pela realização do Nosso Jornal, havia uma certa hostilidade ao tema, tanto da parte da direção do Núcleo quanto da própria empresa responsável pelo telejornal.

Paulo Jardel conhecia o debate sobre a criação de um sistema público de comunicação, mas, desiludido com a falta de recursos, não acreditava no seu sucesso.

Sempre houve essa discussão, mas televisão, em especial, não se faz sem dinheiro. “Ah, eu vou fazer televisão, não quero dinheiro”. Aí, é brincadeira, porque não vai fazer. Porque uma válvula, eu me lembro, da rádio FM custava R\$ 7 mil. Uma válvula! E essa válvula tinha duração limitada. Então, todo o equipamento, eu acredito, fora o transmissor novo que está lá, todo o equipamento foi comprado por mim arranjando dinheiro assim, de institucionais. [...] O conceito de TV pública é excelente, desde que haja dotação orçamentária, o que nunca aconteceu.

Ele conta que nunca acreditou na movimentação da época em torno da criação de uma TV pública brasileira. Tanto que não teve interesse em participar dos fóruns: “eu nunca participei. [...] Porque, primeiro, que não comprei o produto. Quem comprava muito o produto era o Lourenço. Então eu mandava o Lourenço ir”.

Havia também, da parte do então diretor, uma descrença num modelo de comunicação pública que envolvesse a participação da sociedade através de conselhos e ouvidorias. Sobre a discussão, à época, acerca da instituição de um conselho, Paulo Jardel afirmou: “é muito bonito na hora de criar. Depois, ninguém aparece, ninguém faz nada, ninguém dá palpite...”. Perguntei-o se houve, nos nove anos em que o Núcleo foi dirigido por ele, alguma iniciativa desse tipo:

Teve uma vez. Não no meu tempo. Foi antes, anterior a mim. Mas fizeram uma tentativa, botaram gente de nível alto, é esses caras aí desses Sesi, Senai, mas nunca ninguém apareceu. Porque ninguém quer meter a mão no bolso não, doutor, nem quer se comprometer com coisa nenhuma.

Luiz Lourenço também faz menção a essa tentativa de criação de um conselho. Mas ele ressalta que esse conselho não tinha participação direta da sociedade. Era uma comissão de “notáveis”, indicada pela reitoria e que buscava principalmente acomodar pessoas pretensas a exercer a função de diretor do Núcleo. Diz ele:

[...] a gestão de Sílvio Barreto Campelo [professor da UFPE ligado à área de design, diretor do NTVRU de 1994 a 1997], houve um ensaio de criar uma, que já era, na verdade, já sabia que ele ia sair e tal, era a criação de um conselho que, enfim, discutisse essas coisas. Mas a criação desse conselho foi uma criação muito confusa, na verdade, porque foi da cabeça do professor Geraldo Pereira [vice-reitor entre 1995 e 2003, na gestão de Mozart Neves Ramos] que saiu os nomes das pessoas que iam participar

desse conselho. Então, de algum modo, ele escolheu pessoas notáveis... E que, no meu entender, na verdade não tinham muito o que contribuir. E, na verdade, dentro desse conselho que ele construiu, havia no mínimo duas pessoas interessadas em ser diretor daqui, que era o caso de Fernando da Câmara Cascudo, que foi diretor de jornalismo da Rede Manchete, que hoje é Rede TV, e o que acabou sendo diretor, professor Lucilo Varejão, professor lá do departamento de Letras. Então, ao assumir o cargo, o conselho sumiu.

Na gestão seguinte, do reitor Amaro Lins, Luiz Lourenço conta que havia uma forte pressão para a saída de Paulo Jardel, ligado à gestão anterior, mas este terminou permanecendo na direção. Para balancear a permanência de um integrante da gestão anterior, surge novamente a ideia de criação de um conselho.

Na verdade, [os integrantes do primeiro conselho] fizeram umas reuniões que eu considero informais e que não deu em nada. Na verdade, existia essa aspiração desses membros de serem diretor daqui e só. E, no momento que Lucilo assumiu, acabou discussão de conselho. E aí, mais adiante, como eu tinha falado antes, na primeira gestão de Amaro Lins, ele, primeiro, concordou com a continuidade de Paulo aqui, que havia muita pressão lá, principalmente dentro da universidade, de tirar Paulo... [...] mas com a proposta de criar um conselho, e chegou a criar também informalmente na medida em que só tiveram, eu acho que não passou de três ou quatro reuniões, então, na verdade, era um conselho de notáveis da universidade. A única diferença do outro é que era de professores, aí convidou, sei lá, Silke Weber [professora do departamento de sociologia da UFPE], Cristina Teixeira [professora do departamento de comunicação da UFPE], o então pró-reitor de pesquisa, aliás, de extensão, que é o atual reitor, Anísio Brasileiro... Era quem ia ficar como presidente desse conselho. Então, como eu te disse, teve três, talvez quatro reuniões, e morreu.

Com os fóruns de TV pública e a iminência da criação da EBC, Luiz Lourenço, que esteve nos eventos, conta que passou a pressionar a direção para a criação de um conselho. Ele relata:

Aí, na verdade, esse assunto do conselho, eu passei a insistir nele a partir do momento que a gente passou a trabalhar com a perspectiva da EBC. Ainda não tinha sido criada a EBC, mas a gente sabia que o caminho ia ser esse. Na verdade, foi após o 1º Fórum Brasileiro de TVs Públicas, que eu participei lá em Brasília, que, para não deixar no vazio, eu resolvi fazer um documento. Porque eu chegava para Paulo, por exemplo, nos anos da gestão dele, ele nunca quis participar dos encontros da Abepec nem reuniões que discutissem isso, não se interessava. Mas eu me sentia na obrigação de, sempre que chegar, chegar lá e passar as informações, documentos, se fosse o caso. Mas ele dizia: “ó, fique com você” e tal. E depois do primeiro fórum, eu lembro que fiz um documento, distribuí ele com as chefias, fiz para ele, para Paulo, mas com cópias para todos os outros setores, colocando essa necessidade da criação de um conselho, que isso apontava para isso e tal. E eu me lembro que ele dizia claramente que, se a universidade criasse um conselho, ele entregava o cargo, porque não queria ficar subordinado e tal.

A possibilidade de criação de um conselho também não era bem vista por Alexandre Rands. Para ele, esse tipo de iniciativa é uma distorção da democracia, uma espécie de assembleísmo.

[...] se isso é a ideia de um órgão público, é melhor fechar. Sinceramente. Porque isso não funciona. Quando bota muita coisa só... E você for ver, todas as vezes que a TV Universitária teve muito conselho, e muita coisa, muita gente querendo patrulhar a TV, ela simplesmente não produziu. Então isso existe como ideal perverso e distorcido de democracia. Isso não é democracia, não. [...] Isso é assembleísmo, é diferente. Então, a gente, quando é jovem, tende a confundir democracia com assembleísmo. Não é isso. Democracia não é participação de todo mundo. É transparência e a decisão de quem assume e quem conduz ser democrática. É diferente.

Ainda segundo Alexandre Rands, a criação de conselhos favorece o corporativismo e a formação de “máfias” dentro do setor público.

Se você cria um conselho, e aí você está [incompreensível] patrocinando o corporativismo que há de mais perverso na pseudodemocracia, como eu vejo que acontece muito. Você chega lá e os caras: “não, porque eu sou do conselho de não sei o quê”, cheio de autoridade, entendeu? Cheio de distorção. [...] Às vezes, pessoas altamente autoritárias, porque quando você começa a fazer esse tipo de coisa, você facilmente gera o aparelhamento. Aí aparelhamento é feito por partidos que, na verdade, muitas vezes não são partidos, são gangues. Ou seja: eu te promovo porque tu és meu amigo, tu promove outro porque é amigo e daqui a pouco você está criando uma verdadeira máfia dentro do poder público, certo? Isso existe e existe de verdade no setor público. Então, esse assembleísmo, ele gera um comportamento de máfia. Máfia. Só não vai ter um revólver, a diferença só é essa.

Para Alexandre Rands, a existência de um conselho tornaria desinteressante a presença da Datamétrica como gestora do Nosso Jornal. Ele temia que um colegiado pudesse interferir no noticiário e comprometer um dos pilares da proposta, que era a “honestidade” do programa.

[...] quando bota um conselho desse, aí o cara quer definir qual é a notícia, quer que saia o amigo dele, quer botar o amigo dele como jornalista, não é porque é competente. Esses assembleísmos terminam gerando é isso. É o clientelismo da forma mais vulgar. A distorção, o controle de informação. Olhe, não dá certo, não. [...] Isso só gera distorção. É clientelismo, corporativismo... Mais que corporativismo, é máfia, mesmo, geração de máfia. Lá, a gente, em momento nenhum, foi sujeito a isso. Porque, se fosse, tinha detonado o processo, porque eu não sou muito de aceitar essas coisas, não. “Não, não sei o que, vai porque é meu primo, é o primo do cara que é do conselho, e não sei o quê”, vá se lascar, entendeu? Então, na época, era muito fraco esse tipo de controle da TVU. Ainda bem. Ela era mais democrática assim.

O relacionamento com a rede no período Datamétrica

Apesar de o Nosso Jornal ter iniciado suas atividades antes da criação da EBC, em 2007, no período em que ele foi gerido pela Datamétrica, já havia uma relação com o jornalismo da rede, que, naquele momento, era encabeçada pela antiga TVE. Luiz Lourenço conta que, por cerca de dez anos, a cabeça de rede da TVU foi a TV Cultura, de São Paulo. A migração foi um processo lento e mais ou menos simultâneo à implementação da TV Brasil. Foi também fortemente marcado por um estremecimento das relações com a TV Cultura, que passou a compartilhar seu sinal com uma emissora privada local.

Foi uma migração paulatina da Cultura para a TV Brasil, que na época era a TVE. Foi uma migração lenta que a gente começou a fazê-la à época que tava lá à frente da TVE a Beth Carmona. Com Beth Carmona, foi uma mudança significativa que teve na trajetória ali da TVE, na trajetória final dela, porque nós fizemos a mudança, e essa mudança mais ou menos coincide talvez com a minha gestão na Programação, talvez um pouquinho antes. A gente estava com as condições de operar com a TVE muito precárias. Você sabe que para a gente operar em rede, a gente precisa ter uma informação básica diária que é o real time, né? E isso aí teve uma época que estava difícil. A TVE não conseguia manter isso de uma forma regular. E por questões também de qualidade de programação, a gente deu uma migrada praticamente quase que total para a TV Cultura. Ficamos apenas com o Sem Censura, diário, de segunda a sexta, e o resto da programação era da TV Cultura, fora a programação local. Então, a partir desse momento que a TVE começou a mudar... E também houve uma mudança de contexto com relação à questão do sinal da TV Cultura. Com a fundação e a abertura da TV Estação Sat, canal 14 em UHF, a TV Cultura, sem dizer nada para a gente, foi lá e entregou o sinal para eles. Daí a gente iniciou uma briga muito grande dentro do fórum da Abepec, brigando pela exclusividade do sinal. E aí, nessa briga, a gente, como não estava sendo ouvido, levado em conta, criou uma crise.

O surgimento do Nosso Jornal, portanto, acompanha essa migração. Segundo Luiz Lourenço, “o jornal, quando surge, a gente já estava de volta, assim, praticamente de volta com a programação em real time com a TVE”.

Esse relacionamento do jornalismo com a rede, no entanto, era marcado por uma certa unilateralidade: no geral, a rede solicitava um conteúdo e este era repassado para exibição no telejornal nacional. Os relatos são de que havia poucas discussões de pauta coletivas. Tratava-se, assim, de um intercâmbio marcado pelo voluntarismo, pouco bilateral, em que a emissora local dificilmente proporia conteúdos para a rede de forma autônoma. Diz Alexandre Rands:

A gente produzia muito para a TV Educativa, produzia muito. Eles pegavam muito material da gente. [...] eles pediam à gente: “vocês fizeram alguma coisa aí, cobriram não sei o quê?” Quando acontecia uma coisa em Pernambuco... [...] Então, quando eles queriam cobrir aqui, fazia das duas formas: ou eles pediam e a gente dizia: “rapaz, a gente está pensando em fazer um assunto, uma matéria sobre isso, isso e isso, vocês não querem fazer, não?”. Aí a gente fazia.

Apesar da estrutura restrita, Alexandre Rands afirma que a produção de conteúdos para o telejornal da rede não necessariamente comprometia a produção local, uma vez que os conteúdos eram utilizados também no próprio Nosso Jornal. É como se o telejornal local não integrasse a rede, não fizesse parte de um sistema público mais amplo, mas fosse um colaborador voluntário e cordial.

[...] isso é feito de forma amigável. Porque, veja, a gente sempre quando fazia, incorporava na da gente também. A gente veiculava no jornal da gente, com a organização que a gente dava, e as matérias iam para lá e eles podiam reorganizar as imagens e tudo do jeito que queriam.

O relacionamento com a rede e o surgimento da TV Brasil serão cruciais para compreender a etapa seguinte do Nosso Jornal.

4.3. O período Fade

No modelo de “supermercado da comunicação” da TVU nos anos de diretoria de Paulo Jardel, várias empresas e produtores independentes eram responsáveis pelos seus próprios conteúdos, a exemplo da Datamétrica, que operava o telejornal. Mas uma parte do pessoal que trabalhava no Núcleo naquele momento era contratado diretamente pela fundação de amparo ligada à UFPE, a Fade, também através de contratos privados, regidos pela CLT. A jornalista Guida Gomes, por exemplo, desde 2006 prestava serviço à TVU na realização do Conexão UFPE, boletim informativo da própria Universidade. Com um histórico pessoal ligado à militância nos movimentos sociais, vislumbrou na TVU a possibilidade de trabalhar num espaço diferenciado do ambiente corporativo. Ela conta:

[...] eu fui para lá para substituir uma repórter que tinha saído e ficar responsável pela produção e reportagem do programa Conexão UFPE. Eu não tinha muita experiência em TV. Assim, quase nenhuma, mesmo, e o fato de ser a TV Universitária, a possibilidade de fazer TV me pareceu interessante porque o meu histórico sempre teve uma relação com movimentos e com uma tendência sempre mais fora de padrões de empresas e tal.

Naquele momento, já havia uma discussão dentro da Universidade, tanto do movimento estudantil quanto entre os docentes e técnicos administrativos, e também entre os próprios movimentos sociais e ONGs ligados à democratização da comunicação, em relação ao modelo de gestão e à programação da TVU e das rádios universitárias. É daí que vinha parte da pressão pela saída de Paulo Jardel da direção do NTVRU quando, em 2003, assume a reitoria o professor Amaro Lins. Guida Gomes relata:

Aí levei meu currículo e tal, e foi até uma coisa curiosa, porque o meu orientador era o professor Luiz Momesso [professor de comunicação social da UFPE, ligado ao Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais e ex-presos político], que era um cara super engajado com movimentos e não sei o quê. E quando eu apresentei lá as minhas experiências, aí o diretor Paulo Jardel disse: “esse cara me odeia”. Pois ele é o meu mentor. Isso foi muito engraçado e tal e, enfim, eu falei: “pronto, né?”. E, desde então, os nossos lados ficaram bem claros [...].

Guida Gomes relata que ela foi uma das pessoas a questionar o modelo de negócio proposto pela Universidade e executado por Paulo Jardel. Via nessa maneira de gerir o Núcleo uma incongruência com a ideia de TV pública.

Ele incorporou uma visão muito, assim, digamos, liberal na TV, sabe? Assim, de fazer concessões de espaço para poder ter uma contrapartida num investimento, sabe? De abrir a programação para quem tivesse uma proposta fechada e de audiência. Ele tinha uma visão muito nesse sentido e pouco conectada, de certa forma, com a proposta de TV pública. Ele entendia que TV pública não funcionava e não tinha função [...].

Mesmo questionando o tal modelo adotado pela Universidade, ela reconhece que a entrada de recursos e a grande movimentação gerada dentro do Núcleo em torno das produções independentes contagiou o ambiente e trouxe melhorias num primeiro momento. A discussão sobre o tema TV pública foi de certa forma suspensa, mesmo que temporariamente. Será retomada quando o tema volta a debate no período imediatamente anterior à criação da EBC, com os fóruns de TV pública. Diz ela:

[...] ele [Paulo Jardel] conseguiu atrair parceiros, ele conseguiu atrair investimentos, ele conseguiu contratar pessoas, deu um gás na produção e na programação, mais programas locais eram produzidos na TV... Então isso injetou um movimento que todos ficaram muito animados, entende? Então, de certa forma, esse espírito dele dizia para as pessoas que essa ideia era mais viável do que brigar por uma TV pública que não funcionava, que não existia. E isso era muito louco. Na verdade, ninguém pensava sobre isso. Ninguém questionava isso.

Já contratada pela Fade e à frente do Conexão UFPE, Guida Gomes afirma que começou a se perguntar a respeito do papel do programa, que atendia apenas à agenda “oficial” da Universidade. Simultaneamente, ela relata que havia pedidos da própria comunidade, portanto de fora do ambiente universitário, solicitando divulgação na programação da TVU.

[...] nesse trabalho, eu fui aprendendo muitas coisas, entrando na rotina da TV e também questionando um pouco do próprio significado do Conexão UFPE, porque eu achava que era muito ruim apenas a gente ficar na cobertura daquelas agendas e tal. E a gente tentava fazer umas coisas assim, meio que prestação de serviços, informes... Não era bem prestação de

serviços, não, mas tipo, dar um sentido àquilo ali, né? Como é que a universidade tem a sua função social? E como é que ela se comunica com a comunidade? E era bem difícil, às vezes, isso, porque tinha uma pressão muito grande de outras coisas. E também chegava lá muitos pedidos de fora, da própria comunidade. “Olha, a gente tem um evento”, “tem uma festa”, não sei o quê...

Esse questionamento acerca do papel da TVU e do Conexão UFPE fez surgir um novo boletim, o Conexão Comunidade, que, mais uma vez, se depara com as dificuldades operacionais e financeiras do Núcleo.

[...] na época eu fiz uma sugestão de a gente criar o Conexão Comunidade. A gente ainda criou esse espaço com uma vinhetinha para destinar as coisas que não eram exatamente ligadas à Universidade. E aí a gente tentou encaminhar isso e tal, mas sempre com muitas dificuldades para fazer as saídas, né? O equipamento era compartilhado, o carro também e aí nem sempre a gente conseguia cumprir as pautas que surgiam, atender às pautas que surgiam. A gente só conseguia dar conta, às vezes, de muito pouco, das coisas que pareciam ser realmente as mais relevantes [...].

Este cenário aos poucos vai piorando. O cerco em torno das fundações de amparo se fecha e elas passam a ser alvo constante do Ministério Público e dos tribunais de contas. O processo de contratação de pessoal e de repasse de verbas vai se tornando mais complexo. Explica Guida Gomes:

[...] as coisas foram ficando mais complicadas lá. Os programas que precisavam de contrapartida ou que iam investir começaram de certa forma a perder o interesse, os recursos foram ficando mais escassos, surgiram dificuldades também na própria forma de contratação em relação à Fade, que tinha algumas restrições no repasse de recursos. Isso foi gerando entraves, entraves, entraves. E, aí, alguns programas que existiam e que tinham uma contrapartida vinda pela Fade, começaram a sentir os impactos e os efeitos de um retardo mesmo disso.

É por volta dessa época que a Datamétrica desiste de bancar o telejornal. Como citado anteriormente, o modelo de sustentação financeira do Nosso Jornal nunca chegou a dar certo. No entanto, a decisão de Paulo Jardel, pela importância que ele dava ao telejornalismo local, foi de manter o programa no ar. Para isso, usaria a estrutura já existente na TVU. A contratação de profissionais passa a ser feita através da Fade. Paulo Jardel recorda:

[...] ele [Alexandre Rands] entregou de uma hora para a outra, não me deu nem prazo, e eu tive uma semana para voltar e botar o jornal no ar, porque eu acho que o jornal é importante para o veículo.

Luiz Lourenço conta que houve, num primeiro momento, a tentativa de manter a mesma estrutura através da Fade, mas a falta de recursos e o fim da contrapartida da

Datamétrica tornou essa medida impossível.

Ele [Paulo Jardel] ainda tentou manter a mesma equipe, mas só que pela falta de orçamento, de estrutura, não foi possível manter a mesma equipe [...] a TV resolveu assumir com as pessoas que tinha no quadro, sejam funcionários ou prestadores de serviço, como era o caso de Guida, de Ismael [Holanda, jornalista], enfim, tinha câmeras, editor, enfim. Então a TV resolveu assumir pagando esse ônus. Incluiu alguns funcionários que, como no caso de Guida, já tinham contrato de prestação de serviço, só fez mudar de função, digamos assim, e incluiu mais, digamos, o pessoal da própria TV na produção do jornal.

Guida Gomes percebe ainda que havia pressão da própria Universidade para manter o telejornal no ar. Há de se lembrar, mais uma vez, que há muitos anos a TVU não tinha um noticiário local. Havia um forte significado político perante a sociedade e especialmente junto à comunidade acadêmica em ter um programa desse gênero na grade.

[...] quando a Datamétrica se esgota no sentido de conseguir manter o jornal lá, ele decide que não deve parar e que, para a universidade, também era algo importante, e que ele precisava honrar com isso. E, aí, ele tentou manter a estrutura desse jornal contando com as pessoas que já existiam na TV.

Jornalismo e política editorial no período Fade

Mesmo recém-formada e sem experiência em telejornal, Guida Gomes foi chamada por Paulo Jardel para assumir a edição geral do programa. Num primeiro momento, ela conta que resistiu a assumir a função, mas terminou aceitando. Foi criada uma espécie de grupo de transição a fim de dar suporte à nova e inexperiente equipe.

Ele [Paulo Jardel] foi mobilizando as pessoas na TV, Stella Maris [Saldanha, jornalista do quadro da TVU], para que conversasse com a gente e que a gente pudesse ir assumindo as coisas todas. E, aí, a gente foi criando uma relação lá com as pessoas para pensar nessa nova estrutura do jornal. E como a gente não tinha recurso também, contando com as pessoas que já estavam lá, não tinha como dar conta do jornal. Então a gente teve que fazer uma mobilização contando com o apoio de estagiários, de pessoas que buscavam espaço...

Outro jornalista que já estava na casa através de contrato com a Fade era Ismael Holanda. Diferentemente de Guida Gomes, ele tinha mais experiência. Passara por outros programas da emissora e chegou a trabalhar na reportagem nos últimos dias da Datamétrica à frente do Nosso Jornal, apesar de nunca ter trabalhado para a empresa. Com a mudança, foi convocado a assumir a apresentação do noticiário. Ao mesmo tempo, dedicava-se à reportagem, à edição de textos e até à produção. Ele afirma: “[...] eu já trabalhava aqui na TV Universitária, já era contratado da TV, já tinha passado por outros programas, o Opinião, tinha

passado pelo TV Ciência, já estava aqui na rádio, já estava desde o início. [...]”.

A contratação pela Fade também era feita como no setor privado, sem concurso público e regido pelas normas da CLT. Os salários pagos pela fundação, de acordo com os entrevistados, era abaixo do piso estabelecido pelo sindicato local. Além disso, não ficou claro se os jornalistas estavam registrados como profissionais dessa categoria no contrato. Afirma Ismael Holanda: “[os salários] eram mais baixos. Isso a gente leva por conta de sindicato e por conta das conversas com colegas também”. No mesmo sentido, Guida Gomes lembra:

Eu não sei como é que funcionou minha contratação, eu não lembro na época se eu entrei como jornalista ou se como algum cargo outro. Eu não lembro. Mas eu lembro que a gente passou por esse movimento. Assim como eu, outras pessoas que trabalhavam lá na mesma época também tinham o mesmo tipo de contrato e vínculo com a TV, com a Universidade.

O mais impressionante é que, passado esse momento de transição, o jornal foi feito por uma equipe composta apenas por dois profissionais de jornalismo: Guida Gomes e Ismael Holanda. Além deles, cinegrafistas e motoristas eram profissionais. O restante da equipe de conteúdo (produtores, repórteres) era composto por estagiários não remunerados.

Nessa equipe tinham dois profissionais: eu, que era chefe de reportagem e, depois, editora chefe, e Ismael Holanda, que era apresentador e repórter. [...]. [Fora isso,] todos eram estagiários, com exceção do motorista e do cinegrafista... [...] Eram profissionais da Fade. [...] E todos os demais eram estagiários.

Ainda sobre a remuneração, ela recorda:

A gente recebia, na época, eu acho que abaixo do piso do jornalista. E isso era uma coisa de constante reivindicação lá. Não só em relação a isso, mas em relação à remuneração geral da equipe, dos estagiários, ou até a mais profissionais. A gente... Briguei muito por isso. Os estagiários não recebiam. Não existiam bolsas, nada. Era tudo muito conturbado, era tudo muito nebuloso, era um universo muito complexo.

A origem dos recursos que bancavam os salários não era nítida para as pessoas que estavam envolvidas na produção do noticiário. Ao falar sobre a origem do dinheiro, Guida Gomes afirma que eles vinham

[...] desses programas de parceria que a TV tinha. Por exemplo... A Fade recebia e repassava para a TV. Então, tinha um programa de sei lá o quê. Então, esse programa paga uma cota para ele, veiculação, e essa cota entra e vai para bancar as coisas da TV.

De acordo com Paulo Jardel, contudo, como anteriormente citado, os recursos vinham dos apoios culturais veiculados nos intervalos.

A fragilidade do vínculo de trabalho entre a Fade e a equipe envolvida no telejornal era sentida e causava reflexos até na vida pessoal dessas pessoas. No entendimento de Guida Gomes, o Nosso Jornal era uma espécie de maquiagem que disfarçava a crise vivida pelo Núcleo, que nunca foi enfrentada apropriadamente pela gestão central da Universidade. Ela afirma:

Éramos a solução para um problema da TV, que a gente, em lucidez, sabia que era inviável, mas que fomos, de certa forma, forçados e induzidos a assumir, e em assumir essa responsabilidade, a gente se depara com a realidade de ela não ser viável. Mas, aí, a gente teve que tocar por uma questão de necessidade profissional.

A transição do período Datamétrica para o período Fade se dá de um dia para o outro. O Nosso Jornal não chegou a sair do ar, não mudou de vinheta e nem de cenário, embora, na prática, pelas limitações de profissionais, de infraestrutura e pela saída da empresa patrocinadora, tenha se transformado num programa sensivelmente diferente, como mostraremos adiante, mas com o mesmo nome e a mesma programação visual. Guida Gomes conta que não havia meios de mexer em aspectos como o cenário e a vinheta porque, além de faltar planejamento, tempo hábil e recursos, a equipe estava compenetrada no aprendizado das novas rotinas.

Não houve mudanças nessa mudança. A gente permaneceu com o mesmo cenário, a gente permaneceu com a mesma vinheta, a gente permaneceu com tudo, e não tinha como fazer alterações nisso. E a gente também não tinha condição de mexer nisso porque para a gente também era um contexto bem muito novo. E, aí, a gente começa a dominar um pouco daquele universo das coisas que estavam ali. Dominar no sentido de conhecer, de se apropriar do que existia, para a gente poder entender o que é que a gente tinha. E foi um processo muito difícil porque a gente ia se deparando com as dificuldades, entende?

É nesse reaprendizado, nas lacunas deixadas por esse repasse das rotinas de uma equipe para a outra, que a nova política editorial do Nosso Jornal se desenvolve. E é aí que se passa a insistir na ideia de que o telejornal deve ser voltado para o cidadão. É o que afirma Guida Gomes.

A gente tentou conhecer as ferramentas, entender a rotina, e a gente se adaptou a isso. E, aí, a gente percebeu que a gente pensava diferente. E, aí, a gente começa a estabelecer novas formas de trabalhar. Novas formas de priorizar os conteúdos que a gente queria trabalhar. A gente não chegou a formatar nosso próprio manual de jornalismo. A gente estabelecia sempre as regras do que a gente tinha que perseguir. Como princípio, sempre o cidadão, o interesse do cidadão, e sempre buscar as nossas fontes nos movimentos, ampliar um pouco, mudar um pouco o foco e valorizar aqueles que não tinham espaço nas demais TVs. Isso era sempre as diretrizes que a gente procurava para se guiar.

Numa linha de raciocínio semelhante, Ismael Holanda ressalta que o Nosso Jornal nesse segundo momento buscava se aproximar dos porquês dos acontecimentos. A condição de estar numa TV pública, desatrelada da disputa pela audiência, facilitava essa orientação.

Eu acho que a nossa função é não apenas informar por informar, mas você tem que gerar um benefício com essa informação. Acho que uma informação bruta, ela não tem sentido. Você tem que informar... Já que a gente não tinha essa questão da concorrência, do patrocínio forte, entendeu? De ter que responder a esse estresse, como a gente chama, então a gente tentava ir pelo outro lado. A briga pela briga gera isso, e a gente não queria. Queria mais era aprofundar, mostrar o outro lado, mostrar o que é que aquilo ali significa, para a população, o porquê daquilo.

A noção de como se devia atender a esse cidadão era de certa forma primária, uma vez que não havia, dentro da instituição, formulações a esse respeito, nem a participação do cidadão a que se buscava atender. De qualquer modo, não deixava de ser uma forma de presumir a audiência não só como espectadora, mas como um grupo de pessoas que tinham direito àquela informação. Como explica Guida Gomes:

[...] a gente fazia uma lavagem cerebral [na equipe], de certa forma. A gente começava a discutir o papel de TV pública, o que é TV pública, o que é que seria um jornal numa TV pública, qual é a nossa função, e, aí, começava a discutir com eles a função de cada um, do questionar, do ir além, de a gente não estar preocupado no institucional, mas no resultado disso pro cidadão. O nosso foco é o cidadão, esse era sempre um slogan, “o nosso foco é o cidadão”. Sempre que tiver uma questão, pergunte: isso é bom para o cidadão? Como? Quando? Faça as perguntas. E sempre coloque o “e daí” no final. O quê, onde, quando, mas e daí?

Apesar do esforço, Guida Gomes ressalta que esse processo muitas vezes tinha de ser iniciado do zero, uma vez que a equipe era formada por estagiários que passavam pouco tempo na emissora e logo saíam em busca de oportunidades mais promissoras e bem remuneradas.

A gente tinha estagiários ocupando as funções. Esses estagiários precisavam de outras oportunidades e essa rotatividade dessas pessoas não dava uma estabilidade para você consolidar uma equipe, consolidar um modo de fazer. Então, você... A gente sempre, a gente vivia sempre numa realidade de se transformar, de se renovar e de se adaptar e de repassar, e isso era muito desgastante. Isso foi sempre muito desgastante. A gente teve um momento muito vivo, muito motivado, mas a própria rotina foi trazendo, de certa forma, um desgaste. E a sempre presente realidade de dificuldade sinalizava sempre para a gente um limite.

Ismael Holanda relata que havia grande dificuldade em levar o jornal ao ar devido à carência de pessoal e de equipamentos. Mas, ao analisar sua entrevista, nos parece que isso foi crucial para determinar os assuntos e as abordagens do telejornal. Ele conta que, dada a

impossibilidade de fazer um noticiário semelhante ao das outras emissoras, buscava-se um aprofundamento maior dos temas. É como se a política editorial do jornal fosse determinada simultaneamente pela limitação e pelos princípios de uma TV pública.

A gente tinha muitas dificuldades. A gente tinha problemas com equipamento, a gente tinha problemas até com pessoal, a gente não tinha o pessoal suficiente, e a gente tinha uma equipe boa, mas a gente não tinha nenhum aparato técnico que fosse suficiente para cobrir um telejornal. Então, o que a gente fazia... A gente fazia muito com pouco. A gente só tinha uma equipe que cobria a manhã e a tarde, o que não dava para você brigar com cinco equipes, três, quatro, de outras emissoras. Mas a gente tinha essa consciência, então, a gente fazia dentro, tentava fazer dentro do possível, embora muitas vezes a gente tivesse que fazer escolhas dentro de um universo de fatos, mas a própria dificuldade de equipamento técnico mesmo, até de câmera, microfone, de ilha de edição, deixava a gente num espaço limitado.

No mesmo sentido, Guida Gomes reconhece que a busca por um diferencial em relação aos outros telejornais locais foi ao mesmo tempo uma opção e uma necessidade.

[...] quando a gente consolida esse primeiro momento, aí, de fato, as pessoas falam que é importante que a gente assuma isso. A gente já conseguia conduzir. E, aí, foi a partir disso que eu assumo a chefia da edição do jornal. A partir disso, a minha inquietação mesmo é que eu percebia que o jornal não tinha nenhuma diferença de abordagem dos outros telejornais, e a gente começa a perceber que a gente tinha que ter um outro significado para, dar um outro significado para aquele, até porque as dificuldades que a gente tinha não davam conta, de certa forma, de uma rotina igual, de cumprir as pautas que as outras tinham que cumprir.

A nova proposta/necessidade de aprofundamento dos conteúdos se adequou bem ao fato do Nosso Jornal ser o último telejornal local do dia entre todas as emissoras locais. A questão do horário também ajudou o jornal a, no período Fade, se diferenciar do anterior. Ismael Holanda conta que, antes, o programa era mais voltado para o factual. No segundo momento, não havia essa urgência. Como exemplo, ele conta que eram diárias as entrevistas em estúdio. Além de servirem, em tese, para detalhar o tema em questão, elas preenchiam preciosos minutos que precisavam ser ocupados enquanto o programa estava no ar.

A equipe anterior, eles tentavam bater bem mais em cima do factual, em cima de trabalhos que seguiam uma linha de outros telejornais. Então, já a equipe que veio depois, a gente tentava... A gente sabia que não tinha condições de correr paralelamente com a linha deles. E, também, por ser o último telejornal, a gente não queria ficar repetindo tudo que os outros já disseram. [...] Inclusive algumas pessoas, na época que eu estava na transição, me perguntavam: “nossa, vocês são o último telejornal”, já, pessoas na rua, “que proposta vocês têm de antecipar? Vocês não estão antecipando, vocês estão repetindo”. Isso começou a chamar a atenção. Então a gente tentou trabalhar de uma outra forma. Já que a gente não tinha condições de atender a uma demanda total, porque isso não existe, então a

gente começou a selecionar os temas dentro das áreas específicas, de cultura, de economia, de política, tentando dar um aprofundamento maior nessas pautas. Tanto que a gente, diariamente ou quase que diariamente, a gente tinha as entrevistas em estúdio, que era justamente para aprofundar determinadas pautas.

Do mesmo modo, Guida Gomes relata que havia uma preocupação em relação à duração dos VTs, que deveriam ser mais longos. Dessa forma, eles poderiam trazer mais conteúdo para o público e, também, ocupar mais tempo.

A gente percebia que os nossos VTs, às vezes, tinham que ser maiores. E, aí, era uma outra questão que a gente discutia bastante. Era a questão dos tempos do VT. Porque, para dar uma pluralidade ao conteúdo, a gente tinha que ter uma dimensão de tempo menor para as pautas. E isso sempre foi um questionamento, e a gente tentava administrar para que pudesse contemplar as coisas com um pouco mais de aprofundamento, sem comprometer essa pluralidade.

Uma das formas de compreender a política editorial do Nosso Jornal nesse segundo momento é através dos temas que ele evitava cobrir. E, num cenário dominado por programas televisivos voltados para a temática da violência, o Nosso Jornal buscava distanciar-se do tema ou, ao menos, tratá-lo sob um viés diferente. Como conta Ismael Holanda:

[...] no que diz respeito às pautas policiais, a gente tinha um certo cuidado. A gente nunca trabalhou e nem queria trabalhar a coisa policiaisca, como se chama, a violência pela violência.[...] Para não cair na questão da banalização. Então, o que é que a gente fazia? A gente dava, sim, o fato, mas a gente ia buscar um aprofundamento dos porquês, não só o fato pelo fato. A violência pela violência aconteceu, mas por que isso acontecia? A gente trazia um especialista para tentar explicar do ponto de vista do comportamento, do ponto de vista social, do ponto de vista político, por que é que aquilo estava sendo gerado. Então a gente tentava, na medida do possível, dar esse outro lado.

O distanciamento das pautas policiais trazia em si também um questionamento ético acerca do sensacionalismo. Nas palavras de Guida Gomes:

[...] a gente observava que essas coberturas de polícia, de ocorrência policial e delegacia, na verdade elas não traziam nenhuma informação que servisse para o cidadão no sentido de que ele pudesse mudar sua prática de vida ou adquirir uma informação que fosse útil para refletir ou coisa do tipo. E só constatava uma realidade de violência que a gente combatia. A gente não quer trazer uma realidade de violência. A gente quer trazer justamente o contrário: a gente quer dar ferramentas para que o cidadão possa combater a violência de uma forma saudável e que seja participativa. [...] E tinha uma questão ética, porque a abordagem normal da delegacia é de exposição, é de trazer os elementos, a figura humana como um elemento de destaque de uma ocorrência. Então, a gente não concordava com isso e era um esvaziamento de um serviço, de uma política pública. Então, a segurança não é só em aplicar, de prender bandido. A gente discutia, a questão era essa: não

queríamos discutir delegacia ou casos policiais. A gente queria discutir segurança pública.

Relacionamento com a rede no período Fade

Como vimos, é só no segundo momento do Nosso Jornal que ele se assume como o noticiário de uma TV pública, e busca sê-lo através de uma abordagem mais voltada para o aprofundamento das pautas e para a cidadania. Uma forma de entender melhor o papel de um telejornal numa TV pública e de buscar referências era acompanhar os noticiários nacionais das demais emissoras brasileiras do tipo, como a TV Brasil e a TV Cultura. Esse monitoramento, associado a uma relação de intercâmbio mais intensa e reconhecida como necessária, foram fatores chaves para compreender a mudança na política editorial do Nosso Jornal. Afirma Guida Gomes:

[...] a gente sempre acompanhava outras referências. A gente avaliava a produção do telejornal da TV Brasil, a gente acompanhava o da TV Cultura, e aí a gente teve acesso a uma série de documentos, mesmo, assim, que haviam produzido em outros lugares. Eu fiz algumas leituras do manual de jornalismo da TV Cultura e me foi muito inspirador, e muito daquilo já era vivido pela gente na prática ou nas próprias reflexões.

Luiz Lourenço lembra que eram frequentes os pedidos de matérias da cabeça de rede na segunda fase do Nosso Jornal. E, como não se tratava do produto de uma empresa sobre o qual a TVU pouco interferia, como no período Datamétrica, mas do noticiário da própria emissora, ele passou a ter mais contato com essas demandas e orientá-las no sentido de buscar levar o conteúdo produzido localmente para a rede. Apesar disso, repete-se aqui a unilateralidade na relação entre a emissora local e a cabeça de rede. Esta última se limitava a solicitar certos conteúdos, com pouco diálogo e sem um apoio mais efetivo. Diz Luiz Lourenço:

[...] se existia relação de pedidos e tal [na época da Datamétrica], eu também não posso te dizer. Como eu te disse, eu nessa época não tinha uma proximidade como tive na época de Guida. Na época de Guida, mesmo, ela vinha e colocava pra mim a demanda. Dizia: “olha, Lourenço, o pessoal da rede está pedindo uma matéria assim, sobre... E aí, fazemos?”. Eu dizia: “faça, faça, a gente precisa ter Pernambuco lá no jornal da rede”. Então, havia, na época do pessoal da Datamétrica, eu tenho a impressão que não existia essa vontade. Porque na medida em que eles iam produzir uma matéria da rede, eles deixavam de produzir uma matéria própria, para o próprio jornal. Então eu acho que a relação já não era tanto assim como a gente estabeleceu já na época de Guida.

A falta de apoio e as dificuldades locais muitas vezes limitavam a possibilidade de

atender aos frequentes pedidos da rede, como relata Ismael Holanda.

Olha, a gente recebia os pedidos. A gente tinha essa dificuldade de atender a todos, e a gente deixava isso bem claro, por conta do dia a dia, que a gente tinha que cumprir o dia a dia, e a gente recebia alguns pedidos. Na medida do possível, a gente tentava responder a esse jornal, o jornal da TV Brasil [...].

Apesar disso, havia um consenso de que era importante se relacionar com a recém-criada TV pública brasileira, mesmo sem as ferramentas necessárias para tal, como relata Guida Gomes:

[...] a gente estabeleceu uma relação com a rede, que, naquele momento, era uma relação espontânea e voluntária. A gente nunca teve nenhum tipo de retorno ou repasse financeiro para a troca de informação, para envio de pautas, e isso foi uma coisa que aconteceu. A gente tinha uma sistemática de sempre enviar conteúdos para a rede, para o telejornal da TV Brasil, e a gente fazia isso com uma certa frequência na maior dificuldade e aventura possível, porque a TV Universitária, que tinha um recurso de poder enviar materiais pela própria rede de fibras teve, por acidente, esse canal com a Embratel cortado numa obra da Prefeitura. E, aí, ela não tinha mais essa condição de receber um sinal, uma geração de conteúdo de qualquer parte, e nem enviar.

Havia, como é possível perceber também no relato de Luiz Lourenço, uma preocupação em demarcar um espaço no jornal da rede. Isso seria uma maneira de fortalecer essa troca e chamar a atenção para a relevância da produção local. Afirma Guida Gomes:

[...] a relação com a rede era feita por uma iniciativa nossa. Não existia nenhum incentivo, nenhum apoio ou nenhum tipo de favorecimento, nem da própria TV Brasil, nem da emissora para que a gente fizesse essa parceria acontecer. [...] eu achava que era uma forma de a gente conquistar um espaço local dentro da programação nacional. De Pernambuco se pautar para o jornal nacional, no jornal nacional da TV pública, e para a gente ter uma relação também ampliada, de a gente se colocar de um outro lugar, e de a gente estabelecer uma relação também. Isso foi sempre bacana. As nossas pautas eram bem avaliadas, a gente conseguia um diálogo bacana e a gente também conseguia abertura de coisas em relação a eles, em receber material, enfim.

Debates sobre a criação de conselhos e a interferência da UFPE no período Fade

Durante a segunda fase do Nosso Jornal também não existia um conselho na TVU. Mas, ao contrário da equipe anterior, que era contrária à sua criação e via nele uma forma de patrulhamento, o novo grupo via como positiva essa interação com a sociedade civil organizada e buscava trazer, mesmo de forma improvisada, a participação do público para o telejornal. Guida Gomes relembra que

[...] não existia nenhum tipo de interferência ou participação dos conteúdos que ela exibía e trabalhava, de algo exterior à decisão da direção ou da reitoria. Não existia um conselho, não existia um grupo que... Uma comissão, ou nenhum tipo de articulação de qualquer ordem ou lugar que interferisse ou colaborasse ou participasse da programação dos conteúdos que eram trabalhados. Então, a gente vivia num cenário extremamente... De abandono mesmo e de isolamento.

A falta de um conselho com participação da sociedade civil era uma lacuna sentida pela editora chefe do Nosso Jornal. Se o telejornal buscava atender aos anseios de um cidadão telespectador, era importante saber o que esse cidadão pensa e almeja. A interação com a sociedade civil organizada foi uma maneira de responder a esse questionamento. Afirma Guida Gomes:

[...] a gente tinha que despertar nas pessoas que trabalhavam com a gente esse olhar de que a nossa abordagem tinha que estar centrada e focada no interesse do cidadão, né? Mas quem é que decide o que é o interesse do cidadão? Qual é esse interesse? Somos nós que somos sábios e iluminados, jornalistas e estudantes de comunicação? E a gente tentava acompanhar um pouco... A gente sempre tinha uma tendência a acompanhar os movimentos sociais. Eles sempre foram referências para a gente, nossas fontes. A gente tentou sempre estabelecer parcerias com esses movimentos sociais. E órgãos que tivessem uma função semelhante. Então, isso, a gente sempre teve como um termômetro das nossas ações e estratégias.

Para ela, era necessária uma pressão maior da parte dos movimentos ligados ao direito à comunicação, a fim de sensibilizar a UFPE para a situação da TV e, ao mesmo tempo, reivindicar participação da sociedade.

Eu, particularmente, falo isso, que fiquei de certa forma incomodada com os movimentos pela democratização da comunicação naquelas circunstâncias, porque eu percebia que existia uma reivindicação, mas que, de fato, não chegava lá, que não chegava nesse ambiente, entende? No sentido de buscar a direção, de buscar o reitor e dizer: “nós queremos”, de provocar essa abertura. Eu fiz esses questionamentos. Porque eu não podia estar ali dentro e chegar lá fora e dizer: “venham, pessoas da sociedade! Venham aqui dentro! Venham cá!”. E, de certa forma, até abria esse espaço quando as pessoas procuravam. “Olha, estamos aqui, comentem, critiquem, mandem sugestões, falem para as pessoas, mande seu e-mail”. E falava isso para as pessoas do movimento. Falava: “olha, vocês precisam vir aqui, precisam conhecer isso aqui, a gente está numa situação difícil, precisamos de...”. E isso nunca aconteceu.

Guida Gomes crê que faltava à Universidade a compreensão do que é uma TV pública e de quais são suas obrigações a frente de uma emissora dessa espécie.

[...] a gente sempre teve esse cenário na TV Universitária, que é um cenário bem particular. [...] eu acho que a universidade desconhecia... Desconhece, eu não sei... Desconhecia mesmo a função de TV pública. E eu acho que quando ela indica e quando ela estabelece uma direção que tem um discurso

avesso à estruturação, ao fortalecimento de uma TV pública, ela está de certa forma abrindo mão do papel ao qual ela tem que exercer. Então, eu acho que a Universidade foi muito ausente no sentido de cobrar e de fiscalizar e de estabelecer regras para o exercício de gestão da TV pública, da TV universitária especificamente.

Não por acaso, foi no período em que o telejornal esteve ligado diretamente à TVU que a própria Universidade e mais precisamente as várias instâncias da reitoria passaram a intervir nas pautas do Nosso Jornal. A passagem do telejornal da alçada de uma empresa privada para a da própria emissora, que era e continua a ser vista, erroneamente, como um órgão de assessoria da Universidade, foi crucial nesse processo. É como se, ao assumir os custos de realização do programa, a UFPE adquirisse também o direito de intervir na pauta. A fim de tentar manter a credibilidade do noticiário, a equipe buscava uma abordagem que neutralizasse a imposição da pauta, recorrendo ao ritual estratégico da objetividade. Ismael Holanda recorda as intervenções:

[...] a gente tinha uma demanda da universidade, que a gente era, por ser da TV Universitária, a gente era obrigado, sim, a cobrir. Mas a gente tentava fazer de tal forma que não ficasse nada tão institucional. A gente tentava equilibrar essas pautas que... A gente realmente tem uma demanda por ser daqui, a gente compreende isso, mas a gente tentava equilibrar também com o factual e com materiais produzidos também.

O relato de Guida Gomes segue o mesmo caminho:

[...] a gente sempre recebia da emissora as demandas, os pedidos de pauta, as solicitações que surgiam, e a gente tentava administrar isso. A gente também sempre tentou ter uma conversa com as pessoas da TV ou com quaisquer que fossem no sentido de que a gente trabalhava pela demanda do que a gente achava relevante para o cidadão. E, aí, em alguns momentos, a gente tinha sim que direcionar as nossas pautas para interesses que vinham ou da Universidade [...]. Porém a gente sempre se sentiu inquieto em relação a isso e tentava transformar esse assunto ou descobrir nesse assunto algo que fosse relevante de alguma forma para o telespectador, para o cidadão.

Com as intervenções da Universidade, a equipe, já limitada, era impedida de direcionar seus esforços para as pautas julgadas relevantes, como afirma Ismael Holanda:

A gente tinha uma equipe que não dava para cobrir... Muitas vezes a gente tinha que ir, sair para a Universidade e abandonar uma outra coisa também importante. Então era complicado. A dificuldade estava aí, na nossa pouca estrutura. Então a gente tentava atender aos dois lados.

Esse problema também era percebido por Luiz Lourenço, que via na imposição de pautas pela Universidade uma forma de geração de conflitos e de comprometimento do projeto de um jornalismo que não fosse tachado de chapa-branca.

[...] a Universidade chegava de última hora e “eu tenho que fazer essa pauta”. E aí Paulo Jardel, como diretor, impunha essa pauta, dizendo “tem que fazer”, e isso gerava muito conflito. Eu via Guida incomodada com isso, porque, realmente, a perspectiva que ela colocava era exatamente de ter essa concepção de um jornalismo público que não fosse chapa branca da Universidade nem de governos municipais e estaduais, e com essa compreensão é obvio que a gente sabia que mesmo tendo um papel de ser uma emissora da Universidade, o que incomodava principalmente é porque essa pauta era imposta, não era uma pauta que era conversada, não era uma pauta que era proposta inclusive com antecedência, era sempre, geralmente, de um dia para o outro e “tem que fazer”.

O próprio Paulo Jardel via negativamente a intervenção da reitoria na televisão de um modo geral. Como experiente e reconhecido profissional de TV, incomodava-o a intromissão de pessoas com pouco ou nenhum conhecimento e experiência no campo comunicacional. Sobre o assunto, ele disse: “[...] enquanto não dava palpite, não dificultava. [...] Agora, de repente criaram umas pessoas que se arvoraram de técnicos em televisão. [...] Nunca foram. [...] Eu nunca deixei isso acontecer. Ou eu mando, ou eu saio”. O telejornal, dessa forma, era também usado como meio de contemplar as demandas da Universidade e de dar prestígio a certas pessoas ou eventos.

Além das imposições da UFPE impedirem a cobertura de outras pautas, produzidas ou imprevistas, mas certamente mais valiosas enquanto notícias, Guida Gomes relata um caso em que houve censura ao trabalho do telejornal. O incidente envolvia um protesto estudantil na própria Universidade. Ela reconhece, entretanto, que a grande censura ao jornal, na prática, foi o abandono em que ele foi deixado.

Eu tive uma experiência, assim, de certa forma, de censura da reitoria, numa certa vez, num tema em que houve um protesto de coisas no campus [da UFPE] e a gente tentou apurar. E a gente teve um indicativo: “bom, vocês não vão fazer isso, não é?”. Para mim, foi bem assustador, mas a gente não tinha suporte nenhum. Quem estava ali, quem decidia pelo jornal era a gente. Se a gente decidisse isso, a gente era louco porque na verdade não era a ideia, não existia uma determinação da direção ou da emissora em: “vocês estão livres para fazerem o que quiserem”. Isso não era expresso e não era, não.

A audiência no período Fade

Na segunda fase do Nosso Jornal, o tema audiência também era tratado de forma diferente. Quando o telejornal passa a se conceber como parte da programação de uma TV pública e a encarar o público telespectador como cidadão, a audiência passa a ser não um alvo, mas uma consequência do trabalho. Aqui, se repete a situação do período anterior: não

havia um mapeamento dos pontos de audiência alcançados pelo telejornal por parte da emissora. Sobre o assunto, afirma Ismael Holanda:

A gente quer buscar a audiência também, mas a gente tem noção das limitações. A gente não tem o instrumento aqui para medir essa audiência. A TV, ela não tem. Nem a TV nem a rádio têm o instrumento para fazer essa medição. Até se conseguia através de outros meios. Quando você fazia comparação da emissora, daqui da rádio ou da TV, quando você importava, conseguia através de outros meios, o íbope de outras emissoras. Mas, essa preocupação, a gente tinha, sim, com a qualidade. E a gente acha que, com a qualidade, a gente obtinha. Até porque essa audiência, a gente sentia pelas “pesquisas de boca”, como a gente diz. [...] A gente buscava saber na Universidade, entre as pessoas, e as pessoas vinham até a gente, o público na rua... Infelizmente, a gente não tinha uma forma de medir isso oficialmente. Mas a gente sentia que o jornal, ele tinha um público também diferenciado. E é um público que busca fugir das novelas, busca fugir do convencional das TVs abertas, daquela mesmice, que buscavam na gente uma alternativa.

Guida Gomes ressalta a importância de se discutir a questão da audiência mesmo numa TV não comercial, e afirma que essa discussão estava presente no período em que comandou o Nosso Jornal. As condições de trabalho, contudo, não permitiram que o tema e as formas de atrair essa audiência fossem tratado da maneira adequada. Eis a opinião dela:

[...] em relação à audiência, eu particularmente, dentro do telejornal e dentro do contexto de TV pública, acredito que é fundamental se pensar em audiência. Eu acho que a gente tem que levar isso a sério e tem que investir em busca dela. Por quê? Porque se a gente pensa em TV pública como um ambiente de produção de conteúdo de qualidade, de informação educativa, de entretenimento, de cultura, valorização do regional, a gente quer que isso chegue nas pessoas, ou não? A gente quer que isso transforme as pessoas. E, se a gente quer isso, é importante que elas vejam a gente, que elas cheguem ao nosso conteúdo. Então, a audiência, para mim, é algo vital na TV pública, é o princípio das coisas, porque ela deve estar, de fato, próxima e acessível para as pessoas, para o público, para o telespectador, e muito mais para aquele público que não tem acesso a outras fontes disso.

4.4. O fim do Nosso Jornal

Dadas as precárias condições sob as quais o Nosso Jornal existiu, especialmente após a desistência da Datamétrica de patrociná-lo, era evidente que aquele modelo não se sustentaria por muito tempo, e nem a equipe aguentaria continuar o trabalho daquela forma. Em 2009, Luiz Lourenço recorda que já havia, da parte da Universidade, a decisão de não mais utilizar a Fade para a contratação de prestadores de serviço devido às complicações jurídicas que esse processo estava a causar. Nas palavras dele,

[...] já havia uma decisão naquele ano da Universidade de não mais contratar prestadores de serviço via Fade. O esquema da Fade estava se fechando mesmo. Então, nesse ano que o jornal saiu, na verdade saíram todos os

prestadores de serviço que estavam aqui dentro da casa. Demitiram todos. Então, o principal fator foi esse, principalmente o pessoal que fazia de fato o jornal no dia a dia. Então, atingiu vários setores, na verdade, não só o jornal. O jornal, com mais peso, porque na verdade é o que precisava de mais infraestrutura em termos de transporte, pessoal, equipamentos.

Guida Gomes relembra:

[...] a gente não sabia até quando a TV seria capaz de manter aquela estrutura. E, por outro lado, nós mesmos não sabíamos até quando nossa estrutura pessoal ia dar conta daquilo, porque todos já estávamos, assim, numa situação de limite pessoal e profissional. Então, assim, eu cheguei a desenvolver uma série de dificuldades físicas mesmo, do cansaço, do estresse, porque além da própria demanda da profissão, de uma redação jornalística, da coisa do acompanhar, do apurar, da produção, da correria, do ritmo, do ritmo que o jornalismo tem, da coisa imediata e, enfim, da notícia, do fato e que a gente tem que estar acompanhando, a gente tinha uma situação que se somava a isso que era do próprio limite da logística. Então isso era muito pesado. Era uma situação toda muito difícil

Em setembro de 2009, o jornal foi encerrado. O motivo: a impossibilidade da Fade de continuar a contratar pessoas. E, assim como a transição do período Datamétrica para a segunda fase foi repentina, da mesma forma se deu o fim do telejornal, como explica Ismael Holanda.

A Fade, a gente soube que ela não ia mais poder contratar essas pessoas. Manter, na verdade. E foi meio que de repente. Eu lembro que no último dia a gente não sabia exatamente o que dizer ao público. Então a gente teve que dizer que o jornal ia passar por um processo de reestruturação. A emissora, melhor dizendo. Mas...

As restrições impostas à Fade inviabilizaram o modelo de negócios instituído na gestão de Paulo Jardel e resultaram no seu pedido de demissão. Ele relata:

[...] a Fade, que era a forma que eu tinha de viabilizar os recursos, tirou os recursos e demitiu todo mundo sem eu saber. Eu pedi demissão por isso. [...] Então isso me chateou muito e eu ganhei o cargo que está aí, fui lá no reitor e entreguei uma carta dizendo que eles estavam caminhando para a inviabilização da televisão e que eu não era coveiro de coisa nenhuma.

Parece haver um consenso, contudo, a respeito da necessidade da emissora voltar a ter um telejornal. Paulo Jardel, por exemplo, insiste na tese de que o telejornalismo é uma forma de vinculação da TV com a sociedade: “[é preciso] refazer o jornal, que eu acho que é muito interessante, eu acho que é uma forma de vincular a televisão com a comunidade e tornar a televisão respeitada pela comunidade, pelo que ela faz, pelo que ela informa”.

Para Luiz Lourenço, a Universidade precisa compreender o papel da TVU enquanto emissora pública e dar a ela meios de garantir uma autonomia editorial a fim de conquistar

credibilidade e garantir ao público o direito à informação.

[...] a necessidade do jornal era mal entendida. Sempre foi, desde a época de Paulo Jardel. Porque foi implantado da forma como a gente relatou. Então, acho que precisava ter essa compreensão, óbvio, do dirigente maior aos cargos principais de chefia, ter uma compreensão da necessidade desse jornalismo público e ter essa noção de que precisa ter uma autonomia para conquistar essa credibilidade enquanto jornal [...].

Ainda de acordo com Luiz Lourenço, a interação com a TV Brasil através do jornalismo pode ajudar no processo de encaminhar a TVU para um contexto que permita a volta de um telejornal. A questão da dotação orçamentária é, para ele, outro fator crucial para reavivar a emissora e lhe dar autonomia também no plano financeiro.

[...] aquela proposta de jornalismo que eu insisti que a gente assinasse com a EBC, era em função exatamente da gente começar a criar a ideia de que a gente precisa ter esse jornalismo local. Seja por questões locais, mesmo, de ser um grande elo com a comunidade, e essa coisa de colocar Pernambuco dentro do jornal da rede a qual a gente faz parte, e ao mesmo tempo eu acho que seria uma boa política para nós, interagir com esse jornal da rede. Interagir com a própria EBC, onde existe uma expectativa que nós precisamos cumprir. Existe uma expectativa deles com relação a nós. E, dentro dessa expectativa, está o jornalismo. Então eu acho que precisa isso, ter a compreensão dentro da Universidade de que é preciso fazer um investimento. A gente não pode continuar ao sabor de projetos de captação. Tem que ter uma dotação.

Por fim, para Guida Gomes, a credibilidade da TV, conquistada ao longo de mais de 40 anos, é um fator que favorece o desenvolvimento de uma emissora de caráter efetivamente público. Esse potencial está a espera de um impulso que, de acordo com ela, depende do empenho do grupo que gere a própria Universidade.

[...] a TV Universitária conseguiu estabelecer, pelo tempo dela e pela própria formatação que ela de certa forma insistiu em ter, pela sua própria essência, a tender a um público que queria algo mais, que queria algo mais com a sua cara, que falasse mais o seu sotaque, e eu acho que ela sempre se manteve nesse papel. E isso deu a ela um espaço cativo na casa das pessoas, na referência das pessoas, e isso tem uma proporção, isso tem uma chance imensa de reverberar, e está só esperando o momento, um espaço de explodir, de propagar, de chegar, de vir no ar. Então, eu acho que só existe mesmo uma falta de reconhecimento disso das pessoas que detém a gestão, que detém a compreensão da função e do papel disso. E eu acho que é uma grande arma na defesa da cidadania e da educação.

CONCLUSÃO

Apesar de ter durado pouco mais de três anos, o Nosso Jornal se mostrou um objeto de estudo extremamente interessante. A leitura e a interpretação das entrevistas com as diversas pessoas que em algum momento estiveram relacionadas à produção do telejornal mostram como o noticiário de uma televisão que faz uso de uma concessão pública e é parte de uma instituição pública pode muitas vezes estar submetido a interesses particulares. Esses interesses particulares podem ser de uma empresa em busca de expandir seu campo de atuação, ou de se relacionar com outras empresas e órgãos públicos, por exemplo. Mas pode também ser de uma elite política que temporariamente detém o poder na instituição e pretende usar esse bem público em favor próprio. Esses desvios são possibilitados, segundo nossa interpretação, entre outros motivos, pela falta de uma política de financiamento efetivamente pública e transparente e também pela ausência de uma regulamentação que permita e, mais do que isso, convoque a sociedade civil a participar das decisões da emissora.

A experiência do Nosso Jornal permite vislumbrar as diferentes formas que o telejornal enquanto empreendimento se relacionou com a ideia de TV pública. Há, na análise das entrevistas, grosso modo, dois polos que dividem a ideia de uma emissora pública: um positivo e outro negativo. No negativo, a TV pública é vista como algo que não dá audiência, e isso é a prova do seu fracasso. É percebida como um projeto que não se sustenta e precisa ser privatizado, terceirizado, transformado num grande supermercado da comunicação, independentemente da adequação dos “produtos à venda” aos princípios da comunicação pública. É encarada como algo que precisa ser gerido não por gestores públicos, mas sim pessoas oriundas da iniciativa privada, com instrumentos à mão que, se não privados, ao menos semelhantes aos privados, tais como as fundações de amparo. Sob essa ideia, o setor público, ao qual a TV está ligado, é visto predominantemente como ineficiente, lento, pesado, custoso e difícil de ser gerido. Nesse contexto, a participação da sociedade através de conselhos não só é apontada como inútil, mas é deliberadamente evitada, a fim de não interferir nos negócios particulares que lá devem se desenvolver.

No que chamaremos de polo positivo, a TV pública é pensada como uma necessidade e, mais que isso, um direito. Deve ser um instrumento para garantir o equilíbrio da radiodifusão e a liberdade de expressão. Está a favor dos cidadãos e, por isso, não pode prescindir da participação da sociedade, em especial das minorias, e ter uma abordagem que

se distancie da lógica da concorrência pelo índice de audiência. Deve ser independente dos governos e do mercado a fim de garantir sua credibilidade e uma abordagem justa e plural dos temas. Requer, portanto, regulamentação, normatização, estabelecimento de princípios, formulação teórica a respeito da sua função, financiamento público etc.

Com base nas entrevistas, arriscamos afirmar que a ideia de TV pública para as pessoas envolvidas no Nosso Jornal transitou pelos dois polos no decorrer da existência dele. Contudo, parece-nos evidente que, no momento em que o telejornal esteve sob a batuta da Datamétrica, a imagem que se tinha da TVU esteve mais próxima do polo negativo. Com a passagem do comando do programa para a equipe “da casa” (que, como sabemos, não deixava de ser terceirizada, só que agora pela fundação de amparo ligada à própria Universidade), busca-se uma aproximação do polo positivo. É necessário ratificar que não se trata de uma ideia maniqueísta; não é nosso objetivo afirmar que um momento foi todo bom e o outro, todo mau. Queremos perceber como, em cada período, as pessoas que faziam o telejornal se relacionavam com a ideia de TV pública e de que modo isso afetou a política editorial do noticiário. Por isso, é importante notar que, mesmo no período Datamétrica, a ligação institucional da TVU com a UFPE, um ente público tido como prestigioso e respeitado, era vista como algo determinante para o funcionamento do telejornal ou, parafraseando o próprio Alexandre Rands, definia os limites de atuação dele (puxando o telejornal para o que denominamos de polo positivo). Da mesma maneira, é possível perceber que persistia, mesmo no período Fade, a ideia de que os servidores públicos não estavam dispostos a trabalhar, eram em alguma medida ineficientes e tinham compromissos diversos à instituição, o que impediria sua integração ao telejornal (uma crença relacionada ao que denominamos de polo negativo).

Embora a direção geral da TVU nos anos do Nosso Jornal fosse motivada pela conquista de pontos de audiência, a emissora nunca dispôs dos meios para averiguar essa audiência, como já citamos. Por mais que os dados das pesquisas das emissoras privadas fossem tomados de empréstimo para consulta, eles não podiam efetivamente ser utilizados para a captação de apoios financeiros, uma vez que a TVU não possuía os direitos para utilizá-los. Perceber a contradição é fundamental para entender esse período da história da emissora. Entrar de fato na briga por audiência, dadas as limitações, era impossível. Mas direcionar a emissora para a sua busca era uma forma de dar conta de alguns problemas: através de apoio financeiro externo, poder-se-ia manter a TV funcionando sem que a UFPE ou o poder público arcasse com os custos (a chamada “autossustentabilidade”). Num momento em que a ideia do estado mínimo e das privatizações de empresas estatais ainda estava em

voga, o direcionamento para a busca de audiência e para o mercado poderia também ser enxergado como busca de legitimidade frente a um estado que se pretendia “empreendedor”. Por fim, legar o financiamento da emissora a recursos financeiros externos evitava as desastrosas consequências políticas de encerrar as atividades da primeira televisão educativa do país, ligada a uma Universidade pública (não podemos esquecer que as universidades foram certamente um dos principais focos de crítica e oposição a essa mesma política privatista e de desvalorização do serviço público, vide as numerosas e longas greves). A TVU, assim, deveria buscar, mas não necessariamente encontrar essa audiência.

No mesmo sentido, seria muito improvável que o Nosso Jornal se tornasse um empreendimento lucrativo para a empresa que o patrocinou no primeiro período. Era necessário contratar vários profissionais e adquirir uma infraestrutura praticamente inexistente na emissora no momento. A busca de apoios culturais não era feita de forma profissionalizada, e há várias restrições impostas pela legislação brasileira à publicidade na radiodifusão pública. A preocupação com a busca de audiência era declaradamente secundária. Tanto que, em alguns momentos, ele “concorria” com o principal telejornal em cadeia nacional do país, o Jornal Nacional da TV Globo, algo que um programa voltado para o ibope jamais faria. Contudo, ele cumpria algumas funções importantes naquele contexto. Para o comando da Universidade, submetido a eleições diretas de um público altamente intelectualizado e crítico (docentes, técnicos administrativos e estudantes), a presença do telejornal era uma forma de legitimar a política instituída na TVU. A alta gestão da instituição poderia orgulhar-se de ter voltado a por no ar um telejornal local depois de mais de uma década. Melhor ainda: não precisava arcar com seus pesados custos. E, para a empresa, mesmo que o lucro em termos financeiros não viesse, havia outros tipos de lucro possíveis: político, empresarial, simbólico etc.

Por ser um produto de uma empresa privada, por não se entender como um telejornal dentro de uma TV pública e, mais que isso, por se negar a sê-lo, o Nosso Jornal caminhou para uma homogeneização em relação aos similares das outras emissoras. Foi levado pelos ventos de uma cultura profissional jornalística que pouco pensa a respeito de si mesma e, não raro, se imagina como produtora de um espelho da realidade. Os méritos do Nosso Jornal, neste primeiro período, seriam consequência de dois fatores: primeiro, da experiência e da habilidade profissional individual dos seus jornalistas (não por acaso, pessoas oriundas da iniciativa privada) e, segundo, das boas intenções dos patrocinadores no sentido de fazer um noticiário bom e verdadeiro num ambiente supostamente dominado por meios de comunicação perversos e por profissionais incompetentes movidos por corrupção e outros

interesses escusos.

Mas, ironicamente, o Nosso Jornal dificilmente seria possível numa emissora privada que estivesse em disputa por pontos de audiência e receita publicitária. A forma como ele foi elaborado em termos de horário (o último telejornal local do dia entre todas as emissoras), embora legitimada por um argumento baseado na concorrência e, portanto, no mercado (trazer fatos que ocorreram depois que os outros telejornais já foram ao ar), denotam também que os responsáveis pelo telejornal e pela emissora tinham consciência da tendência ao fracasso do Nosso Jornal nessa disputa. Imagino que nenhum acionista de empresa de comunicação brasileira apoiaria medida tão arriscada em se tratando de um gênero televisivo caro como o telejornalismo, vide as reprises de Chaves e Pica-Pau e os programas evangélicos que são transmitidos simultaneamente ao Jornal Nacional da TV Globo nas emissoras concorrentes. Ainda assim, como dissemos, o Nosso Jornal cumpriria sua função política em relação à empresa (“expandimos nossas atividades; agora somos também uma empresa de comunicação”) e junto à Universidade (“temos um telejornal em nossa grade”), sem obrigar essa última a arcar com os custos (“nossa TV é autossustentável”). Não deixa de ser curioso que, embora o Nosso Jornal fosse um empreendimento privado e refutasse a ideia de uma TV pública, ele foi profundamente moldado pelas especificidades do campo público.

Os lucros que o Nosso Jornal poderia trazer para empresa patrocinadora não eram, segundo nossa interpretação, necessariamente monetários, mas a sustentação de uma grande equipe de profissionais certamente pesava no bolso de quem a mantinha; é possível que essa equação não tenha se fechado, ou mesmo que os objetivos almejados tenham sido alcançados já no primeiro ano do telejornal. Fato é que a empresa desistiu do negócio depois de cerca de um ano e deixou a TVU na iminência de voltar ao limbo jornalístico. Mas, por uma articulação de certa forma improvisada, o telejornal mudou de comando sem sequer sair do ar.

Essa mudança provocou grandes modificações na política editorial do Nosso Jornal, motivadas, em parte, pelo idealismo das pessoas designadas para comandá-lo, mas fortemente influenciada por um encadeamento de fatores: a repercussão da reivindicação dos movimentos ligados à democratização da comunicação pela criação de um sistema público de comunicação mencionado na Constituição Federal; a realização dos dois Fóruns de TV Pública, com a participação da própria TVU; o retorno da TVE à cabeça da rede; a criação da EBC e a consequente passagem dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo para a alçada da Lei Federal nº 11.652; o intercâmbio regular com o telejornalismo da TV Brasil e daí por diante.

É a partir desse momento que há uma aproximação do que chamamos de polo positivo

da ideia de TV pública: o Nosso Jornal não só se assume como um telejornal ligado a uma emissora do campo público, como se orgulha disso e passa a buscar formulações acerca de quais vêm a ser as especificidades dessa espécie de comunicação. Procura deliberadamente uma aproximação com a sociedade civil organizada como forma de se legitimar neste campo. Evita o sensacionalismo, o jornalismo policialesco, a pauta meramente factual; se desafia a aprofundar os temas, trazer em suas reportagens um “e daí” importante não para uma audiência passiva, mas para cidadãos. Procura referências nos casos bem sucedidos de televisão não comercial brasileira, como a TV Cultura, e se compreende como integrante de um sistema de comunicação de abrangência nacional, não só como mero empreendimento que se encerra no âmbito local; por isso, busca, apesar das limitações e da unilateralidade dos pedidos da nova cabeça de rede, a TV Brasil, interagir com e demarcar território nesse sistema ainda em formação.

Mas a limitação foi um fator crucial para determinar os antigos e, principalmente, os novos rumos do Nosso Jornal. A nova equipe, diminuta e inexperiente, precisou se apropriar do saber-fazer do grupo anterior e tentar reproduzir suas rotinas. Em cima de um novo paradigma, buscou, com as poucas ferramentas disponíveis, refundar o telejornal à sua maneira. Contudo, é importante frisar que muitas das novas diretrizes, embora legitimadas pelos princípios de uma TV pública, eram condicionadas igualmente pela falta de profissionais, de equipamentos e de recursos de toda ordem. Há de se concordar, por exemplo, que o noticiário de uma TV pública deve evitar expor supostos criminosos por uma série de fatores (para citar um único, basta dizer que o marco legal da radiodifusão pública brasileira determina o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família). Contudo, quando se tem apenas uma equipe de reportagem, vetar o “jornalismo de delegacia” na pauta do telejornal é uma forma de dar mais tempo para que essa mesma equipe, a única disponível, possa produzir outras reportagens. Do mesmo modo, ao se buscar aprofundamento nas reportagens, permitindo que elas sejam mais longas e se desdobrem em entrevistas no estúdio, preenche-se um bom tempo que, num telejornal, só pode ser coberto com jornalismo. Creio ser prioridade do sistema público de comunicação brasileiro a quebra desse paradigma: dada a importância da TV pública para a garantia do caráter dual da liberdade de expressão e para a chamada ecologia da radiodifusão, ela não pode ser a “prima pobre” das emissoras comerciais. A tal distintividade da TV pública não pode ser pensada a partir das limitações materiais e financeiras, mas sim dos desafios demandados pela sociedade, que estão em constante renovação.

Ainda sobre o segundo momento do Nosso Jornal: é nele que se manifesta mais

nitidamente a falta de autonomia da equipe em relação ao alto comando da Universidade. Na primeira fase, a Datamétrica era efetivamente a dona do Nosso Jornal. Tratava-se de um empreendimento particular legitimado pela necessidade da emissora de ter um programa do gênero. Na segunda fase, quando o telejornal passa à alçada da Fade e, portanto, da própria Universidade, é como se a propriedade do noticiário fosse também transferida de um dono para o outro. A elite universitária passa a se utilizar do telejornal basicamente de três formas. A primeira forma de utilização, mais rara, mas existente, é na verdade uma não utilização, através da censura: o telejornal é impedido de veicular certos assuntos, tais como um protesto estudantil no campus contra uma decisão do alto escalão da Universidade. Na segunda forma, ele persiste sendo um telejornal que existe mas que não precisa necessariamente ser visto. A sua veiculação diária é por si só importante para a gestão: representa politicamente perante a comunidade universitária um êxito que há mais de uma década não ocorria na TVU. Sobre esse aspecto, é fundamental notar que nem o público tinha ferramentas para compreender que o telejornal no período Datamétrica era, na prática, uma produção independente, nem há grandes mudanças estéticas com a desistência da empresa em bancar o programa: cenário, música, vinheta, nome, tudo permanece igual. Na terceira forma de utilização, o telejornal passa a servir como uma espécie de assessoria do gabinete do reitor, bem como uma forma de cortesia deste e dos seus pró-reitores a visitantes ilustres e prestigiosos: afinal, nada como ser recebido por uma equipe de televisão e transformar uma visita, uma inauguração, o lançamento de um livro, em notícia de TV. Não há a preocupação, nesses casos, com a perda da credibilidade do noticiário; pouco importa se ele é tachado de chapa branca. Novamente, aqui, o importante não é que o noticiário seja visto, mas sim que as câmeras estejam ligadas e os holofotes, acesos.

Parece haver um desconhecimento da elite universitária e da comunidade universitária como um todo em relação ao fato de a radiodifusão pública ser um serviço público que, embora tenha uma natureza peculiar, não difere muito dos outros serviços públicos, como a saúde e a educação. Sabemos que, no Brasil, os hospitais universitários têm um papel importante para a saúde pública, sendo referências em diversas áreas. Que dizer de um hospital universitário e público que só atenda a docentes e técnicos da instituição? Que dizer de um hospital universitário e público em que o reitor possa, pelo cargo, tomar a frente de um paciente comum? Na mesma linha de analogia, podemos citar os colégios de aplicação, escolas de referência ligadas tradicionalmente às universidades públicas. Que diríamos de um colégio de aplicação em que só filhos de reitores e pró-reitores pudessem estudar? Ou em que eles não precisem fazer exame de seleção? Certa e felizmente, são ideias pouco concebíveis

nos dias de hoje. Mas essa elite universitária parece não ter (ou não querer ter) ciência da natureza do serviço público da radiodifusão, legando-o ao esquecimento ou utilizando-o para fins ilegítimos.

Os veículos de comunicação vinculados às universidades públicas devem ser vistos como serviços da mesma natureza, apesar das suas especificidades. Eles são fundamentalmente sustentados por recursos públicos pagos pela população através de tributos. Não podem ser desvirtuados enquanto serviços públicos, voltados para a sociedade, e não para o capricho de uma elite. Como se não bastasse, a TVU é concessionária de um canal de televisão aberto. Ou seja, a UFPE tem a autorização para usufruir e, mais que isso, o dever de fazer bom uso de uma pequena fração de um bem que é público e extremamente escasso, o espectro eletromagnético. Uma concessão de TV ou de rádio, ao menos em teoria, é outorgada a uma organização ou empresa com o objetivo de que possa prestar determinados serviços à sociedade. E, em teoria, a sociedade confia na Universidade para explorá-lo, vê nela uma instituição com as condições necessárias para tal.

Por isso, por mais que a intervenção na pauta do telejornal, censurando-o ou obrigando-o a dar destaque à agenda oficial seja ilegítimo, em se tratando de um serviço público, muito mais grave é o abandono a que foi legada a televisão nas últimas décadas. É esta, na verdade, a forma mais eficaz de censurá-la ou de intervir nela: deixá-la calada, quieta, invisível, ou permitir que ela se transforme num grande balcão de negócios particulares pouco comprometidos com a sua função legal.

Esperamos que este trabalho contribua, à sua maneira, para uma mudança dessa situação. É importante notar, contudo, que felizmente o cenário atual é altamente favorável para tal. O Brasil é hoje a sexta maior economia do mundo. A democracia no país vem se consolidando. Cresce a pressão em torno da criação de um marco regulatório das comunicações brasileiras. Países vizinhos, com os quais o Brasil tem estreita relação, como a Argentina, vem realizando modificações consistentes nesse campo. Temos um sistema público de comunicação que ainda engatinha, mas tem se consolidado. Há também a sociedade civil organizada, que persiste questionando o status quo da mídia brasileira e reivindicando uma comunicação mais democrática; essa sociedade vê nas mídias públicas e comunitárias a possibilidade de tornar a comunicação brasileira mais plural e diversificada. A Universidade pode e deve aproveitar esse momento para cumprir efetivamente sua função de gestora e concessionária de uma TV pública. Nossa sugestão para dar início a esse processo vem de uma antiga canção. Cabe à Universidade, em todas as suas instâncias, pensar e, a respeito da TVU, questionar: existirmos, a que será que se destina?

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BECK, Ulrich. **O que é a globalização?** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- _____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- _____. **Lei nº 11.652, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o poder executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**, 2008.
- _____. **Relatório de gestão do exercício 2010**, 2010.
- CAPPARELLI, Sérgio e LIMA, Venício. **Comunicação e televisão: desafios da pós-globalização**. São Paulo: Hacker, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CHAMPAGNE, Patrick. **The “double dependency”: the journalistic field between politics and markets**. In: BENSON, Rodney e NEVEU, Erik. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity, 2005.
- DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010.
- FRADKIN, Alexandre. **Histórico da TV Pública/Educativa no Brasil**. In: CARMONA, Beth (org.). **O desafio da TV pública**. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2010.
- HUNT, Lynn, **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009.
- LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão**. São Paulo: Summus, 1997.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **Prefácio**. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009.

LIMA, Venício Artur de. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa**. Direito à comunicação e democracia. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção**. In: RINCÓN, Omar (org.). **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

MATTOS, Sérgio. **A evolução histórica da televisão brasileira**, in: VIZEU, Alfredo, PORCELLO, Flávio e COUTINHO, Iluska. **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

MENDEL, Toby e SOLOMON, Eve. **Liberdade de expressão e regulação da radiodifusão**. Brasília, Unesco, 2011.

_____. **O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros**. Brasília: Unesco, 2011.

SAROLDI, Luiz Carlos e MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional: o Brasil em sintonia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

SCHUDSON, Michael. **Autonomy from what?** In: BENSON, Rodney e NEVEU, Erik. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity, 2005

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Pólis, 1982.

TRAQUINA, Nelson. **O que é jornalismo?** Lisboa: Quimera, 2002.

UNESCO. **Public broadcasting**. How? Why? Montreal, World Radio and Television Council, 2000.

UNESCO. **Indicadores de desenvolvimento de mídia: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação**. Brasília: Unesco, 2010.

VALENTE, Jonas. **Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de comunicação**. In: INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009.

VIZEU, Alfredo (Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação)**. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BENSON, Rodney e NEVEU, Erik. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
- FARIA, Ana Cristina de Faria et. al. **Manual prático para elaboração de monografias: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. São Paulo: Vozes, 2010.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 2000.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. **Ideología**. Un enfoque multidisciplinario. Barcelona: Gedisa 1999.

ANEXOS

A. ENTREVISTADO: PAULO JARDEL

**FUNÇÃO: DIRETOR DO NÚCLEO DE TELEVISÃO E RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO DE 2000 A 2009**

DATA: 13/12/2011

LOCAL: RESIDÊNCIA DO ENTREVISTADO, EM CAMARAGIBE-PE.

HN: Quando o senhor assumiu a direção do núcleo e em que contexto?

PJ: Eu assumi a direção do núcleo no dia 24 de janeiro de 2000.

HN: Quem era o reitor na época?

PJ: Mozart.

HN: Era o primeiro reitorado dele?

PJ: Foi no primeiro reitorado dele. E eu não estava disposto a voltar para a televisão, não, quando me chamaram. Eu tinha me aposentado da TV Globo, onde passei 30 anos. Mas Mozart era muito agradável como pessoa e muito idealista, então me forçou um pouco a barra. Eu me aposentei no dia 31 de dezembro de 99; no dia 2 de janeiro ele apareceu aqui com essa história de voltar para a TV Universitária. Eu aceitei em princípio, desde que ele me desse carta branca, porque eu sou de televisão, sempre fui, e achava muito estranho aquele núcleo ser dirigido por pessoas que eu chamaria de alienígenas.

HN: Qual era a situação do núcleo naquela época?

PJ: Naquela época, o diretor era um rapaz chamado... Lucilo Varejão. É um professor de francês, parece, e também não é muito do ramo. Então eu assumi tentando transformar a televisão num supermercado de comunicação, onde tivesse diversos produtos, discutíveis ou não, mas contanto que eles dessem à televisão um negócio chamado audiência, o que não existia. Era traço em todos os horários. Então foi pra lá o Samir Abou Hana. Se você perguntar me perguntar se... É um entrevistador razoável, tem uma boa experiência de rádio, e

eu levei porque ele estava sem fazer nada e fez um contrato de risco comigo. Porque, ali, a falta de recursos é absoluta, você não tem recurso para nada.

HN: Nessa época já não tinha orçamento?

PJ: Não tinha, nada, nunca teve. E eu conseguia recursos. Então ele participava da receita percentualmente, da receita do programa dele. Então foi assim que eu consegui...

HN: Mas como era a receita do programa dele? Era através de publicidade?

PJ: Publicidade, mas a maioria institucional, porque produto mesmo a gente não podia veicular. E por uma faceta lá que surgiu, proibiram até de fazer esse tipo de publicidade. Então, se os recursos eram zero, ficou menos zero. E eu encarei o negócio. Então quando... Eu acho que a televisão tem que ter, uma televisão especialmente local, que é o caso, tem que ter um programa jornalístico porque é dessa forma que se faz a integração entre o veículo e a comunidade. Então eu resolvi criar o jornal. E dinheiro?

HN: Isso foi no começo?

PJ: Não, eu já estava lá há uns três anos ou quatro. Sempre buscando criar esse jornal, mas com todas as dificuldades. Então a Datamétrica, que era e é ainda daquele Alexandre Rands, propôs de gerenciar o jornal. Não gerenciar o noticiário, o noticiário era todo olhado por nós, mas gerenciar financeiramente e tal e o que fosse arrecadado de publicidade ou qualquer coisa desse tipo era dele, e ele pagava um percentual à televisão. Nunca pagou.

HN: Nunca?

PJ: Nunca.

HN: E tinha publicidade?

PJ: Pouca, mas tinha.

HN: Mas, como é? Um belo dia ele lá chega na sua porta, bate assim e diz: quero fazer

um jornal? Como é que foi?

PJ: Não, não, foi assim: ele fazia um programa dele lá, de economia. Quando ele soube da história do jornal, ele propôs em assumir o jornal, e assumiu. Fez um contrato conosco de dois anos. Só que na metade do contrato ele disse: “não quero mais”, e largou.

HN: Ah, ele fez um contrato de dois anos e só operou só por um ano?

PJ: Só operou por um ano.

HN: Então isso deve ter sido em 2006?

PJ: 2005, 2006. Eu não me lembro de datas exatas. Mas foi assim.

HN: Por que é que eles desistiram do jornal?

PJ: Porque dava despesa, e a receita não vinha. Embora politicamente eu acho que foi muito importante para ele.

HN: Por quê?

PJ: Porque ele abriu portas, a empresa dele passou a ser uma empresa mais conhecida, tanto é que ele fez aquele contrato do INSS.

HN: E esse contrato está relacionado?

PJ: Não, não está relacionado, mas foi uma forma de “open door”. Mas a despesa não era pequena, não. Era uma despesa grande. Relativamente grande. Ele criou uma superestrutura inicial.

HN: Como era essa estrutura?

PJ: Tinha o editor, tinha dois apresentadores, tinha três repórteres, e, enfim, era uma estrutura...

HN: Uma equipe de reportagem por turno?

PJ: É, exatamente.

HN: E eles contratavam diretamente essa equipe?

PJ: Contratavam diretamente.

HN: Então o apresentador era funcionário da Datamétrica? Recebia diretamente por eles?

PJ: Exatamente. Então ele entregou de uma hora para a outra, não me deu nem prazo, e eu tive uma semana para voltar e botar o jornal no ar, porque eu acho que o jornal é importante para o veículo. Eu acho que é uma forma, como eu disse, de integração entre o veículo e a comunidade. Aí a Guida, que sempre foi uma operária fantástica, trabalhadeira danada, enfim, e o pessoal de lá, e a gente botou o jornal, voltou com o jornal, e foi até que a Fade te puxou o tapete. A Fade, que era a forma que eu tinha de viabilizar os recursos, tirou os recursos e demitiu todo mundo sem eu saber. Eu pedi demissão por isso.

HN: E como é que a Fade era alimentada dos recursos que mantinham o jornal? Os recursos vinham da própria televisão?

PJ: Conseguídos por mim.

HN: E vinham através de...?

PJ: Propaganda. Propaganda tipo Chesf, Governo do Estado, enfim, propagandas governamentais, que não proibiam que eu fizesse.

HN: O que eu chamo de apoio cultural.

PJ: Apoio cultural. Aí eles resolveram, sem que eu soubesse, acabar com o apoio que a Fade efetivamente dava com pessoal. Então demitiram Cristiano, demitiram a Guida, demitiram

todo mundo [incompreensível]. Aí o Paulinho pediu demissão, foi lá e entregou a carta ao reitor dizendo que não ficava mais. Isso foi em setembro de...

HN: 2009. Foi a época que eu já estava lá. Em relação à contratação desse pessoal que trabalhava no jornal. No caso da Datamétrica, era a Datamétrica diretamente quem...

PJ: E quando saiu da Datamétrica, a gente contratava através da Fade .

HN: E tinha alguma espécie de seleção pública, alguma coisa?

PJ: Às vezes, tinha e, às vezes, não. Porque eu tive que aproveitar basicamente o pessoal de casa, que já estava lá, e eu só encontrava meios de manter...

HN: E os salários? Era na média...?

PJ: Era a média de salário profissional, que se paga no mercado.

HN: Em relação ao conteúdo do jornal, à questão da política editorial mesmo do jornal, havia alguma coisa dentro do Nosso Jornal que, nesses dois momentos, o diferenciasse dos telejornais que havia nas outras emissoras?

PJ: Em tese, havia, porque nós nos preocupávamos muito com a culinária local, vamos chamar assim. Então o que provavelmente as outras não enfocavam, a gente enfocava. As outras ficavam num lapso entre o último jornal e o primeiro do dia seguinte. Nós estávamos no meio.

HN: Ele era o último jornal da noite?

PJ: Era o último jornal da noite local. Local. Porque depois tem o da Globo, mas tudo nacional. Eu acho que foi uma perda muito grande para a TV Universitária e para os alunos, que eram muitos estagiários na época, você lembra disso. Tinha um bocado de estagiário, e eu acho que era uma formação pessoal ótima pro pessoal, porque era fazer, mas com todas as dificuldades possíveis e até impossíveis. Então isso me chateou muito e eu ganhei o cargo que está aí, fui lá no reitor e entreguei uma carta dizendo que eles estavam caminhando para a

inviabilização da televisão e que eu não era coveiro de coisa nenhuma. Pelo contrário, sempre fui criador de coisas vivas, e não de morte.

HN: Nessa época, o senhor me falou, por exemplo, sobre a questão da audiência, que ela dava traço e que tinha o objetivo de...

PJ: Dava dois, três, quatro pontos, o que, para a TV Universitária, é excelente, porque continua dando traço hoje.

HN: Então, quando assume essa nova gestão, essa situação da audiência muda.

PJ: E aconteceram outros problemas de ordem administrativa lá, porque eu não era da universidade, era de fora. Por exemplo: eu tinha conseguido transmitir para todo o estado. Não sei se você soube disso.

HN: A TVU transmitiu para todo o estado?

PJ: É. Através de uma empresa de Caruaru. Mas com a possibilidade da empresa de Caruaru fazer alguma coisa em termos de programação e em termos de receita. Só que eles assumiram no dia... Não me lembro exatamente a data, mas assumiram num dia e 15 dias depois, ou uma semana depois, veio uma ordem da reitoria proibindo o repasse de verbas para qualquer coisa. E, aí, eles perderam o interesse, porque tinham alocado um bocado de recurso, instalaram lá uma televisão por satélite, e não tinham mais nem como ter o retorno desse capital.

HN: Eles eram contratados da TVU, é isso?

PJ: Eram contratados da TVU. Da TVU não, da universidade.

HN: E aí a reitoria impediu que isso fosse pago?

PJ: A reitoria, não, a procuradoria. E assim decretaram, pelo que eu sei, não sei se é verdade ou não, mas as pessoas que ligam para mim me dizem, me disseram que está lá o Opinião de volta porque vocês resolveram fazer no peito, não têm apoio de nada. Depois surgiu o problema da TV Brasil, e eles acharam que a TV Brasil ia injetar muito dinheiro aqui, e não

injetaram nada, pelo que eu sei.

HN: Trocaram o transmissor.

PJ: Trocaram?

HN: Mas, recurso mesmo, propriamente dito, ainda não.

PJ: Mas o transmissor andava capenga. Quando eu cheguei lá, tava com dois pontos de potência. Eu tirei lama com pá de dentro do transmissor. Lama! E consegui chegar aos 14 pontos dos 30 que ele era capaz de chegar. Então eu acho que transmissor era uma coisa que a gente podia suportar algum tempo mais. Eu não sei como é que estão fazendo. Quando saio dos lugares, eu procuro me desvincular mesmo. Hoje eu não estou querendo trabalhar mais em nada. Trabalhei 54 anos. Estou com 72 de idade e não quero mais porra nenhuma.

HN: Já havia uma discussão naquela época, hoje essa discussão é bem forte, principalmente depois da criação da TV Brasil, de fazer uma TV pública, que fosse uma TV diferenciada da proposta da TV privada, da TV comercial...

PJ: Sempre houve essa discussão, mas televisão, em especial, não se faz sem dinheiro. “Ah, eu vou fazer televisão, não quero dinheiro”. Aí, é brincadeira, porque não vai fazer. Porque uma válvula, eu me lembro, da rádio FM custava R\$ 7 mil. Uma válvula! E essa válvula tinha duração limitada. Então, todo o equipamento, eu acredito, fora o transmissor novo que está lá, todo o equipamento foi comprado por mim arranjando dinheiro assim, de institucionais.

HN: O senhor acha que isso comprometeu, essa necessidade de buscar recursos no mercado mesmo, isso teve algum efeito na qualidade da programação?

PJ: Não. Não alterou nada. No programa, ninguém dava palpite. Em matéria de programa... Para você ter uma ideia, eu soube que o estúdio “A”, que é o menor, virou depósito de sucata.

HN: Não, foi o “B”.

PJ: O “B” que virou depósito?

HN: O “B”. O “A” é o que a gente faz o programa. O “B” é que virou...

PJ: Pois é, mas o “A” existe porque apareceu um camarada lá na televisão chamado Marcos Silva, um nome assim. Ele disse: eu queria fazer um programa aqui. Um programa brega. E eu fui contra, em princípio.

HN: Por quê?

PJ: Porque eu não gosto de brega [risos]. Eu acho que é baixo nível, entendeu? Aí eu disse: eu topo você fazer seu programa aqui. Era aos sábados à tarde, não me lembro de que horas. Desde que você reforme o estúdio B, o estúdio A. E ele gastou uns R\$ 30 mil, na época, e reformou tudo. E eu podia deixar de cumprir minha palavra? Não podia. Ele fez o programa lá, um bocado de tempo, e, para o que ele se propunha, até dava audiência. Mas...

HN: E saiu como?

PJ: Saiu que... Acabou o contrato e eu disse para ele: [incompreensível] desse jeito não dá pra continuar, não. E ele ficou puto comigo, virou meu inimigo, mas caiu fora, e está hoje na TV Nova.

HN: Uma das características que eu tenho estudado em relação às TVs públicas, e à própria ideia de comunicação pública, é a participação da sociedade através de conselhos, através de ouvidorias...

PJ: É muito bonito na hora de criar. Depois, ninguém aparece, ninguém faz nada, ninguém dá palpite...

HN: Teve alguma iniciativa desse tipo?

PJ: Teve uma vez. Não no meu tempo. Foi antes, anterior a mim. Mas fizeram uma tentativa, botaram gente de nível alto, é esses caras aí desses Sesi, Senai, mas nunca ninguém apareceu. Porque ninguém quer meter a mão no bolso não, doutor, nem quer se comprometer com coisa nenhuma. Sobretudo porque é a própria reitoria, que podia ser o instrumento político de

ascensão da coisa, não se mexe, não quer nem saber. Eu quis mudar a TV para o campus, não sei se você soube disso lá.

HN: O senhor queria mudar a TV para o campus?

PJ: É, queria. Inclusive fui ver a área na Biblioteca Central, os dois últimos andares da biblioteca para instalar a televisão lá, mas todo mundo foi contra.

HN: Mas por que é que o senhor queria mudar?

PJ: Porque achava que a distância do campus atrapalhava as, as...

HN: Nessa questão política.

PJ: Na questão política, exatamente. E também não consegui. Para te dizer a verdade, foi um período de algumas vitórias e muito aborrecimento, sabe? Eu estava habituado a dizer assim: “eu quero fazer”, e fazer. Lá, eu dizia: “eu quero fazer”. E como?

HN: Durante a gestão do senhor, houve a tentativa de reformar esses conselhos, de tentar fazê-los funcionar? Havia um interesse da instituição, do pessoal que estava lá, e que está lá até hoje, em fazer isso?

PJ: Não. Eu acho que não. Porque, lamentavelmente, eu conheço o rapaz que está lá, o Ascendino, conhecia, no tempo em que eu estava lá, mas, pelo que me parece, ele não é politicamente muito salutar. Ele tem um pouco aquele chamado “dolce far niente”. Então, o que acontecer, aconteceu. Eu não sou assim, de jeito nenhum, nem nunca fui. Então eu queria era colocar a coisa para funcionar mesmo. E consegui, alguma coisa ou algum sucesso.

HN: O que o senhor avalia como pontos altos dessa experiência de nove anos?

PJ: Primeiro foi a ascensão da televisão. A televisão com certeza passou a ser vista. Não pelos públicos da TV Globo, nem pelos públicos da TV Jornal, não, mas conseguia-se fazer alguma coisa em termos de audiência, e em captação de audiência conseguiu-se muito boa... O Opinião chegou a dar seis, oito pontos. Eu duvido que dê dois, hoje. Duvido. Até porque tem

certos conceitos de televisão que, embora eu não seja muito favorável, mas existem. Por exemplo: o apresentador não pode ser feio. O Valdir é um excelente cara, como pessoa, como profissional, um dos melhores textos que eu conheço, mas não pode ser um cara de apresentar programa. Concorda comigo?

HN: Não, não concordo, não.

PJ: Não? Ele é muito feio, entendeu? Não é que eu tenha nada contra ele, não. Eu sempre prestigiei ele, sempre que quis fazer, eu fiz com ele. Mas...

HN: Entendi. As perguntas que eu tinha escrito, basicamente, eram essas. Eram sobre a participação, o conceito de TV pública.

PJ: O conceito de TV pública é excelente, desde que haja dotação orçamentária, o que nunca aconteceu. Aquela ilha de edição que tem lá, moderna, fui eu que comprei. A iluminação fria do estúdio foi eu que fiz com esses recursos que eu conseguia. Quando proibiram até de arranjar recursos, eu vou fazer o que mais aqui? E depois eu acho que fui traído pela Fade, que era o instrumento que fazia acontecer as coisas e, de uma hora para a outra...

HN: Nesse período, principalmente do final dos anos 90, em que o senhor ainda não estava lá, até a criação da EBC, houve uma série de articulações no Brasil, com os fóruns de TV pública...

PJ: Eu nunca participei.

HN: Por que não?

PJ: Porque, primeiro, que não comprei o produto. Quem comprava muito o produto era o Lourenço. Então eu mandava o Lourenço ir.

HN: Mas a gente estava presente lá de alguma forma?

PJ: Estava sempre presente. E eu acho que, fora esse problema do transmissor, que eu não sabia nem que tinha acontecido, o resto deve ter sido as mesmas frustrações.

HN: É. Lourenço nem é mais diretor de programação.

PJ: Quem é o diretor de programação?

HN: Agora é Rômulo. É um jornalista que estava lá no Virtus, eu acho. Estava lá no campus e agora foi para lá. Parece que ele se desentendeu com Ascendino.

PJ: Quem? Lourenço? Eu acho Lourenço um bom profissional, um excelente profissional. E ele, no tempo em que eu estava lá... Eu apurrinhei ele muito e ele me apurrinou também muito. Mas só que a presença é uma coisa e a ausência é outra, né, doutor? Tem que estar preparado para as duas coisas. Ele me mandou um e-mail no dia do meu aniversário, foi o primeiro fato que ele mandou para mim, aí eu até mandei uma resposta para ele, eu acho que ele não deve ter gostado muito, não. Ainda bem que existem adversários, porque isso reaproxima as pessoas ou alguma coisa desse tipo. Mas ele era... Não sabia que ele tinha saído. Alena se aposentou, né?

HN: É, Alena se aposentou. Deixa eu fazer outra pergunta ao senhor. Em relação a essa influência da reitoria junto à televisão, o senhor acha que em algum momento isso dificultou os trabalhos da TV no sentido de...

PJ: Enquanto não dava palpite, não dificultava.

HN: É nisso que eu falo. Bem ou mal, por mais que a TV esteja dentro da universidade, ela tem que ter uma certa autonomia para fazer programação...

PJ: Agora, de repente criaram umas pessoas que se arvoraram de técnicos em televisão.

HN: E não eram.

PJ: Nunca foram. Aí, depois que eu saí, eu soube que começaram a entrar lá na televisão para atrapalhar. Eu nunca deixei isso acontecer. Ou eu mando, ou eu saio. Então isso aconteceu. Fazem as coisas tão... Resolveram criar aquele núcleo de cinema lá. Nunca saiu do papel. E está lá, né?

HN: Caiu uma chuva, estragou os equipamentos... Não tem nada, lá. Só tem o espaço.

PJ: E está vazio?

HN: Está vazio.

PJ: Pois é. Agora você vê o seguinte: construíram um negócio. Para início de conversa: ligaram a central de ar condicionado para dentro da sala, não para fora. A exaustão. Então, no primeiro dia que ligou-se, e tinha que se ligar todo dia o ar condicionado, derreteu o teto [risos]. Aí é essas coisas que... Eu estou habituado a trabalhar com profissionais. Tem até aí uma fotografia interessante, eu vou te mostrar, está num quadro lá no meu quarto. É a diretoria toda da TV Globo.

HN: O que eu tinha para perguntar era isso. Como o senhor avalia de modo geral a experiência lá no núcleo nesses nove anos? Só para a gente encerrar.

PJ: A experiência foi interessante. Eu conheci um novo campo, que não era o que eu fazia, né? Eu fazia TV privada e não conhecia essa parte de TV pública. Acho que a solução é realmente voltar para o que era, fazer o Opinião Pernambuco, que é um programa de qualidade que vocês estão tentando fazer. Tem que fazer alguns toques, né? E refazer o jornal, que eu acho que é muito interessante, eu acho que é uma forma de vincular a televisão com a comunidade e tornar a televisão respeitada pela comunidade, pelo que ela faz, pelo que ela informa. E o orçamento, que a universidade nunca fez. Tentar reavivar a Fade como instrumento de execução, porque televisão não é fábrica de pipoca, em que você bota o milho e sai a pipoca, é um negócio que tem uma coisa chamada talento, que é imprescindível. Eu trabalhei 30 anos na TV Globo. Nunca soube de nenhuma dificuldade quando o cara era talentoso. Nunca teve. Agora mesmo, o Boni escreveu um livro que eu estou até interessado em ler, ainda não li, e ele próprio administrava os talentos da TV. Porque todo mundo é estrela, né? E você tem que administrar isso. Mas, o resto... Se você me perguntasse se eu preferia voltar à televisão: não. Para ali, não. A não ser que fosse-me oferecido uma verba... Uma verba, não importa de quanto, mas desde que houvesse essa verba. Porque eles me cobravam a despesa, mas não me davam a receita, então é um negócio complicado...

HN: Não fecha a equação.

PJ: Não sei por que é que perderam a TV Assembleia, perderam a TV Câmara, perderam tudo isso. Pelo menos eu não vejo no ar.

HN: Ainda tem. Quer dizer, tem o Assembleia na TV, o Assembleia Debate, que é aquele programa de debate no fim da noite. Tem o programa da Câmara, que passa de manhã cedo...

PJ: Nunca mais vi. Mas tinha receita. Aquilo tudo tinha receita. E, agora, eu não sei se tem.

B. ENTREVISTADO: ALEXANDRE RANDS

FUNÇÃO: DIRETOR DA EMPRESA DATAMÉTRICA, RESPONSÁVEL PELO NOSSO JORNAL ATÉ 2007

DATA: 21/12/2011

LOCAL: SEDE DA DATAMÉTRICA, RECIFE-PE.

HN: Por que a Datamétrica decidiu assumir a realização do Nosso Jornal e quando é que começou esse processo?

AR: Olha, a Datamétrica, na época, ela estava tentando dar uma expansão nas suas atividades na área de comunicação. E, aí, como eu tinha o programa já lá, não pela Datamétrica, como professor da universidade, tinha O Negócio É O Seguinte, e, aí, Paulo Jardel, que é que tinha esse plano de fazer o Nosso Jornal, e, aí, ele incentivou a gente. “Rapaz, pegue, vocês conseguem publicidade”, e aí eu, digamos assim, comprei a ideia dele e topei fazer. E, aí, a gente ficou... A gente fez um acordo com a Fade, que a gente podia fazer, vender patrocínio, publicidade, o dinheiro ia para a Fade e a gente usava para pagar as contas. Então, era assim que funcionava.

HN: Quando é que começou o Nosso Jornal sob a Datamétrica?

AR: Aí eu não sei, não. Pergunta a Brites que talvez ela... Desde o começo ele era. Começou com a gente, certo? Se você tem a data de início do Nosso Jornal, você tem a data de início do que é com a Datamétrica. Só que depois a gente saiu e quando a gente saiu continuaram ainda. Mas aí já não estava mais, eu não sei também qual foi a época.

HN: Pelo que o senhor me fala, vocês já tinham experiência com televisão...

AR: Não. Tinha eu, fazendo apresentação de programa, era diferente. Só que a gente...

HN: Mas não era através da empresa?

AR: Não, não era através da empresa. Só tinha, tem uma jornalista que tinha experiência da Rede Manchete. Então ela sabia como montar um jornal, certo? Ou seja, ela trabalhava em jornalismo na Rede Manchete. Então ela conhecia como é que era todo o processo de um

jornal. Então ela é que foi tecnologicamente responsável pela montagem do jornal. E tivemos também, na época... Fizemos uma associação, contratamos, na verdade, Paulo André Leitão, que também conhecia muito de jornal. Então ele também deu apoio na tecnologia, o que é que a gente precisava, como é que fazia, como é que pegava as informações. E Paulo Jardel também conhecia bastante de jornal. Então, no fim, nós entramos meio [incompreensível] da tecnologia defendida por, apresentada por outros.

HN: Entendi. Mas a própria empresa não tinha experiência nessa área de telejornalismo.

AR. Não. Tinha eu apresentando um programa, mas é outra coisa, certo?

HN: Entendi. Pelo que eu entendi, tinha um contrato entre a Datamétrica e a TV Universitária ou a Fade. Como é que funcionava esse contrato? O que é que constava nele e o que é que cabia a cada parte dele?

AR: É... Nesse contrato, eu não sei se tinha, se a TV Universitária fazia parte do contrato ou não. Eu não me lembro do detalhe. Mas a TV Universitária provia o espaço e... Basicamente o espaço e a estrutura física. A Datamétrica, ela provia os jornalistas, contratados, as matérias, ou seja, a gente provia todo o conteúdo. Todo o conteúdo era responsabilidade nossa e a gente produzia. A TVU obviamente tinha um papel de edição, então eles garantiam que o conteúdo estava de acordo com a lógica da TV Universitária, com as prioridades deles. Mas a gente é que gerava, a nossa responsabilidade era a produção de conteúdo, então a gente ia para a rua, a gente alugava carro, tinha os jornalistas contratados, tudo isso a gente fazia com contratação pela Fade. E a gente fazia basicamente gestão. A Datamétrica na verdade serviu, de fato, como empresa... Serviu apenas como um provedor financeiro.

HN: Como é que o telejornal era mantido? Era através da publicidade?

AR: Era, também. A publicidade nunca chegou... Se você for pegar do global, a publicidade não chegou a representar nem uns 30%. Chegou mais ou menos a isso, uns 30, 35%. O resto a gente bancou mesmo.

HN: Bancou mesmo?

AR: Foi prejuízo. Por isso que a gente parou, né? Porque era uma brincadeirinha muito cara, a gente achou que ia conseguir reverter, entendeu? Porque, também, se a gente tivesse tido lucro, o contrato era que, se a gente tivesse lucro, seria nosso. Mas não tivemos lucro.

HN: Era de quanto tempo, o contrato?

AR: Acho que não tinha fim, não tinha... Geralmente esses contratos são de um ano, renováveis, né? Mas terminou... A gente, eu acho que não passou nem um ano. Eu não lembro realmente se chegou a passar um ano. Brites ali é que vai saber mais, certo? Porque ela é que acompanhava. Eu só ficava feito um louco tentando patrocínio, publicidade, mas não conseguia o suficiente.

HN: Como é que foi formada a equipe do telejornal? Teve um processo de seleção? Como é que vocês arquitetaram isso?

AR: Rapaz, isso foi feito... Aí foi Brites quem conduziu. Então ela é a pessoa melhor para se entrevistar. Veja, a gente chamou Paulo André Leitão, e ele e Brites são jornalistas e eram do meio, certo? E aí eles disseram, não, eles compuseram quanto a gente precisava no quadro, precisava de jornalista assim, jornalista assado, com essas características e aí começaram a correr atrás. Aí vinha muita indicação, tinha gente que tinha sido estagiário da TVU, tinha saído e não tinha posição, aí eles indicaram... Mas Paulo Jardel, justiça seja feita, sempre deu liberdade total para a gente definir quem a gente contratava. Nós, Paulo André e Brites, como eram do meio, aí saíam no boca a boca, fazendo divulgação, as pessoas batiam na porta, a gente avaliava se era boa, se não era... Fazia testes, fizemos testes com várias pessoas, principalmente aqueles que eram apresentadores, e aí contratávamos. A maioria das pessoas eu sequer conhecia, e eu acho até que Brites e Paulo André também não conheciam, a maioria dos que foram contratados. Eram contratados do mercado, mesmo, mas como uma empresa privada contrata, não como uma empresa pública. A gente não fazia concurso, mas abria, divulgava, as pessoas apareciam e a gente selecionava.

HN: O senhor lembra quantas pessoas integravam a equipe?

AR: Não. Mas Brites deve lembrar.

HN: Existia uma política editorial do jornal? E se existia, qual era essa política?

AR: A política editorial da gente era liberdade e honestidade nas informações. Então a ideia principal, que foi o que me encantou e fez com que eu apoiasse era ter um jornal que fosse realmente livre, não ficasse só com aquele “puxa-saquismo” que os jornais da gente ficam, de grupos empresariais, ou de poder político... Então era liberdade, falar a verdade e pronto. E uma coisa que o jornal sempre prezou muito e sempre teve.

HN: Existia a prioridade ou o destaque para algum tema específico, para algum tipo de pauta específico?

AR: Não. A gente tinha as pautas políticas, tinha as pautas de cidades... Era mais notícias quentes do dia. É uma coisa aí, eu diria até que... Para mim, o jornal, digamos assim, perdeu um pouco o encanto até porque ele ficou muito um jornal tipo um caderno de cidades do jornal. Eu não sei. No fim, a gente falava: “estourou um cano da Compesa”, “teve engarrafamento”, “caiu uma casa”, “choveu muito”, enfim, ficava com o dia a dia mesmo.

HN: Então era mais voltado para essa questão mesmo do factual?

AR: ...Tinha a parte de polícia, “fulano foi assaltado”, não sei o quê... Não era grande a parte de polícia, não era jamais uma Folha de Pernambuco, mas era muito esse factual mesmo. Era um caderno de cidades, que conta o que aconteceu no dia...

HN: E por que é que ele foi por esse caminho?

AR: Não, porque a ideia era mostrar o que estava acontecendo na cidade, na região metropolitana... A ideia era poder ir para o interior, mas a gente não tinha recurso para ir. Não tinha equipe para ir. Então a gente cobria principalmente a cidade mesmo. Por que que ele... Na avaliação de Paulo Jardim, que dizia e Paulo André e Brites também, achavam que estava faltando um jornal local que fosse feito tipo 10h da noite e conseguisse cobrir os acontecimentos da cidade entre 4h da tarde e 8h da noite. A gente percebeu que essa era uma lacuna que existia na cidade. Porque o jornal da Globo ia para o ar às 7h da noite, os que tinham nas outras emissoras também até essa hora, porque eles estavam cobrindo

efetivamente até 4h da tarde, os acontecimentos. Então a gente teria de 4h às 8h, que era uma hora que estava descoberto, mas a gente ia às 10h para o ar, então a gente concentrava muito no que acontecia nessa hora. Ficava um jornal para o cara chegar em casa, ver e ter o que, saber o que aconteceu na sua cidade num horário em que nenhum outro jornal cobria. Só ia ser coberto na manhã seguinte.

HN: Nas entrevistas que eu fiz, sempre essa questão do horário em que o jornal ia ao ar era decisivo para definir o conteúdo dele. O fato de ser, por exemplo, o último jornal local à noite, e de ele ter a possibilidade e o tempo hábil de cobrir um determinado período de tempo que os outros não tinham . Parece que isso era uma coisa forte no Nosso Jornal nessa época, não é isso?

AR: Porque a ideia dele, a ideia do Nosso Jornal, foi de Paulo Jardel. Ele me vendeu a ideia. Eu comprei a ideia dele. Mas quem teve a ideia foi ele. E aí, a ideia dele era essa. Ele achava que tinha espaço. Mas, ter espaço sem ter anunciante, não adianta...

HN: Já que a gente falou de anunciante: essa questão da audiência, como é que ela era tratada? Vocês tinham a preocupação de trazer temas ou abordagens que ajudassem o jornal a atingir mais pontos de audiência? Essa audiência, vocês tinham alguma forma de medi-la, de mensurá-la?

AR: Não, porque a TVU não tem aquele sistema de acompanhamento do Ibope. Então nós não tínhamos acesso. A gente não sabia. Só que aqui e ali alguém dizia “vocês têm tanto”, porque era uma empresa de comunicação que acompanhava, que tinha os acompanhamentos para veicular publicidade, então o que a gente conseguia de informação era assim, dito de boca por pessoas que tinham acesso às informações. Nós mesmos, não tínhamos. Então, tentamos acertar de forma intuitiva o que é que estaria querendo. Tínhamos uma parte de cultura forte, tínhamos uma parte de economia forte, que aí, claro, a gente tinha acesso a informações da Datamétrica, que era uma empresa de consultoria econômica, que terminava tendo muita coisa de economia. Então a gente tinha uma parte de economia forte, tínhamos uma parte de cultura forte... Aí eu não sei nem porquê, porque acho que talvez Brites gostasse, Paulo André gostasse... A parte política, os acontecimentos, essas entrevistas, não sei o quê, essas coletivas que o pessoal dá, a gente sempre ia também. Passamos a ser um jornal a frequentar esses acontecimentos.

HN: Entendi. Mas tinha então essa preocupação, mesmo que intuitivamente, em trazer temas que garantissem ou que trouxessem uma audiência para o jornal.

AR: É, mas não foi tratado de forma muito séria não. De forma profissional séria, sim, foi um jornal ... O jornal foi feito com seriedade. Mas sem ter se voltado muito para isso. Então não teve uma abordagem mais técnica do problema, não.

HN: Essa pergunta está fora do meu roteiro, mas é uma curiosidade minha: em termos de publicidade, que tipo de anunciantes vocês buscavam? Eram as estatais...?

AR: A gente terminou, grande parte da veiculação da gente era estatal mesmo.

HN: Estatal tipo Petrobras...?

AR: Não, Petrobras a gente nem chegou...

HN: ...Chesf?

AR: Chegamos a veicular Chesf, acho que Petrobras, Banco do Nordeste, Ministério da Saúde, os programas do Ministério da Saúde, na época Humberto Costa era o ministro... Poucas publicidades privadas. O grande fracasso foi esse. A gente não conseguiu entrar no mercado privado.

HN: Por que não?

AR: Eu conhecia muito o pessoal de agência. A turma não quer saber, não. A turma só vai para a Globo e pronto. Mesmo essas outras emissoras tem dificuldade de anunciar. Então tem que ser uma política muito corpo a corpo, entendeu? O cara anuncia, o cara privado que anunciava, ele anunciava porque estava querendo fazer um favor a mim. O jornal não pode se sustentar assim, com um network pessoal, privado, meu, as pessoas anunciarem para fazer favor a mim. Não dá, né? O pouco que teve (se teve, eu já confundo, porque depois a gente teve uma revista, né? Que a gente também descontinuou pela mesma razão). E eu via a turma querendo anunciar porque... Para ser simpático a mim. Tudo bem, eu agradeço a simpatia,

mas não acho que o negócio possa funcionar dessa forma. Agora eu sei que vários jornais funcionam assim, na simpatia, o mal que o cara pode fazer, também, não é isso? Porque os grandes meios de comunicação podem fazer muito mal, eles podem ser muito perversos, então eles têm essa prática. Eles agredem quem não apoiam, quem não ajuda, mas chaleram quem ajuda. A gente quis ficar um pouco independente disso, não ficar agredindo ninguém por agredir, por interesse comercial, muito menos ficar chaleirando demais ninguém porque pode me ajudar, e a receita não foi bem sucedida.

HN: Havia uma concorrência em relação aos outros telejornais? Eu falo no sentido de que se buscava, por exemplo, a reportagem exclusiva, o furo de reportagem?

AR: Ah, isso sempre se busca. Aí é a vaidade dos próprios jornalistas. Para mim, não é tanto relevante isso, não. Mas, pela vaidade dos jornalistas... Eles adoram quando fazem uma reportagem que ninguém mais faz. Então, por exemplo, o pessoal vibrou muito quando a gente conseguiu um contato quando teve aquela... Aquele furacão lá em... Lá nos Estados Unidos. Como é que é o nome?

HN: O Katrina.

AR: Como era o nome daquela região? Era...

HN: Nova Orleans?

AR: Nova Orleans. Pronto, aí quando teve aquilo, a gente [incompreensível] porque a gente... Eu tinha uma aluna que estava estudando em Nova Orleans. A gente botou ela no ar, por telefone, e foi um furo, ninguém conseguiu nenhum pernambucano que estava lá. A gente conseguiu notar que no meio dos jornalistas, para eles era uma vibração muito grande.

HN: Isso era uma coisa então mais do próprio meio jornalístico...

AR: ...Porque, por mim, não acho que isso é tão relevante, não. Mas eu notava que eles vibravam com essas coisas, quando a gente dava um furo.

HN: Havia uma preocupação editorial do jornal em buscar um diferencial no noticiário

em relação às outras emissoras? De ser um noticiário com um perfil diferente, com uma visão diferente dos acontecimentos?

AR: Tinha, né? Aí tinha também porque... Uma coisa que a gente tinha era jornalistas de muita categoria, o que a maioria dos outros jornalismo aqui da gente não têm. Porque jornalismo hoje é uma profissão meio... Eu acho que é pior do que prostituição. Isso é um negócio danado. Quem sobrevive e se dá bem geralmente é muito safado. Eu noto isso, entendeu? Então o da gente não era. Era uma coisa feita com elegância, com seriedade. Então, no fim, terminava se querendo fazer coisas de mais qualidade. Porque realmente a qualidade era a nossa preocupação. Agora, obviamente, com limitação de recursos tremenda.

HN: Por que é que a qualidade era... Eu insisto nisso porque isso é muito importante para mim. Por que é que havia essa preocupação específica com a qualidade?

AR: Porque uma das coisas que estimulou a ideia de fazer o jornal era exatamente essa. Porque a gente achava que a imprensa da gente era muito ruim. Quer dizer, que era muito ruim, não, que era, no fim... As motivações secundárias dela terminavam dando um jornalismo de má qualidade, e que a gente poderia melhorar. É como uma base... Um dos fundamentos ideológicos, digamos assim, da formação do jornal, era esse. Ver se a gente conseguia fazer um negócio melhor. Mas nem sempre fazia melhor, não. Porque, no fim, tudo bem, a gente queria fazer o melhor, mas também, com bem menos recursos que o outro, termina é fazendo pior.

HN: O fato de estar dentro de uma TV pública e de uma instituição pública, isso influenciava de alguma forma a pauta e a concepção do jornal?

AR: Isso impunha uma restrição. Então, claro que a gente não... A gente tem como uma... Porque não é uma instituição pública qualquer. Você sabe que eu sou professor da universidade. Então, prezando pela minha instituição, é a Universidade Federal de Pernambuco. Então, por causa disso, isso dava uma certa, digamos assim... Definia algum, os limites de atuação, claro. Então, por exemplo, jamais estaríamos com uma propaganda positiva pró droga, pró prostituição, até mesmo pró cigarro. Ou seja, não teríamos jamais uma postura... A gente tinha uma postura ética, que eu acho que era uma postura ética que está adequada a uma universidade do porte da Universidade Federal de Pernambuco. Então claro

que isso definia muito o que a gente podia tratar, como tratar, que prioridade dava, entendeu?

HN: Entendi. Ainda em relação a essa questão da TV pública, uma das características da ideia, do conceito de TV pública, é a questão da participação da sociedade através de conselhos, através de organismos como ouvidorias e tudo mais, que participam da programação com críticas, com sugestões, com representação da sociedade civil...

AR: Rapaz, se isso é a ideia de um órgão público, é melhor fechar. Sinceramente. Porque isso não funciona. Quando bota muita coisa só... E você for ver, todas as vezes que a TV Universitária teve muito conselho, e muita coisa, muita gente querendo patrulhar a TV, ela simplesmente não produziu. Então isso existe como ideal perverso e distorcido de democracia. Isso não é democracia, não.

HN: Por que não?

AR: Isso é assembleísmo, é diferente. Então, a gente, quando é jovem, tende a confundir democracia com assembleísmo. Não é isso. Democracia não é participação de todo mundo. É transparência e a decisão de quem assume e quem conduz ser democrática. É diferente. Então, na hora em que um reitor é eleito e ele... Na verdade, não precisava nem ser eleito. Podia ser o presidente. Na hora em que a presidente é eleita, que escolhe um ministro, que escolhe um reitor, e que esse processo é feito com transparência, não é por maracutaia, não é por clientelismo, o reitor pode indicar um cara da universidade e ele gerir de forma eficiente a TV Universitária. Não precisa ter eleição não, porque eleição já tem da presidente. Você já tem quem manda, quem define. Porque, no caso da Universidade Federal de Pernambuco, é [incompreensível] mas a verdade é essa. Se gente elege uma presidente, a gente está dizendo que ela tem condições de conduzir o país. Então ela pode fazer todo o seu estafe até chegar... Não é ela quem vai apontar o presidente da TV Universitária, mas ela apontar reitor, ou escolher reitor, que nem é certo. Reitor é esse democratismo da gente, esse assembleísmo. A gente faz porque a gente vota pra reitor. Às vezes termina sendo uma desgraça o processo, porque as prioridades não são necessariamente as prioridades da sociedade. Se você tem uma Universidade Federal de Pernambuco em que ninguém trabalha, em que ninguém faça nada, talvez a gente esteja agradando à maioria que é contratado por lá, não é isso? Não quer dizer que a gente esteja fazendo o melhor para a sociedade. Então a gente não pode deixar que o processo de decisão seja tão assembleísta. Como, aliás, é a própria eleição para reitor. Eu acho

que tem uma série de distorções que... Eu acho bom eleição para reitor, mas ela apresenta uma série de distorções no seu processo. E, na TVU, mais ainda. Se você cria um conselho, e aí você está [incompreensível] patrocinando o corporativismo que há de mais perverso na pseudodemocracia, como eu vejo que acontece muito. Você chega lá e os caras: “não, porque eu sou do conselho de não sei o quê”, cheio de autoridade, entendeu? Cheio de distorção. Às vezes, pessoas altamente autoritárias, porque quando você começa a fazer esse tipo de coisa, você facilmente gera o aparelhamento. Aí aparelhamento é feito por partidos que, na verdade, muitas vezes não são partidos, são gangues. Ou seja: eu te promovo porque tu és meu amigo, tu promove outro porque é amigo e daqui a pouco você está criando uma verdadeira máfia dentro do poder público, certo? Isso existe e existe de verdade no setor público. Então, esse assembleísmo, ele gera um comportamento de máfia. Máfia. Só não vai ter um revólver, a diferença só é essa. Mas, na verdade, é aquele negócio: eu te apoio e tu me apoias. E daqui a pouco está aquele grupelho que estão defendendo os seus próprios interesses e não mais os interesses da sociedade. Então, democracia não é isso, não. Democracia é outra coisa. Não confunda.

HN: Então, essa não era uma discussão que estava presente lá naquele momento, ali no Nosso Jornal.

AR: Eu acho que... Não, se tivesse... Veja, se alguém viesse... Conselho de não sei o quê, querendo... Porque quando bota um conselho desse, aí o cara quer definir qual é a notícia, quer que saia o amigo dele, quer botar o amigo dele como jornalista, não é porque é competente. Esses assembleísmos terminam gerando é isso. É o clientelismo da forma mais vulgar. A distorção, o controle de informação. Olhe, não dá certo, não. Esse tipo de coisa... Eu digo a você, eu sou um cara de esquerda. Posso lhe garantir. Aprendi muito com a esquerda, me ensinou muito como é que funciona esse sistema. Eu digo que se tem uma conclusão que eu tenho hoje clara é de que isso não funciona. Isso só gera distorção. É clientelismo, corporativismo... Mais que corporativismo, é máfia, mesmo, geração de máfia. Lá, a gente, em momento nenhum, foi sujeito a isso. Porque, se fosse, tinha detonado o processo, porque eu não sou muito de aceitar essas coisas, não. “Não, não sei o que, vai porque é meu primo, é o primo do cara que é do conselho, e não sei o quê”, vá se lascar, entendeu? Então, na época, era muito fraco esse tipo de controle da TVU. Ainda bem. Ela era mais democrática assim.

HN: Havia algum tipo de relação entre o Nosso Jornal e o jornalismo da rede? A equipe

do Nosso Jornal produzia também para a rede, que, na época, eu acho que era a TVE.

AR: A gente produzia muito para a TV Educativa, produzia muito. Eles pegavam muito material da gente.

HN: Como é que era? Havia uma discussão de pauta? O mesmo material que ia no ar...

AR: Não, eles pediam à gente: “você fizeram alguma coisa aí, cobriram não sei o quê?” Quando acontecia uma coisa em Pernambuco... Era a TV Cultura já, eu acho. Quando eles queriam cobrir alguma coisa... Porque o jornal da TV Cultura era nacional, supostamente. Então, quando eles queriam cobrir aqui, fazia das duas formas: ou eles pediam e a gente dizia: “rapaz, a gente está pensando em fazer um assunto, uma matéria sobre isso, isso e isso, vocês não querem fazer, não?”. Aí a gente fazia. Fazia ela maior...

HN: Comprometia a estrutura, já que era...

AR: Não, isso é feito de forma amigável. Porque, veja, a gente sempre quando fazia, incorporava na da gente também. A gente veiculava no jornal da gente, com a organização que a gente dava, e as matérias iam para lá e eles podiam reorganizar as imagens e tudo do jeito que queriam.

HN: Por que é que o telejornal acabou?

AR: Dinheiro. Quer dizer, acabou, não. Saiu do meu controle, da minha alçada, da minha responsabilidade. Agora, depois, eu acho que acabou pela mesma razão. Porque, quando a gente saiu, caiu muito de... Disponibilidade de recursos diminuiu muito, a equipe diminuiu demais, aí ficou se arrastando.

HN: Como é que o senhor avalia a experiência do Nosso Jornal enquanto ele esteve junto à Datamétrica?

AR: Foi uma boa experiência. Agora, muito cara. Foi uma experiência caríssima, que me custou uma quantidade de dinheiro não desprezível, mas, como experiência pessoal, eu acho que foi rica. Aprendi muito.

C. ENTREVISTADO: LUIZ LOURENÇO

FUNÇÃO: DIRETOR DE PROGRAMAÇÃO DA TV UNIVERSITÁRIA DE 1998 A 2011

DATA: 28/11/2011

LOCAL: TV UNIVERSITÁRIA, RECIFE-PE.

HN: Qual era a função que você exercia quando o Nosso Jornal surgiu, desde o começo, e qual foi o seu envolvimento com ele e por que é que era importante para a TV ter um telejornal? Quando ele surgiu, você já era diretor de programação?

LL: Já. Eu na verdade fiquei em torno de 13 anos como diretor de programação. E aí, quando ele surgiu, na verdade há muitos anos que a gente não tinha um jornal local, né? Se a gente for resgatar a última vez que teve, eu creio que perto de 15 anos para cima que nós tivemos o último jornal local aqui na emissora.

HN: 15 anos antes do Nosso Jornal?

LL: Eu digo, hoje. Hoje estaria fazendo 15 anos mais ou menos, ou mais, eu creio, que a gente tinha deixado de fazer um jornal local, principalmente pela falta de estrutura. A dificuldade de você ter um esquema para ter um jornal diário... É uma demanda relativamente grande para uma emissora como a nossa, que não tem orçamento, enfim, uma série de coisas de infraestrutura que tinha problemas. Na verdade, o Nosso Jornal nasceu de uma parceria (se é que se pode dizer isso, né? Eu coloco até umas aspas nisso aí) da empresa Datamétrica, do professor Alexandre Rands, que é professor de economia da universidade, e com o desejo mais ou menos dentro da perspectiva pessoal de empresário dele, na verdade. O Nosso Jornal veio dessa proposta da Datamétrica e se implantou em função de uma aspiração que a empresa tinha de conquistar lá um edital. Ninguém sabia disso, também.

HN: De conquistar...?

LL: É. Na verdade, a gente soube que ele, para concorrer ao edital do call center do INSS, à época, precisava ter, a empresa dele precisava ter uma experiência de pelo menos dois anos na área de comunicação. Esse é um dado que surgiu depois que ele saiu daqui.

HN: E aí a experiência de comunicação deles era o telejornal?

LL: Era o telejornal. A gente só foi entender isso depois. Tanto que, cumpridos os dois anos...Eu não sei exatamente se ficou dois anos no ar com a gestão da Datamétrica.

HN: Começou em que ano?

LL: Eu não consigo lembrar. Provavelmente ficou entre dois a três anos, antes de Guida assumir...

HN: Então deve ser 2005, 2004...

LL: Deve ser. Porque, com o tempo de jornal com Guida, que foi mais ou menos dois anos... Foi isso que ela falou?

HN: Guida falou que foi de 2007 a 2009.

LL: Então. Então eu acho que, no todo, [foram] em torno de uns quatro, cinco anos. E exatamente quando a Datamétrica resolveu tirar o time de campo, foi quando o então diretor geral Paulo Jardel me chamou para conversar e propôs que a gente, a emissora, assumisse o telejornal. Então a gente, na verdade... Como eu tava te falando, houve um hiato enorme entre o último jornal e esse Nosso Jornal, e, no momento que ele foi criado e que passou a ter uma adesão, na verdade uma adesão do público, na medida em que ele, se não me engano, pelo horário dele, era o último jornal local, ele passava depois de todos os outros jornais locais...

HN: À noite, né?

LL: É. E aí a gente achou que, e é sempre, né? O telejornal local é um grande elo com a comunidade. Isso, a gente não pode negar, independente até da linha editorial que ele tem. Então, a gente, reconhecendo isso, achou que, sabia das dificuldades, aí gente achou que podia continuar tocando o jornal. Foi a partir daí que, quando a Guida assumiu, e a TV assumiu a infraestrutura que precisava para fazer o jornal... Então, na verdade, Paulo buscou em mim um apoio que precisava, que a emissora assumisse naquele momento o jornal, e a gente resolveu apoiar.

HN: Na época da Datamétrica, como era a manutenção financeira do jornal? Eram eles mesmos que bancavam os equipamentos, os salários...?

LL: Isso.

HN: Qual era a contrapartida da televisão?

LL: Olhe, eu acho que a contrapartida da televisão... Eles, primeiro, bancavam toda a estrutura de pessoal, repórter, apresentador, o editor chefe, que era o apresentador também...

HN: Esse pessoal era pago pela Datamétrica?

LL: Era pago pela Datamétrica. O pessoal que fazia externa, a equipe de externa, transporte, equipamento, edição, eles locaram uma ilha de edição, pagavam editor... Enfim, todo o pessoal e toda a estrutura. A TV basicamente entrava com a realização ao vivo do jornal, com a equipe, com o equipamento, enfim. Era basicamente isso que a TV tinha dentro dessa parceria.

HN: E quando a Datamétrica se retira, como é que essa estrutura é mantida? É por recursos da própria TV?

LL: Inicialmente, sim. Ele ainda tentou manter a mesma equipe, mas só que pela falta de orçamento, de estrutura, não foi possível manter a mesma equipe, então praticamente demitiu o pessoal que antes era pago pela Datamétrica e passou a ser pago pela TV, e a TV resolveu assumir com as pessoas que tinha no quadro, sejam funcionários ou prestadores de serviço, como era o caso de Guida, de Ismael, enfim, tinha câmeras, editor, enfim. Então a TV resolveu assumir pagando esse ônus. Incluiu alguns funcionários que, como no caso de Guida, já tinham contrato de prestação de serviço, só fez mudar de função, digamos assim, e incluiu mais, digamos, o pessoal da própria TV na produção do jornal.

HN: E a seleção desse pessoal? Imagino que era uma seleção como se faz no setor privado, e o tipo de contrato deles também, é um contrato de trabalho normal, não passava pelas regras de contratação do setor público, como um concurso...

LL: Não. As contratações sempre foram feitas via Fade...

HN: **Que é uma entidade privada...**

LL: Isso. Exatamente. CLT, contrato celetista, enfim.

HN: **Na operação de colocar o jornal no ar, o que é que cabia propriamente à estrutura da TV, quem que era funcionário da TV que trabalhava nesse processo? Porque a reportagem eu sei que era da Datamétrica, a parte de conteúdo. Mas eu imagino que a parte técnica devia ter alguém da TV também.**

LL: Isso na fase que tava sob a coisa da Datamétrica, é isso?

HN: **Nas duas.**

LL: Olhe, basicamente o pessoal de estúdio, né? Diretor de imagem, câmeras... Operador de áudio não era, era terceirizado, na época. Basicamente, todo o pessoal do estúdio que fazia a realização do programa, menos o operador de áudio, eram do quadro.

HN: **Em termos de estrutura tecnológica, de equipamentos, houve alguma diferença entre a parte em que a Datamétrica operou o telejornal para a parte em que ela saiu? Quando a Datamétrica estava, havia uma infraestrutura de equipamentos compatível com a realização de um telejornal?**

LL: Eu acho que mais um pouco, sim, porque eles tinham dinheiro para investir. Na verdade, eles tinha terceirizado equipamento de externa, equipamento de edição...

HN: **Eles terceirizaram...**

LL: Terceirizaram.

HN: **Ou seja, eles contrataram outra empresa para...**

LL: Para fornecer os equipamentos.

HN: Na verdade, é uma “quarteirização”...

LL: Uma “quarteirização”, exatamente. E aí, inclusive, quando a TV passou a assumir esse mesmo, não só o pessoal, a coisa ficou muito difícil, porque era um custo alto bancar esses equipamentos.

HN: Sabe dizer quantas equipes de reportagem tinham?

LL: Uma por período, só.

HN: Desde a época da Datamétrica?

LL: Desde a época da Datamétrica. Era uma por período.

HN: Uma das características principais do conceito de TV pública, pelo menos do conceito consagrado, é essa questão da independência, da autonomia, de não ser nem uma TV do governo, nem ser a TV do mercado, da publicidade. No caso específico do Nosso Jornal, existia essa autonomia em relação ao mercado, em relação à publicidade e em relação ao governo ou, no caso, da própria universidade, que, em tese, é a dona da TV? E que esforço, que medidas havia para tentar se garantir isso?

LL: Olhe, no caso da fase da Datamétrica, digamos que eu não acompanhei muito essa relação de independência, na medida em que ele era terceirizado, digamos assim. Na fase de Guida, sim, eu acompanhei. Havia muitos conflitos...

HN: Que tipos de conflito?

LL: Conflito tipo: a universidade chegava de última hora e “eu tenho que fazer essa pauta”. E aí Paulo Jardel, como diretor, impunha essa pauta, dizendo “tem que fazer”, e isso gerava muito conflito. Eu via Guida incomodada com isso, porque, realmente, a perspectiva que ela colocava era exatamente de ter essa concepção de um jornalismo público que não fosse chapa branca da universidade nem de governos municipais e estaduais, e com essa compreensão é

obvio que a gente sabia que mesmo tendo um papel de ser uma emissora da universidade, o que incomodava principalmente é porque essa pauta era imposta, não era uma pauta que era conversada, não era uma pauta que era proposta inclusive com antecedência, era sempre, geralmente, de um dia para o outro e “tem que fazer”. Isso realmente incomodava a Guida, que queria ter o máximo de independência para poder fazer o jornal.

HN: Então, na época da Datamétrica, essa questão de como eles faziam o jornal não era um assunto da TV, era um assunto deles.

LL: Não era, porque não ficou uma relação nesse sentido da questão do conteúdo. Não existia relação nenhuma. Eles faziam o jornal do jeito que eles queriam e a gente não opinava sobre isso, não tinha nenhuma interferência, não tinha nenhuma preocupação em discutir pautas como na época, por exemplo, com Guida, a gente tinha. A gente não tinha, digamos, uma sistemática de reunião de pauta. Isso, não. Mas eu lembro bem que a gente fez semana da consciência negra, programando matérias e entrevistas. Fez, enfim, uma interação com organismos públicos, com assuntos de interesse público que o jornal naquele momento, naquela semana, dava uma ênfase maior. Tinha, de certo modo, uma interface com as entidades que, de algum modo, aquele assunto atingia. Enfim, havia uma preocupação mesmo de dar uma visão de um jornalismo público.

HN: Existia uma política editorial do jornal nesses dois momentos? Havia temas que eram prioridade ou assuntos que eram prioridade, e que eram prioridades institucionais, que estivessem no projeto da TV? Dá para falar sobre isso?

LL: Dá. Eu posso dizer que não existia plano nenhum. Na verdade, o jornal, quando foi assumido pela TV, ele não foi de uma forma, assim, racional, digamos: “ó, vamos sentar, vamos pensar”. Ele simplesmente passou de uma alçada para a outra.

HN: Ele chegou a sair do ar nessa transição?

LL: Não, chegou não.

HN: Então foi direto?

LL: Foi direto, exatamente. Saiu um pessoal, entrou outro e continuou, digamos assim. Guida foi que foi imprimindo uma outra concepção. A questão da pauta, das matérias...

HN: O público sabia que o jornal era feito pela Datamétrica?

LL: Não, sabia não.

HN: Exibia-se, por exemplo, a marca da empresa...?

LL: Não. Provavelmente, tinha alguma assinatura com lettering, e isso não era muito marcante, não. O que ficava mais marcado era a assinatura da realização da TV.

HN: Quando muda da Datamétrica para a própria TV, muda a vinheta, a música, o cenário, alguma coisa assim?

LL: Imediatamente, não. Aliás, eu acho que acabou não mudando. A gente teve uma proposta de mudança durante o período em que Guida ficou à frente, e a Oficina de Imagem chegou a fazer umas propostas de novas vinhetas para vários programas, inclusive o Nosso Jornal. Mas acabou que Guida tinha algumas sugestões que não gostou muito e essa vinheta nunca chegou a entrar no ar, na verdade. Ele foi até o final com a mesma vinheta.

HN: Eu tinha uma pergunta também sobre a pauta, mas acho que a tua relação não era diretamente com a pauta do jornal. Como é que era definida a pauta, quais temas eram destaque, e por que é que eram destaque.

LL: É, como eu te disse, só em algumas ocasiões, principalmente em ocasiões em que a gente envolvia um relacionamento externo. Digamos, o Ministério Público de Pernambuco tinha uma campanha sobre o racismo institucional. A gente se reuniu na semana da consciência negra para fazer várias abordagens sobre o assunto, e entre eles estaria lá Ministério Público colocando sua posição. Então, nesses momentos, digamos assim, eventuais, é que eu participava realmente de reuniões...

HN: Uma relação mais institucional...

LL: Isso. Por exemplo, a gente levava temas, por exemplo... Teve uma época que nós apoiamos a divulgação de uma carreata de pescadores que estavam discutindo essa questão do defeso, discutindo várias questões relativas à profissão deles, e a gente levou isso para o jornal. A gente fez uma reunião aqui na programação com representantes desse movimento dos pescadores, e a ideia era fazer uma série de reportagem sobre a pesca artesanal em Pernambuco. Foi o último assunto que eu lembro que a gente discutiu assim, com o pessoal da pesca de algumas comunidades ribeirinhas daqui de Recife, e não chegou a se fazer exatamente porque o jornal acabou saindo do ar.

HN: Dava para falar que tinha um diferencial da pauta do Nosso Jornal em relação aos outros telejornais locais produzidos aqui na cidade? E aí eu falo nesses dois momentos. Era diferenciada a pauta?

LL: Olhe, eu achava que era, pelo seguinte...

HN: Mesmo nos tempos da Datamétrica?

LL: Mesmo nos tempos da Datamétrica. Porque como mesmo nos tempos da Datamétrica, que é quem bancava a estrutura, a estrutura era pequena. Porque se fazer um telejornal com uma equipe só por saída, é pequena. Você não vai... Se você quiser competir, em termos do que as outras emissoras cobrem, você não vai conseguir, né? Fazer com uma equipe só, por período, na rua. E, obviamente, vendo isso, e ao mesmo tempo tinha esse componente de que o jornal, o Nosso Jornal, era o último jornal local das emissoras daqui de Recife, então fazia também com que o jornal pudesse incluir pautas que os outros não podiam incluir por questão de tempo. Por exemplo, as pautas do início de noite.

HN: Porque ele tinha mais tempo para....

LL: Para fazer a edição da matéria... O jornal, em média, era de 20h em diante, fora talvez o horário de verão. Não me lembro. Mas... E aí, a essa altura, todos os jornais locais já tinham ido, já tinham fechado suas pautas, então ele tinha sempre esse componente daquela pauta que, veja só, se apresentava no dia seguinte nos outros jornais. Eram apresentadas ainda no mesmo dia...

HN: Mas a impressão que dá é que o diferencial de pauta era mais por uma dificuldade operacional e por uma questão do espaço que ele ocupa na grade do que propriamente por uma política ou...

LL: É. No caso da primeira fase, eu considero isso, mesmo. Eu acho que só na segunda fase, embora não tivesse um projeto discutido amplamente... Mas havia uma compreensão, eu posso dizer implícita, mas que também a gente conversava muito, Guida conversava muito sobre isso... Eu me lembro que eu cheguei a passar para ela um primeiro manual que a TV Cultura, na época que Marco Antônio Coelho era o diretor de jornalismo lá, e eles produziram um... Era um coisa tipo um... Não era nem uma edição de editora, era como que impresso no computador. Então, a partir dali, a gente tinha esse ponto em comum que estava sempre discutindo esse assunto, da pertinência de se ter essa concepção do jornalismo público.

HN: Em relação ao relacionamento com a rede: pelas minhas contas, o Nosso Jornal surge quando a TV Brasil ainda não existia...

LL: É, ainda era a TVE.

HN: A cabeça de rede era a TVE?

LL: Era.

HN: Porque teve um tempo em que foi a Cultura também, né?

LL: Foi, a Cultura foi. A Cultura foi durante quase dez anos a nossa cabeça de rede.

HN: Mas, na época do Nosso Jornal, não.

LL: Na época do Nosso Jornal, não. A gente já tinha migrado. Foi uma migração paulatina da Cultura para a TV Brasil, que na época era a TVE. Foi uma migração lenta que a gente começou a fazê-la à época que tava lá à frente da TVE a Beth Carmona. Com Beth Carmona foi uma mudança significativa que teve na trajetória ali da TVE, na trajetória final dela, porque nós fizemos a mudança, e essa mudança mais ou menos coincide talvez com a minha gestão na Programação, talvez um pouquinho antes. A gente estava com as condições de

operar com a TVE muito precárias. Você sabe que para a gente operar em rede, a gente precisa ter uma informação básica diária que é o real time, né? E isso aí teve uma época que estava difícil. A TVE não conseguia manter isso de uma forma regular. E por questões também de qualidade de programação, a gente deu uma migrada praticamente quase que total para a TV Cultura. Ficamos apenas com o Sem Censura, diário, de segunda a sexta, e o resto da programação era da TV Cultura, fora a programação local. Então, a partir desse momento que a TVE começou a mudar... E também houve uma mudança de contexto com relação à questão do sinal da TV Cultura. Com a fundação e a abertura da TV Estação Sat, canal 14 em UHF, a TV Cultura, sem dizer nada para a gente, foi lá e entregou o sinal para eles. Daí a gente iniciou uma briga muito grande dentro do fórum da Abepec, brigando pela exclusividade do sinal. E aí, nessa briga, a gente, como não estava sendo ouvido, levado em conta, criou uma crise. Inclusive, num encontro que teve da Abepec lá em Sergipe, em Aracaju, a TV Cultura... A gente... Por dois motivos. Primeiro, a gente... Primeiro, tinha essa outra TV exibindo a programação da TV Cultura e, por outro lado, a gente já tinha começado um processo de migração de volta para a TVE, justamente, como eu te falei, com a mudança da gestão lá...

HN: Começa com a reestruturação da TVE?

LL: Com a reestruturação da TVE. E a gente começou a aderir à programação paulatinamente. Aí, justamente, o jornal, quando surge, a gente já estava de volta, assim, praticamente de volta com a programação em real time com a TVE, e o jornal surge nesse momento. Então houve nesses dois anos da gestão da Guida principalmente uma interação muito grande com o jornal da rede e onde, embora não houvesse nenhum contrato nem nada firmado, mas a gente sentia que era interessante fazer isso.

HN: É isso que eu queria te perguntar. Como era, nesses dois momentos, a relação com a rede? O jornal... Na época de Guida, eu sei que havia, mas, na época da Datamétrica, havia produção de conteúdo para a rede, discussão de pauta com a rede, havia algum apoio operacional da rede em relação à operação do Nosso Jornal?

LL: Olhe, apoio da rede, mesmo, não existia. Se existia relação de pedidos e tal, eu também não posso te dizer. Como eu te disse, eu nessa época não tinha uma proximidade como tive na época de Guida. Na época de Guida mesmo ela vinha e colocava pra mim a demanda. Dizia: “olha, Lourenço, o pessoal da rede está pedindo uma matéria assim, sobre... E aí, fazemos?”.

Eu dizia: faça, faça, a gente precisa ter Pernambuco lá no jornal da rede. Então, havia, na época do pessoal da Datamétrica, eu tenho a impressão que não existia essa vontade. Porque na medida em que eles iam produzir uma matéria da rede, eles deixavam de produzir uma matéria própria, para o próprio jornal. Então eu acho que a relação já não era tanto assim como a gente estabeleceu já na época de Guida.

HN: E em relação à audiência, como é que o tema audiência era tratado nesses dois momentos. Havia, da parte da TV Universitária, um controle, um mapeamento da audiência desse telejornal?

LL: Olhe, é muito difícil, Haymone, não só um produto específico, como foi o telejornal, mas qualquer horário nosso, para a gente ter isso, essa informação, a gente só pode ter ela se pagar o Ibope. E a gente nunca pagou. Nunca teve grana pra isso. O que na verdade a gente faz de vez em quando, pelo fato de ter funcionários que trabalham aqui e trabalham em outras emissoras, como a Globo, como a Tribuna, como a Jornal, enfim, que tinham acesso aos mapas, que essas emissoras tinham os contatos lá com o Ibope, e passavam isso. Só que, o negócio é o seguinte. A regra da pesquisa de audiência é que você pode até numa conversa informal citar esse dado, mas você não pode citá-lo oficialmente.

HN: Porque não pagou por ele.

LL: Não pagou por ela. Um simples exemplo que eu vou te dar. Nós tivemos o Doc Nordeste em rede nacional num período lá na TV Cultura. Nesse período que a gente estava mais próximo da TV Cultura, eles aprovaram essa... Que, inclusive, foi Rogério Brandão, que hoje é diretor de programação da TV Brasil, que era o diretor de programação da TV Cultura, e ele implantou o Doc Nordeste a nível nacional. Eles tinham um dado lá que na estreia do Doc Norteste lá na rede, lá em São Paulo... Na verdade, esse dado era específico da cidade de São Paulo. Estreou com cinco pontos de audiência. E, em São Paulo, um ponto lá, na época, era 80 mil pessoas. Então, era um terço de um milhão de pessoas, você tinha lá naqueles cinco pontos. Uma vez a gente fez um projeto, um projeto de captação de recursos para o programa, e queria colocar esse dado. Era um dado forte para tentar se comercializar e, enfim, buscar patrocínio. Só que não podia usar. A própria TV Cultura disse: “olha, a gente paga aqui, a gente pode usar, mas vocês não podem usar, o Ibope não vai permitir.

HN: Dava para ter ideia de quantos pontos de ibope nessas pesquisas emprestadas, quantos pontos o telejornal fazia em média?

LL: Não sei te dizer. Na época, assim, eu não me lembro de nenhum dado específico, de alguém que tenha trazido. A gente sabia o seguinte: que sempre a gente, por intuição, praticamente, sabia que aquela faixa nobre, porque o nosso horário local é fixo desde muito tempo, e principalmente ficou referendado quando a gente discutiu isso no comitê de rede da EBC, para discutir quais horários seriam de programação local, quais seriam nacional, e a gente sempre teve aquele horário, 19h às 21h, no horário normal, e 18h às 20h no horário de verão, como horário forte de opção local. Tanto que, em alguns momentos, o Nosso Jornal competia com um pedaço do Jornal Nacional, na época em que por exemplo ele era de 20h, 20h05, mais ou menos. Então ele competia com um pedaço do Jornal Nacional. Mas a gente sempre intuiu que a coisa do apelo local do produto local é muito forte. É muito forte.

HN: Pela proximidade.

LL: Proximidade, isso. Independente da qualidade do programa. Não estou dizendo que o jornal era ruim, que o Opinião era ruim, não, nada disso. Mas você sabe que o apelo local é muito forte. Tanto que você vê como uma emissora feito a Globo teve que adaptar seu horário do... Ele prefere passar o Bom Dia Brasil gravado do que botar o Bom Dia Pernambuco de 5h30 da manhã. Eles tiveram que fazer essa adaptação porque, se não, não ia ter público. Então o apelo da notícia local e, principalmente, telejornal, que é o caso, é muito forte. Então a gente intuía que ali a gente estava oferecendo uma possibilidade. Não sabia dos números, tal, mas a gente sabia que ocupava um... Porque, se você for ver, e provavelmente ainda é hoje assim... Hoje eu estou vendo menos TV local, não me sinto mais com tanta obrigação quanto como na época como diretor. Precisava ficar vendo o que é que as outras estavam passando, mas era muito fácil você ver que, no horário do Jornal Nacional, nenhuma emissora local quer competir. Então a Band, que é a coisa aqui, vendia esse horário, até hoje acho que é, aos evangélicos, nesse horário, e as outras todas iam com uma opção qualquer.

HN: Chaves....

LL: Isso. Uma opção lá, está cumprindo horário. Então a gente vê que a gente estava, na verdade... era a única emissora oferecendo, no horário nobre, uma opção local. Então isso, de

algum modo, fazia uma diferença, já que as outras não tinham interesse de competir com o Jornal Nacional.

HN: Ainda em relação à audiência, havia uma discussão em relação a como atrair mais audiência, que temas teriam mais audiência, isso estava na agenda do telejornal?

LL: Não. Na verdade, eu acho que a gente nunca teve assim uma preocupação... Óbvio que quando se faz uma programação, você quer que as pessoas vejam o máximo possível, mas eu acho que desde antes mesmo, a gente nunca teve uma preocupação realmente de dizer: “não, a gente precisa conquistar audiência a todo custo...”

HN: Ser o líder...

LL: Isso. Botar isso como meta. Eu acho que sempre foi uma coisa que a gente achou que tinha retorno na medida em que a gente... Que a proposta fosse séria, digamos assim. Obviamente que havia muita contradição na nossa programação, principalmente no período onde a gente chegou a ter mais de 30% de programação local, isso incluindo as reprises e tal. A gente chegou a um momento que chegou a quase 35% de local, e isso é um índice muito alto para uma emissora local. Provavelmente nenhuma dessas outras aí, comerciais, teve ou tem um índice assim. Então, não havia essa preocupação realmente com a audiência.

HN: Nem da parte da Datamétrica? Não era necessariamente importante para eles ser líder de audiência?

LL: Não. Eu acho que havia só uma preocupação de manter, durante um período xis, para ter essa habilitação aí...

HN: Esse currículo.

LL: [Risos]

HN: Outra característica importante da TV pública e da comunicação pública de um modo geral é a presença de conselhos. Não necessariamente de conselhos, mas de organismos, dentro da organização, que ouçam as demandas do público, que discuta a

programação, que tenha alguma participação da sociedade. Havia algo parecido com isso na época do Nosso Jornal? Um conselho, uma ouvidoria, algum instrumento desse tipo, de contato com a sociedade civil?

LL: Não. Na verdade, houve, no início de gestão de Amaro, a primeira gestão dele, uma ideia... Aliás, eu mintei. Antes de Amaro, na gestão ainda de Mozart e o professor Geraldo Pereira como vice, na gestão de Mozart ele de algum modo ficou assim, mais inclinado a vir aqui, discutir as questões e tal, então houve uma gestão aí, que foi a gestão de Lucilo Varejão, aliás, antes de Lucilo Varejão, foi a gestão de Sílvio Barreto Campelo...

HN: Mas, aí, como diretor do Núcleo?

LL: Como diretor do Núcleo, isso. Na gestão de Sílvio Barreto Campelo, houve um ensaio de criar uma, que já era, na verdade, já sabia que ele ia sair e tal, era a criação de um conselho que, enfim, discutisse essas coisas. Mas a criação desse conselho foi uma criação muito confusa, na verdade, porque foi da cabeça do professor Geraldo Pereira que saiu os nomes das pessoas que iam participar desse conselho. Então, de algum modo, ele escolheu pessoas notáveis...

HN: Alinhados.

LL: É. E que, no meu entender, na verdade não tinham muito o que contribuir. E, na verdade, dentro desse conselho que ele construiu, havia no mínimo duas pessoas interessadas em ser diretor daqui, que era o caso de Fernando da Câmara Cascudo, que foi diretor de jornalismo da Rede Manchete, que hoje é Rede TV, e o que acabou sendo diretor, professor Lucilo Varejão, professor lá do departamento de Letras. Então, ao assumir o cargo, o conselho sumiu.

HN: Mas ele chegou a discutir?

LL: Não. Na verdade, fizeram umas reuniões que eu considero informais e que não deu em nada. Na verdade, existia essa aspiração desses membros de serem diretor daqui e só. E, no momento que Lucilo assumiu, acabou discussão de conselho. E aí, mais adiante, como eu tinha falado antes, na primeira gestão de Amaro Lins, ele, primeiro, concordou com a continuidade de Paulo aqui, que havia muita pressão lá, principalmente dentro da

universidade, de tirar Paulo...

HN: Paulo Jardel vinha da gestão de Mozart....

LL: Vinha da gestão de Mozart.

HN: E permaneceu.

LL: Isso. Aí ele concordou com a continuidade de Paulo mas com a proposta de criar um conselho, e chegou a criar também informalmente na medida em que só tiveram, eu acho que não passou de três ou quatro reuniões, então, na verdade, era um conselho de notáveis da universidade. A única diferença do outro é que era de professores, aí convidou, sei lá, Silke Weber, Cristina Teixeira, o então pró-reitor de pesquisa, aliás, de extensão, que é o atual reitor, Anísio Brasileiro... Era quem ia ficar como presidente desse conselho. Então, como eu te disse, teve três, talvez quatro reuniões, e morreu. Aí, na verdade, esse assunto do conselho, eu passei a insistir nele a partir do momento que a gente passou a trabalhar com a perspectiva da EBC. Ainda não tinha sido criada a EBC, mas a gente sabia que o caminho ia ser esse. Na verdade, foi após o 1º Fórum Brasileiro de TVs Públicas, que eu participei lá em Brasília, que, para não deixar no vazio, eu resolvi fazer um documento. Porque eu chegava para Paulo, por exemplo, nos anos da gestão dele, ele nunca quis participar dos encontros da Abepec nem reuniões que discutissem isso, não se interessava. Mas eu me sentia na obrigação de, sempre que chegar, chegar lá e passar as informações, documentos, se fosse o caso. Mas ele dizia: “ó, fique com você” e tal. E depois do primeiro fórum, eu lembro que fiz um documento, distribuí ele com as chefias, fiz para ele, para Paulo, mas com cópias para todos os outros setores, colocando essa necessidade da criação de um conselho, que isso apontava para isso e tal. E eu me lembro que ele dizia claramente que, se a universidade criasse um conselho, ele entregava o cargo, porque não queria ficar subordinado e tal. Então ele...

HN: Ele não era funcionário da universidade?

LL: Não era, exatamente. Então ele não era a favor da criação de um conselho porque ele achava que ele perdia o poder de decisão que ele tinha até então.

HN: Enquanto o jornal funcionou, não existia esse conselho e não havia essa

participação por parte da sociedade, de ouvir o público.

LL: Não.

HN: Eu queria entender um pouco de como o jornal acaba. Por quais motivos ele acaba?

LL: O jornal, como ele tinha um... Mesmo a TV assumindo ele, com uma boa parte do pessoal da própria coisa, mas, principalmente a parte mais executiva fora do jornal, digamos assim, que não era a parte que era realizada dentro do estúdio, ela carecia de prestadores de serviço. Da câmera, motorista, auxiliares, editor, enfim. Repórter, produtor, enfim. E isso, quando no último ano da gestão de Paulo, na verdade ele já tinha entregue o cargo em setembro, se não me engano, e ficou sem diretor durante alguns meses e tal... Durante alguns meses, não, foi um período curto, na verdade. Mas já havia uma decisão naquele ano da universidade de não mais contratar prestadores de serviço via Fade. O esquema da Fade estava se fechando mesmo. Então, nesse ano que o jornal saiu, na verdade saíram todos os prestadores de serviço que estavam aqui dentro da casa. De todos os setores: técnico, comercial, enfim. O que tinha de prestador de serviço logo após a parada do jornal, que foi... Foi em setembro de 2009, né? Então dois ou três meses depois, até dezembro desse ano, o resto que tinha, foram todos para casa. Demitiram todos. Então, o principal fator foi esse, principalmente o pessoal que fazia de fato o jornal no dia a dia. Então a TV não tinha como manter, como também ficou com dificuldade para manter o Opinião, na medida em que Cristiano, que era o principal diretor, o principal apresentador, não podia também continuar. Então, atingiu vários setores, na verdade, não só o jornal. O jornal, com mais peso, porque na verdade é o que precisava de mais infraestrutura em termos de transporte, pessoal, equipamentos.

HN: Analisando isso tudo que a gente conversou, quais, na tua opinião, eram as principais dificuldades do nosso jornal? Se a gente puder destacar uma ou duas, quais seriam?

LL: Olha, a principal eu acho que era principalmente não ter recursos para contratação. O jornal, na fase de Guida, por exemplo... A gente enfrentou uma dificuldade muito grande. O que é que ela tinha, fora ela e Ismael como profissional? Estagiário. Estagiário voluntário, que não tinham bolsa. E quando você não tem bolsa, você não pode escolher, não é verdade? Só

vai quem está a fim de fazer de graça. Você não vai poder fazer uma seleção e escolher os melhores, porque não está oferecendo nada. Então, o que houve, a grande dificuldade, eu acho, foi essa de pessoal. E a outra, da falta de estrutura mesmo da TV em termos de tudo, seja equipamento de externa, seja edição... Então, tinha muita dificuldade nesse sentido. Essas duas coisas, infraestrutura e pessoal, foram as grandes dificuldades.

HN: Se, por acaso, houvesse a intenção de voltar com o jornal, de colocar um telejornal local no ar, de novo, que mudanças seriam, na tua opinião, necessárias dentro da televisão, para que isso fosse possível com o mínimo de qualidade e de possibilidade?

LL: Eu acho que tem que ter... A gestão tem que ter o pensamento voltado para isso. Porque eu só acredito que, assim, uma coisa que eu vinha brigando desde a época de Alexandre, no pós-Paulo Jardel, digamos assim, é que a gente, enquanto as pessoas que estavam nos cargos chave, constituíssem um corpo de gestão. Um corpo de gestão, para mim, é que você e todo mundo entendam a necessidade de fazer qualquer ação. Então, por exemplo, o jornal, a necessidade do jornal era mal entendida. Sempre foi, desde a época de Paulo Jardel. Porque foi implantado da forma como a gente relatou. Então, acho que precisava ter essa compreensão, óbvio, do dirigente maior aos cargos principais de chefia, ter uma compreensão da necessidade desse jornalismo público e ter essa noção de que precisa ter uma autonomia para conquistar essa credibilidade enquanto jornal com essa abordagem nesse sentido. Então, eu acho que precisa vencer isso. Eu acho que, partindo da própria universidade, de querer fazer isso... Digamos que aquela proposta de jornalismo que eu insisti que a gente assinasse com a EBC, era em função exatamente da gente começar a criar a ideia de que a gente precisa ter esse jornalismo local. Seja por questões locais, mesmo, de ser um grande elo com a comunidade, e essa coisa de colocar Pernambuco dentro do jornal da rede a qual a gente faz parte, e ao mesmo tempo eu acho que seria uma boa política para nós, interagir com esse jornal da rede. Interagir com a própria EBC, onde existe uma expectativa que nós precisamos cumprir. Existe uma expectativa deles com relação a nós. E, dentro dessa expectativa, está o jornalismo. Então eu acho que precisa isso, ter a compreensão dentro da universidade de que é preciso fazer um investimento. A gente não pode continuar ao sabor de projetos de captação. Tem que ter uma dotação.

HN: Nem de emendas parlamentares.

LL: E nem de emendas parlamentares. Eu acho que pode-se também optar por isso, mas não essencialmente a gente ter um orçamento da universidade como tem em Natal, como deverá ter ou já tem em João Pessoa. Então esse, para mim, é o grande nó da questão dentro da universidade. É essa compreensão do papel da TV pública, que eu acho que não chegou lá na reitoria, e, se não chegar, a gente está com nosso percurso, daqui para adiante, comprometido de algum modo.

D. ENTREVISTADA: GUIDA GOMES

FUNÇÃO: EDITORA-CHEFE DO NOSSO JORNAL DE 2007 A 2009

DATA: 25/11/2011

LOCAL: TV PERNAMBUCO, RECIFE-PE.

HN: Como você chegou ao Nosso Jornal? Como é que surgiu o convite?

GG: Então. Na verdade, eu já estava na TV Universitária desde 2006. Em 2006. E, aí, eu fui para lá para substituir uma repórter que tinha saído e ficar responsável pela produção e reportagem do programa Conexão UFPE. Eu não tinha muita experiência em TV. Assim, quase nenhuma, mesmo, e o fato de ser a TV Universitária, a possibilidade de fazer TV me pareceu interessante porque o meu histórico sempre teve uma relação com movimentos e com uma tendência sempre mais fora de padrões de empresas e tal. E aí acabei buscando lá como um espaço também de trabalho. E coincidentemente uma repórter tinha saído e acabou surgindo uma oportunidade. E aí fui construindo lá essa história com as pessoas que já estavam lá, de entender um pouco como era que funcionavam as coisas, e fui ficando. E aí... Bom, a TV sempre vivendo muitas dificuldades e...

HN: Então, quando você entrou em 2006, ainda era para o Conexão UFPE, que era um programa da universidade mesmo.

GG: Era um programa da TV, feito pela TV, mas que tinha uma missão de dar pequenos informes do campus. Eventos, uma agenda mesmo dos eventos e dos principais destaques do campus.

HN: E como é que era a contratação? Tinha uma seleção?

GG: Então, nesse período lá, não tinha. Não tinha nada. Na verdade, era... Eu dei sorte ou sei lá o que de quando... Porque eu estava voltando de São Paulo. Cheguei para Recife e, aí, tinha acabado de fechar meu curso, tinha feito meu projeto para terminar o curso em 2005, não sei o quê, e aí, em 2006, eu comecei a fazer uma busca por espaços de trabalho, coisa e tal. E aí eu fiz uma visita lá e coincidentemente tinha esse espaço da repórter que tinha acabado de sair. Aí levei meu currículo e tal, e foi até uma coisa curiosa, porque o meu orientador era o professor Luiz Momesso, que era um cara super engajado com movimentos e não sei o quê. E

quando eu apresentei lá as minhas experiências, aí o diretor Paulo Jardel disse: “esse cara me odeia”. Pois ele é o meu mentor. Isso foi muito engraçado e tal e, enfim, eu falei: “pronto, né?”. E, desde então, os nossos lados ficaram bem claros, mas eu acho que ele acabou indo com a minha cara e resolveu dizer: olha, tem esse espaço aqui e se você tiver interesse em ficar fazendo e tal, a gente... Aí ele me explicou que lá as pessoas trabalhavam com um contrato com a Fade, que era a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE, e que tinha outras pessoas lá que trabalhavam da mesma forma para poder dar andamento aos trabalhos.

HN: Mas era uma contratação como no setor privado, em que você tem carteira assinada, FGTS...?

GG: É, exatamente. Aí, na Fade, eu tive que fazer todos os trâmites de uma empresa. Fui para lá, eu acho que eu levei um currículo, levei meus documentos, levei uma série de coisas, fiz exame admissional... Eu só acho que... Eu não sei como é que funcionou minha contratação, eu não lembro na época se eu entrei como jornalista ou se como algum cargo outro. Eu não lembro. Mas eu lembro que a gente passou por esse movimento. Assim como eu, outras pessoas que trabalhavam lá na mesma época também tinham o mesmo tipo de contrato e vínculo com a TV, com a universidade. E aí, bom, e aí, nesse trabalho, eu fui aprendendo muitas coisas, entrando na rotina da TV e também questionando um pouco do próprio significado do Conexão UFPE, porque eu achava que era muito ruim apenas a gente ficar na cobertura daquelas agendas e tal. E a gente tentava fazer umas coisas assim, meio que prestação de serviços, informes... Não era bem prestação de serviços, não, mas tipo, dar um sentido àquilo ali, né? Como é que a universidade tem a sua função social? E como é que ela se comunica com a comunidade? E era bem difícil, às vezes, isso, porque tinha uma pressão muito grande de outras coisas. E também chegava lá muitos pedidos de fora, da própria comunidade. “Olha, a gente tem um evento”, “tem uma festa”, não sei o quê...

HN: A comunidade ia até a TV...

GG: É. E, assim, o Conexão UFPE não tinha muito esse caráter, mas a gente sentia que era importante também dar um retorno. E na época eu fiz uma sugestão de a gente criar o Conexão Comunidade. A gente ainda criou esse espaço com uma vinhetinha para destinar as coisas que não eram exatamente ligadas à universidade. E aí a gente tentou encaminhar isso e tal, mas sempre com muitas dificuldades para fazer as saídas, né? O equipamento era

compartilhado, o carro também e aí nem sempre a gente conseguia cumprir as pautas que surgiam, atender às pautas que surgiam. A gente só conseguia dar conta, às vezes, de muito pouco, das coisas que pareciam ser realmente as mais relevantes, sabe? E aí foi isso. Eu não sei se já respondeu tua...

HN: E aí como é que você chega no Nosso Jornal?

GG: Bom, aí, a partir disso, eu lá na TV, as coisas acontecendo, a gente foi criando uma relação com a própria TV, com o funcionamento das coisas, porque acabava... Eu acho que tenho uma natureza muito metida, assim, de acabar me envolvendo com as coisas de outros setores. E aí que a gente vivia coisas muito distintas. Assim, de a gente fazer eventos de São João, de Carnaval, e ter uma grana para isso, e a gente não ficar com nada para a TV. Assim, a gente faz um evento e pagava as pessoas e não ficava nada.

HN: Contratava uma empresa para fazer a transmissão...

GG: É, exatamente. Pagava hora extra para quem estava trabalhando, chamava mais gente para reforçar a equipe...

HN: E, quando terminava o evento, não tinha mais nada.

GG: Não tinha mais nada, acabava. Não tinha câmera, não tinha nada e isso, assim, eu falava e tal, e aí se criou um certo, assim, “vamos pensar nisso”, mas não mudou muita coisa de fato. Mas as coisas estavam muito ruins e, enfim... E aí, nesse período, das coisas ficando mais difíceis... Acho que, assim, o próprio Paulo Jardel, que era diretor nessa época, ele começa a viver um cenário de questões pessoais, ele ficou um pouco doente, teve uma série de coisas que foram surgindo na vida dele, e que isso de certa forma foi tirando um pouco do ritmo que ele vinha tendo lá na TV. Porque quando ele assume a TV, eu não estava lá ainda, mas ele... Todos têm o registro de como ele impulsionou, assim... Ele incorporou uma visão muito, assim, digamos, liberal na TV, sabe? Assim, de fazer concessões de espaço para poder ter uma contrapartida num investimento, sabe? De abrir a programação para quem tivesse uma proposta fechada e de audiência. Ele tinha uma visão muito nesse sentido e pouco conectada, de certa forma, com a proposta de TV pública. Ele entendia que TV pública não funcionava e não tinha função, sabe? Então isso era uma coisa que ele falava convicto. E ele não acreditava

em TV pública, e era muito doido ele estar numa TV pública. E isso, ele não tinha nenhum pudor, assim, era uma coisa que ele acreditava.

HN: Era uma orientação, mesmo. Da instituição.

GG: Era. Na verdade, esse espírito que ele colocou lá, de certa forma contaminou as pessoas pela própria... Sei lá, ele trouxe com ele, dentro dessa perspectiva, uma série de melhorias. Ele conseguiu atrair parceiros, ele conseguiu atrair investimentos, ele conseguiu contratar pessoas, deu um gás na produção e na programação, mais programas locais eram produzidos na TV... Então isso injetou um movimento que todos ficaram muito animados, entende? Então, de certa forma, esse espírito dele dizia para as pessoas que essa ideia era mais viável do que brigar por uma TV pública que não funcionava, que não existia. E isso era muito louco. Na verdade, ninguém pensava sobre isso. Ninguém questionava isso. Todos aceitavam o fato de estar funcionando, está ali e “parará” e enfim... E aí depois eu acho que comecei a ficar um pouco inquieta em relação a isso porque eu queria acreditar na TV pública. Eu cheguei lá e me deparei com uma TV pública que se negava, “não, eu não sou TV pública, eu quero ser uma TV aberta para as coisas” e tal. Então, eu tinha muitos conflitos em relação a isso, muitos questionamentos, mesmo. Comecei a impor uma certa resistência para algumas ações, para algumas coisas lá, e algumas pessoas pensavam como eu também. Isso, de certa forma, estava presente também na TV. Mas, enfim. Só que com o Paulo Jardel enfraquecendo um pouco o seu gás e sua força de ir para a batalha por recursos, isso acabou esmorecendo também lá, esse momento de glória também foi se apagando com um pouco da questão da saúde dele. E, aí, as coisas foram ficando mais complicadas lá. Os programas que precisavam de contrapartida ou que iam investir começaram de certa forma a perder o interesse, os recursos foram ficando mais escassos, surgiram dificuldades também na própria forma de contratação em relação à Fade, que tinha algumas restrições no repasse de recursos. Isso foi gerando entraves, entraves, entraves. E, aí, alguns programas que existiam e que tinham uma contrapartida vinda pela Fade, começaram a sentir os impactos e os efeitos de um retardo mesmo disso. E o Nosso Jornal, que existia nessa época com uma iniciativa da Datamétrica com o apoio da TV Universitária... E, assim, era uma coprodução, era uma coisa decidida lá entre eles que era importante para a TV. Então eles bancavam a estrutura e a TV abria o espaço. Porque normalmente a TV tinha um espaço para cobrar veiculação, uma série de coisas, mas a TV queria um jornal. Assim, Paulo Jardel tinha essa visão também, da importância do jornalismo, que era importante para a TV ter um telejornal. Isso era uma coisa que ele tinha muito claro.

Ele tinha uma lucidez para algumas questões que eram bem legais e, talvez porque ele tivesse um pouco do espírito de TV e de ter tido algumas experiências nessa área...

HN: Ele trabalhou na Globo...

GG: Isso. Então eu acho que ele tinha umas visões bem coerentes em relação à televisão. E aí, nesse caso, ele sempre foi um persistente na ideia de manter o telejornal. E, aí, quando a Datamétrica se esgota no sentido de conseguir manter o jornal lá, ele decide que não deve parar e que, para a universidade, também era algo importante, e que ele precisava honrar com isso. E, aí, ele tentou manter a estrutura desse jornal contando com as pessoas que já existiam na TV. E, aí, ele me chamou numa reunião e aí disse: “a gente não vai ter mais como manter a parceria com a Datamétrica, eles estão indo embora e eu quero manter o jornal. Eu acredito que o jornalismo é algo que toda emissora deve ter e 'pererê', e para a universidade, também, eles valorizam o fato de a gente conservar isso, então eu quero fazer isso, e eu queria muito pedir a você para entrar nisso, para poder assumir um pouco disso”. E eu surtei. Eu disse pra ele: “eu não posso assumir esse negócio! Eu nunca fiz isso! É muito...”. E, aí, ele ficou extremamente chateado comigo. A gente teve uma discussão enorme. Ele não aceitava o fato de eu me negar a fazer esse trabalho. E, aí, eu falei para ele que não era um me negar a fazer o trabalho, mas é que eu não podia assumir uma coisa que eu nunca fiz assim, de repente. A gente podia pensar outra forma. Mas ele: “você tem condições de fazer isso” e foi uma discussão horrível. E isso chegou até uma extremidade das relações pessoais. Ele tentou argumentar com pessoas da minha convivência pessoal para que eu entendesse que era importante. E, aí, depois, eu entendi que, na verdade, ele se ressentiu porque ele queria que eu tivesse dado um apoio a ele. E, aí, a gente voltou a conversar e eu disse: “bom, eu não queria que você entendesse que eu estava na verdade abrindo mão de dar um apoio à TV nesse momento, mas é que para mim também é uma situação difícil”. É uma situação profissional difícil, a gente assumir uma coisa imediata sem nunca ter exercitado. E, aí, ele disse: “não, então vamos pensar sobre isso, vamos reunir as pessoas”. Eu falei: “tá”. E, aí, a gente mobilizou... Ele foi mobilizando as pessoas na TV, Stella Maris, para que conversasse com a gente e que a gente pudesse ir assumindo as coisas todas. E, aí, a gente foi criando uma relação lá com as pessoas para pensar nessa nova estrutura do jornal. E como a gente não tinha recurso também, contando com as pessoas que já estavam lá, não tinha como dar conta do jornal. Então a gente teve que fazer uma mobilização contando com o apoio de estagiários, de pessoas que buscavam espaço...

HN: Então é quando a Datamétrica se retira do Nosso Jornal que é feito o convite para a sua participação lá. Você entra justamente no momento em que a Datamétrica sai. Você não chegou a trabalhar diretamente com o pessoal da Datamétrica.

GG: Exatamente.

HN: Foi em que ano?

GG: Isso foi em 2007. Em 2007, a Datamétrica se retira e aí a gente consegue organizar um grupo de pessoas que já existiam na TV para assumir o trabalho com o Nosso Jornal. Não houve um período de transição. A gente, na verdade... Quando as coisas já estavam difíceis, a própria equipe da Datamétrica já pedia colaboração das pessoas da TV. Então, em alguns momentos, as equipes da gente, como eu, Ismael, a gente fornecia material, ou matérias, ou o que a gente tinha para reforçar o conteúdo deles, porque eles também já estavam numa situação limite. E, aí, quando a coisa realmente se encerra para a Datamétrica, a gente passa a assumir, a gente chega nisso. E, aí, as pessoas da Datamétrica que ainda estavam lá ainda foram solidárias, repassaram os arquivos, o que eles tinham, os acervos, tudo ficou disponível para a gente. E uma troca de informações da rotina do funcionamento das coisas, de como eles se estabeleciam, os e-mails, os arquivos, as pastas, todo esse material foi disponibilizado. Os arquivos, os instrumentos de trabalho deles foram repassados. A gente pode ter essa disponibilidade deles, do material, dos arquivos todos.

HN: O jornal chegou a sair do ar?

GG: Não, ele continuou no ar. E, aí, a gente assumiu, mas a gente, de cara, tinha um formato, tinha... Não houve mudanças nessa mudança. A gente permaneceu com o mesmo cenário, a gente permaneceu com a mesma vinheta, a gente permaneceu com tudo, e não tinha como fazer alterações nisso. E a gente também não tinha condição de mexer nisso porque para a gente também era um contexto bem, muito novo. E, aí, a gente começa a dominar um pouco daquele universo das coisas que estavam ali. Dominar no sentido de conhecer, de se apropriar do que existia, para a gente poder entender o que é que a gente tinha. E foi um processo muito difícil porque a gente ia se deparando com as dificuldades, entende?

HN: Aprendeu fazendo.

GG: É, mas na verdade, a gente estava no processo de aprendizado, e a gente percebia que era necessário mais, que a gente precisava de mais estrutura, então o aprendizado já foi um aprendizado com muita angústia e sofrimento. Porque você ia percebendo e se dando conta que aquela estrutura estava realmente no limite. E a gente sempre tentando encontrar formas para sair desse aperto.

HN: Então você trabalhou no jornal por dois anos, não é isso? Ele saiu do ar em 2009...

GG: Foram dois anos.

HN: Começa em 2007 e vai até setembro de 2009.

GG: Isso.

HN: Desde o começo, a sua função era de editora do jornal?

GG: Na verdade, quando eu entrei, a gente... Eu não sei bem como é que as coisas... Eu não lembro bem. Eu entrei como chefe de reportagem, e eu acho que a gente compartilhava a editoria do jornal com o grupo que se formou, que era Stela Maris, Lourenço, Ismael... A gente meio que tentou formar um mutirão de transição. E, aí, eu fiquei com essa função de estruturar uma equipe e definir as pautas. E, aí, a partir disso, quando a gente consolida esse primeiro momento, aí, de fato, as pessoas falam que é importante que a gente assuma isso. A gente já conseguia conduzir. E, aí, foi a partir disso que eu assumo a chefia da edição do jornal. A partir disso, a minha inquietação mesmo é que eu percebia que o jornal não tinha nenhuma diferença de abordagem dos outros telejornais, e a gente começa a perceber que a gente tinha que ter um outro significado para, dar um outro significado para aquele, até porque as dificuldades que a gente tinha não davam conta, de certa forma, de uma rotina igual, de cumprir as pautas que as outras tinham que cumprir.

HN: Quando você entra no Nosso Jornal, em termos de profissionais, qual era a equipe? Tinha profissionais na reportagem, na edição?

GG: Vamos lá. Nessa equipe tinham dois profissionais, eu, que era chefe de reportagem e, depois, editora chefe, e Ismael Holanda, que era apresentador e repórter.

HN: Do mesmo telejornal?

GG: É.

HN: E, fora isso...

GG: Todos eram estagiários, com exceção do motorista e do cinegrafista...

HN: Que também eram...

GG: Eram profissionais da Fade.

HN: Contratados no mesmo regime que vocês.

GG: Isso. E todos os demais eram estagiários.

HN: A reportagem era...

GG: Toda feita por estagiários. Você pegou isso, né? É assustador.

HN: E, na produção, na produção do jornal, não tinha ninguém concursado?

GG: Não. A gente teve no momento inicial, quando Stela Maris participou. Ela trouxe...

HN: E por que ela saiu?

GG: Na verdade, ela, desde o início, deixou bem claro que ela ia ser só uma espécie de mediadora, entende? Paulo Jardim... Eu falei: “não me chama! Chama Stela Maris, que já fez isso, que é disso”, sabe? “Mas ela não pode, ela não quer, você sabe que, aqui, os funcionários não estão dispostos a trabalhar”, era o discurso de Paulo Jardim. E que, de certa forma, tinha um certo sentido, porque todos os profissionais jornalistas da emissora, eles já estavam

integrados a um sistema de pouca demanda do espaço da TV e outras atividades para poder... Então todo mundo tem uma vida complementar, profissional. E, aí, isso já estava instalado, as pessoas já tinham suas demandas, cumpriam suas demandas lá e, enfim, já tinham outros compromissos. E todos estavam já inseridos nisso.

HN: A remuneração de vocês era compatível com o salário que se pagava no mercado?

GG: Não. Não, mesmo. Bem abaixo. A gente recebia, na época, eu acho que abaixo do piso do jornalista. E isso era uma coisa de constante reivindicação lá. Não só em relação a isso, mas em relação à remuneração geral da equipe, dos estagiários, ou até a mais profissionais. A gente... Briguei muito por isso. Os estagiários não recebiam. Não existiam bolsas, nada. Era tudo muito conturbado, era tudo muito nebuloso, era um universo muito complexo.

HN: Você sabe informar qual era a fonte dos recursos, de onde vinha o recurso que pagava o seu salário?

GG: Desses programas de parceria que a TV tinha. Por exemplo... A Fade recebia e repassava para a TV. Então, tinha um programa de sei lá o quê. Então, esse programa paga uma cota para ele, veiculação, e essa cota entra e vai para bancar as coisas da TV.

HN: Em relação à estrutura e à falta de equipamentos, tanto equipamentos de reportagem quanto de espaço físico, em algum momento ela foi adequada?

GG: Não. Toda a estrutura era precária. A gente funcionava numa...

HN: Precária como? Defasada?

GG: É. A gente utilizava computadores defasados, a gente tinha uma internet pouco veloz, a gente não tinha programas de edição de texto, de arquivo, de material, não tinha nada, nenhum tipo de recurso para o telejornalismo existia disponível para a gente. E, aí, a gente vivia no improviso completo e absoluto. E a gente chegou numa hora em que... Éramos a solução para um problema da TV, que a gente, em lucidez, sabia que era inviável, mas que fomos, de certa forma, forçados e induzidos a assumir, e em assumir essa responsabilidade, a gente se depara com a realidade de ela não ser viável. Mas, aí, a gente teve que tocar por uma

questão de necessidade profissional. A gente tinha que trabalhar e a gente estava lá e precisava... Enfim. E, aí, a gente estava numa situação em que... Se deparar com aquilo ali... Não podia ser, de certa forma, um ambiente comum. E a gente começou, de certa forma, a desenvolver um diálogo com as pessoas que trabalhavam com a gente. Então, assim, a edição do jornal... As pessoas que trabalhavam lá, a gente abria um chamado para estágio, e, aí, as pessoas levavam currículo, a gente fazia uma seleção e essas pessoas entravam. E, aí, quem entrava, participava de reuniões. A gente fazia uma lavagem cerebral, de certa forma. A gente começava a discutir o papel de TV pública, o que é TV pública, o que é que seria um jornal numa TV pública, qual é a nossa função, e, aí, começava a discutir com eles a função de cada um, do questionar, do ir além, de a gente não estar preocupado no institucional, mas no resultado disso pro cidadão. O nosso foco é o cidadão, esse era sempre um slogan, “o nosso foco é o cidadão”. Sempre que tiver uma questão, pergunte: isso é bom para o cidadão? Como? Quando? Faça as perguntas. E sempre coloque o “e daí” no final. O quê, onde, quando, mas e daí? E essas reuniões, elas sempre eram muito frutíferas, eram muito férteis porque as pessoas se contaminavam por essa ideia, se sentiam pertencentes ao mesmo... À mesma linha de raciocínio. E isso mobilizou e motivou muitos estagiários a se envolver também pelo trabalho. Que era um trabalho pesado, que demandava um compromisso, uma responsabilidade imensa, porque tem a coisa da produção, da apuração, da finalização, e de toda uma série de coisas que, de fato, precisam de um envolvimento intenso. Então, a gente contou com vários estagiários que se desdobraram e que puderam fazer essa coisa de uma certa forma acontecer. De fato, isso.

HN: Um dos princípios de TV pública é que ela não seja nem uma TV do governo, nem uma TV da publicidade, do mercado. Como você avalia a questão da independência que vocês tinham? A independência editorial mesmo. [A entrevista é interrompida por um funcionário da TV Pernambuco que adentra à sala.] Como editora, você acha que tinha independência para tratar dos conteúdos que eventualmente estivessem na pauta? Me preocupa mais, uma vez que o jornal não tinha patrocínio privado, a questão da independência em relação à universidade e à política de um modo geral.

GG: Veja só. A nossa realidade era tão caótica, era tão difícil, e a gente vivia tão abandonado, a gente vivia numa situação de tanto esquecimento que a gente não tinha nenhum tipo de fiscalização, de controle, de avaliação, de balanço, de reconhecimento ou de qualquer outro tipo de retorno da emissora especificamente sobre o desenrolar do nosso trabalho. Mas a gente

sempre recebia da emissora as demandas, os pedidos de pauta, as solicitações que surgiam, e a gente tentava administrar isso. A gente também sempre tentou ter uma conversa com as pessoas da TV ou com quaisquer que fossem no sentido de que a gente trabalhava pela demanda do que a gente achava relevante para o cidadão. E, aí, em alguns momentos, a gente tinha sim que direcionar as nossas pautas para interesses que vinham ou da universidade, ou do pedido expresso do diretor da TV de alguma coisa. Porém a gente sempre se sentiu inquieto em relação a isso e tentava transformar esse assunto ou descobrir nesse assunto algo que fosse relevante de alguma forma para o telespectador, para o cidadão. Em alguns casos, assim, a gente conseguia ter resultados. Em outros, a gente tentava dar um... Distribuir, de certa forma, o tempo, um tempo para que fosse contemplado... Que fosse destinado à contemplação desse tema. Então, assim, era bem complicado para a gente, mas existia. A gente, de certa forma... Eu tive uma experiência, assim, de certa forma, de censura da reitoria, numa certa vez, num tema em que houve um protesto de coisas no campus e a gente tentou apurar. E a gente teve um indicativo: “bom, vocês não vão fazer isso, não é?”. E, aí, assim, foi bem complicado. Para mim, foi bem assustador, mas a gente não tinha suporte nenhum. Quem estava ali, quem decidia pelo jornal era a gente. Se a gente decidisse isso, a gente era louco porque na verdade não era a ideia, não existia uma determinação da direção ou da emissora em: “vocês estão livres para fazerem o que quiserem”. Isso não era expresso e não era, não. Mas a gente era por uma questão de esquecimento e de abandono, por falta de interesse e de organização, planejamento, de acompanhar o andamento do programa, do telejornal.

HN: Uma coisa comum nas TVs públicas é essa questão dos conselhos, que podem ter mais ou menos participação da sociedade, eleição direta ou não, ou indicação, nomeação etc. Vocês estavam submetidos, fora à direção, e a direção, por tabela, à reitoria... Estavam submetidos a algum conselho, a alguma autoridade que discutisse a programação, que desse sugestões, que fizesse críticas?

GG: Não. A TV Universitária, eu acho que, pelo menos nesse momento em que eu vivi e que estive lá, e participando do telejornal, não existia nenhum tipo de interferência ou participação dos conteúdos que ela exibia e trabalhava, de algo exterior à decisão da direção ou da reitoria. Não existia um conselho, não existia um grupo que... Uma comissão, ou nenhum tipo de articulação de qualquer ordem ou lugar que interferisse ou colaborasse ou participasse da programação dos conteúdos que eram trabalhados. Então, a gente vivia num cenário extremamente... De abandono mesmo e de isolamento. E eu acho que... Eu, particularmente,

falo isso, que fiquei de certa forma incomodada com os movimentos pela democratização da comunicação naquelas circunstâncias, porque eu percebia que existia uma reivindicação, mas que, de fato, não chegava lá, que não chegava nesse ambiente, entende? No sentido de buscar a direção, de buscar o reitor e dizer: “nós queremos”, de provocar essa abertura. Eu fiz esses questionamentos. Porque eu não podia estar ali dentro e chegar lá fora e dizer: “venham, pessoas da sociedade! Venham aqui dentro! Venham cá!”. E, de certa forma, até abria esse espaço quando as pessoas procuravam. “Olha, estamos aqui, comentem, critiquem, mandem sugestões, falem para as pessoas, mande seu e-mail”. E falava isso para as pessoas do movimento. Falava: “olha, vocês precisam vir aqui, precisam conhecer isso aqui, a gente está numa situação difícil, precisamos de...”. E isso nunca aconteceu. Pelo menos, enquanto eu estava lá, nesse contexto, não existia uma provocação da direção da TV para uma abertura maior, para que, enfim, se cobrasse da reitoria uma postura mais comprometida com a TV. Não existia isso. Até de participação nas decisões da programação... Não. E, aí, a gente sempre teve esse cenário na TV Universitária, que é um cenário bem particular. Que é um cenário de... Da visão que a universidade dava, tinha, para a TV. Primeiro que eu acho que a universidade desconhecia... Desconhece, eu não sei... Desconhecia mesmo a função de TV pública. E eu acho que quando ela indica e quando ela estabelece uma direção que tem um discurso avesso à estruturação, ao fortalecimento de uma TV pública, ela está de certa forma abrindo mão do papel ao qual ela tem que exercer. Então, eu acho que a universidade foi muito ausente no sentido de cobrar e de fiscalizar e de estabelecer regras para o exercício de gestão da TV pública, da TV universitária especificamente.

HN: Existia um canal de contato direto com o público? Uma ouvidoria? Como vocês faziam para, uma vez que estavam com essa ideia de fazer uma TV para o público, para o cidadão, qual era o canal que vocês tinham de contato com o cidadão? Como vocês faziam para tentar trazer essa participação?

GG: Então... Quando eu falo isso em relação ao cidadão, que a gente tinha que despertar nas pessoas que trabalhavam com a gente esse olhar de que a nossa abordagem tinha que estar centrada e focada no interesse do cidadão, né? Mas quem é que decide o que é o interesse do cidadão? Qual é esse interesse? Somos nós que somos sábios e iluminados, jornalistas e estudantes de comunicação? E a gente tentava acompanhar um pouco... A gente sempre tinha uma tendência a acompanhar os movimentos sociais. Eles sempre foram referências para a gente, nossas fontes. A gente tentou sempre estabelecer parcerias com esses movimentos

sociais. E órgãos que tivessem uma função semelhante. Então, isso, a gente sempre teve como um termômetro das nossas ações e estratégias.

HN: Mas por uma iniciativa particular e profissional, e não exatamente por um canal que existia na própria televisão.

GG: Não. E isso... Para te dar uma contextualizada, essa visão e essa mobilização que a gente, quando entra no Nosso Jornal, ela acaba impulsionando e envolvendo as pessoas ali nisso, que a gente era o único órgão pulsante naquele corpo. E a gente estava ali, estávamos presentes e falávamos coisas, mexíamos com as pessoas, mexíamos com os setores... Então, a gente aspirava, para o Nosso Jornal, todo um respaldo do que era a emissora. Então, a gente recebia as ligações da portaria. Então, a gente virou um... Concentramos uma energia que era a energia viva dentro da TV. Porém, a gente não tinha como dar conta de devolver ao telespectador questionamentos e abordagens da própria programação em geral. Mas tentando chegar perto dessa tua questão sobre como é que era a nossa relação com o cidadão, além da articulação com os movimentos sociais, a gente usava os mecanismos que a gente tinha, que era de divulgar o nosso e-mail e um telefone da redação. Então, a gente sempre anunciava isso no final da edição, nos breaks, que o telespectador podia participar pelo e-mail ou pelo telefone. Então, por esses canais, a gente recebia muitas vezes sugestão de pauta, reclamação de uma abordagem da pauta, ou: “a gente queria que vocês viessem aqui”, “eu não concordo com o que esse moço disse na entrevista”... E era uma coisa que era proporcional à nossa audiência. A gente não tinha um volume gigante de pessoas entrando em contato conosco.

HN: Já que você falou em audiência, como é que essa questão da audiência era tratada? Vocês tinham, por exemplo, alguma forma de respaldo, por exemplo, de pesquisa de audiência, para saber quantos pontos de audiência tinha, quem era a audiência do jornal? A TV tinha algum mecanismo para fazer esse tipo de levantamento? E existia também a preocupação de tentar trazer essa audiência para o jornal?

GG: Então... Eu volto a falar que as decisões e avaliações sobre o que acontecia em relação ao Nosso Jornal eram sempre isoladas. Elas não correspondiam a uma teoria ou a um planejamento da emissora. E a gente não tinha nenhum tipo de mecanismo de controle ou de sondagem, de como a gente estava tendo retorno...

HN: Como têm as outras emissoras.

GG: É. E, enfim, a gente tinha sim informações disso porque a gente conseguia resultados de outros lugares, de outras emissoras locais, e através desses dados a gente se pontuava, a gente se localizava. A gente chegava a dois pontos de ibope. Dois, três pontos de ibope. E, na TV, além de nós, o Opinião Pernambuco é que conseguia pontos, entende? O Opinião conseguia quatro, três e quatro, entende? E, aí, a gente pontuava. E, assim, a gente sabia que o telejornal conseguiu conquistar um espaço na programação local. Porém, quando a gente assume, a gente perdeu muito em qualidade de produção, porque a gente tinha uma dificuldade imensa de estrutura. A gente tinha reduzido profissionais de externa, a gente não tinha profissionais para dar conta de uma apuração mais forte. E quando a gente muda o nosso foco, por incrível que pareça... O grande desafio da TV pública não é só mudar o seu foco de abordagem, mas é também adquirir uma estrutura maior para conseguir dar conta do seu novo foco, que vai exigir uma apuração mais aprofundada, que vai exigir um investimento de reportagem maior, porque tem que ser melhor e tem que ser mais aprofundado. E isso aí é uma coisa que a gente tem que encarar. Não é só criatividade. A criatividade faz...

HN: E vocês encararam o contrário disso.

GG: Não é que a gente... É, a gente teve que encarar...

HN: Porque muda o enfoque e simultaneamente cai a estrutura.

GG: Exatamente, exatamente. Então a gente não consegue fazer o nosso desejo se concretizar. A gente sempre vive uma situação extrema, de limite. E a gente também questionava. A gente questionava o formato de apresentação que a gente queria dar, uma nova forma no ar, e a gente não tinha opção. A gente não tinha opção. A gente tinha que continuar com o que a gente tinha na mão, e isso também dificultou muito à gente ampliar e consolidar o que a gente tinha. Em relação à audiência, eu particularmente, dentro do telejornal e dentro do contexto de TV pública, acredito que é fundamental se pensar em audiência. Eu acho que a gente tem que levar isso a sério e tem que investir em busca dela. Por quê? Porque se a gente pensa em TV pública como um ambiente de produção de conteúdo de qualidade, de informação educativa, de entretenimento, de cultura, valorização do regional, a gente quer que isso chegue nas pessoas, ou não? A gente quer que isso transforme as pessoas. E, se a gente quer isso, é

importante que elas vejam a gente, que elas cheguem ao nosso conteúdo. Então, a audiência, para mim, é algo vital na TV pública, é o princípio das coisas, porque ela deve estar, de fato, próxima e acessível para as pessoas, para o público, para o telespectador, e muito mais para aquele público que não tem acesso a outras fontes disso, dessa informação de cultura, entretenimento, de qualidade.

HN: Mas, na guerra pela audiência, a gente não tende a se padronizar em relação às líderes de audiência?

GG: Não. Aí é que está um outro desafio da TV pública. É desenvolver mecanismos criativos para se alcançar um público que vai renovar sua própria condição e devolver para a TV a certeza de que vale a pena investir nela. Então, a criatividade, ela faz a diferença. Ela não é tudo, porque o investimento também é necessário, mas a criatividade faz toda a diferença. E a gente já teve sinais bem claros disso em outros ambientes. A TV Cultura de São Paulo é um sinônimo disso, é um exemplo disso, quando ela investe na programação infantil e consegue retornos absurdos. Até hoje, a gente acompanha, como Castelo Rá-Tim-Bum e etc, e tal. Criatividade. E investimento. Então, eu acho que a TV pública precisa associar essas duas coisas para alcançar a audiência. E eu acho que é possível sem ceder às tendências de mercado.

HN: A questão da política editorial... Quando você assume lá no Nosso Jornal, o que você tinha em mente como política editorial do Nosso Jornal? Qual eram os parâmetros? Ela estava escrita, determinada em algum lugar? Existia um manual de redação, alguma referência?

GG: Então... Quando eu cheguei lá, a gente percebia o seguinte: que o trabalho era muito bem organizado, era muito bem feito, existia uma equipe de profissionais competentes envolvida na produção e na realização do Nosso Jornal, eram pessoas sérias e comprometidas com a boa notícia, com o bem fazer da notícia. A notícia boa é muito flexível, subjetivo. Mas, enfim. Mas não existia ou não ficou para a gente um manual das práticas ou dos conceitos que eles exerciam. Isso a gente não teve, e a gente também não procurou. A gente tentou conhecer as ferramentas, entender a rotina, e a gente se adaptou a isso. E, aí, a gente percebeu que a gente pensava diferente. E, aí, a gente começa a estabelecer novas formas de trabalhar. Novas formas de priorizar os conteúdos que a gente queria trabalhar. A gente não chegou a formatar

nosso próprio manual de jornalismo. A gente estabelecia sempre as regras do que a gente tinha que perseguir. Como princípio, sempre o cidadão, o interesse do cidadão, e sempre buscar as nossas fontes nos movimentos, ampliar um pouco, mudar um pouco o foco e valorizar aqueles que não tinham espaço nas demais TVs. Isso era sempre as diretrizes que a gente procurava para se guiar. E, aí, a gente sempre acompanhava outras referências. A gente avaliava a produção do telejornal da TV Brasil, a gente acompanhava o da TV Cultura, e aí a gente teve acesso a uma série de documentos, mesmo, assim, que haviam produzido em outros lugares. Eu fiz algumas leituras do manual de jornalismo da TV Cultura e me foi muito inspirador, e muito daquilo já era vivido pela gente na prática ou nas próprias reflexões. E, aí, a gente tinha esse norte. A gente, de certa forma, não tinha muita elaboração no sentido de sistematizar o nosso método de trabalho, até porque tudo era muito transitório. A gente tinha estagiários ocupando as funções. Esses estagiários precisavam de outras oportunidades e essa rotatividade dessas pessoas não dava uma estabilidade para você consolidar uma equipe, consolidar um modo de fazer. Então, você... A gente sempre, a gente vivia sempre numa realidade de se transformar, de se renovar e de se adaptar e de repassar, e isso era muito desgastante. Isso foi sempre muito desgastante. A gente teve um momento muito vivo, muito motivado, mas a própria rotina foi trazendo, de certa forma, um desgaste. E a sempre presente realidade de dificuldade sinalizava sempre para a gente um limite. Até quando a gente vai ficar insistindo nisso? Até quando a gente vai... Então, isso era sempre uma coisa...

HN: E não dá para saber por quanto tempo a gente vai fazer isso porque pode a qualquer momento o jornal não existir mais.

GG: É. A gente tinha esse sentimento porque a gente não sabia até quando a TV seria capaz de manter aquela estrutura. E, por outro lado, nós mesmos não sabíamos até quando nossa estrutura pessoal ia dar conta daquilo, porque todos já estávamos, assim, numa situação de limite pessoal e profissional. Então, assim, eu cheguei a desenvolver uma série de dificuldades físicas mesmo, do cansaço, do estresse, porque além da própria demanda da profissão, de uma redação jornalística, da coisa do acompanhar, do apurar, da produção, da correria, do ritmo, do ritmo que o jornalismo tem, da coisa imediata e, enfim, da notícia, do fato e que a gente tem que estar acompanhando, a gente tinha uma situação que se somava a isso que era do próprio limite da logística. Então isso era muito pesado. Era uma situação toda muito difícil.

HN: Em relação à questão da definição da pauta, existiam alguns temas, algumas editorias que fossem prioridade para o Nosso Jornal?

GG: Olha, a gente sempre tinha uma certa tendência a buscar as coisas que tivessem um viés da reivindicação ou que tivesse algum, trouxesse algum benefício para as pessoas, ou que trouxesse um serviço que era de utilidade pública, enfim. E a gente tentava sempre pulverizar o nosso espelho de conteúdos que tivessem sempre abordagens e temáticas variadas. E isso também era determinado pela logística que a gente teria para o dia. Se a gente tivesse equipe para sair de manhã e se a gente tivesse equipe para sair à tarde. Então, às vezes, as nossas pautas eram mesmo definidas pela logística.

HN: Mais pela capacidade de fazer...

GG: É. Não era nossa capacidade de fazer, era pela condição material de se fazer. A gente tinha dias que não tinha carro, que não tinha câmera, que não tinha cinegrafista, o equipamento quebrou, e a nossa pauta era definida, de certa forma, por essas realidades. A nossa equipe de produção se empenhava em buscar as diversas pautas, o agendamento, a marcação com as pessoas, e muitas vezes a gente teve que desmarcar e faltar as nossas produções por falta de condição logística. De carro que não tinha, de câmera que quebrou, de cinegrafista que não chegava... Então, isso era decisivo. Então, quando conseguíamos executar as nossas previsões, a gente sempre abordava temas como saúde, economia, cultura... A gente sempre procurou ter uma agenda cultural. Esportes, passar um boletim de esportes, dos times. A gente discutiu depois: “vamos abordar outros esportes”, mas a gente não conseguia ter pernas para alcançar uma cobertura mais ampla.

HN: E tinha algum tema que vocês evitavam tocar?

GG: Polícia. Delegacia. A gente decidiu não fazer. A gente não abordava. A gente trataria, assim, quando o tema fosse para trazer algum serviço para o cidadão, quando tivesse algum tipo de informação que servisse para o cidadão. Mas casos policiais não eram nossas pautas.

HN: E em relação à pauta das outras emissoras? Havia um acompanhamento e uma certa referência em relação às pautas das outras emissoras? Como é que era essa relação do Nosso Jornal com os outros telejornais?

GG: A gente fazia a apuração e a gente fazia um monitoramento da mídia local. A gente ouvia rádios, os programas de rádio, de notícias, e alguns telejornais próximos da nossa faixa de exibição e os matutinos também, para sentir um pouco o que é que estava sendo pautado na mídia naquele dia, para entender o cenário. E, a gente, a partir dali, sentia como que o nosso estava. A gente fazia o espelho dos outros e a gente avaliava um pouco o que é que eles tinham trazido. Mas isso nunca foi decisivo ou servia de instrumento de comparação para as nossas. A gente acompanhava para sentir como é que eles estavam funcionando, e para saber onde é que a gente estava sendo semelhante. E, às vezes, a gente utilizava mesmo para um comparativo, para saber como a gente trabalhou, qual foi o nosso enfoque, e em algumas vezes a gente percebia que nós tínhamos a mesma capacidade de produção que os outros estavam fazendo com uma estrutura diferenciada. Mas a nossa inquietação era sempre em trazer um algo mais. E, dentro disso, a gente percebia que esse algo mais exigia mais tempo. A gente percebia que os nossos VTs, às vezes, tinham que ser maiores. E, aí, era uma outra questão que a gente discutia bastante. Era a questão dos tempos do VT. Porque, para dar uma pluralidade ao conteúdo, a gente tinha que ter uma dimensão de tempo menor para as pautas. E isso sempre foi um questionamento, e a gente tentava administrar para que pudesse contemplar as coisas com um pouco mais de aprofundamento, sem comprometer essa pluralidade.

HN: Você falou ainda agora sobre polícia, e me veio agora essa pergunta: por que é que tinha essa preocupação em não ser um jornal policial, como é tão comum?

GG: Porque a gente observava que essas coberturas de polícia, de ocorrência policial e delegacia, na verdade elas não traziam nenhuma informação que servisse para o cidadão no sentido de que ele pudesse mudar sua prática de vida ou adquirir uma informação que fosse útil para refletir ou coisa do tipo. E só constatava uma realidade de violência que a gente combatia. A gente não quer trazer uma realidade de violência. A gente quer trazer justamente o contrário: a gente quer dar ferramentas para que o cidadão possa combater a violência de uma forma saudável e que seja participativa.

HN: A questão ética também passava...

GG: Com certeza. E tinha uma questão ética, porque a abordagem normal da delegacia é de

exposição, é de trazer os elementos, a figura humana como um elemento de destaque de uma ocorrência. Então, a gente não concordava com isso e era um esvaziamento de um serviço, de uma política pública. Então, a segurança não é só em aplicar, de prender bandido. A gente discutia, a questão era essa: não queríamos discutir delegacia ou casos policiais. A gente queria discutir segurança pública. Tanto que, em alguns momentos, a gente chegou a questionar... Isso, veja, em 2007 para 2008... A gente teve a lucidez de perceber as inúmeras ocorrências ligadas ao crack, ao consumo e ao tráfico de crack, e a gente chegou a colocar em discussão com a nossa equipe a produção de uma série de reportagens sobre esse tema. Porém, a gente percebeu mais uma vez que seria necessário, ia demandar uma produção, uma série de equipamentos que a gente não tinha condições de estabelecer. Mas a gente teve essa lucidez de perceber e de identificar que era um caso que demandava já uma atitude... Chamava a atenção e demandava uma atitude de política pública de segurança em relação ao cidadão, às pessoas, ao cuidado com as pessoas.

HN: Como era a relação com a rede? Quando você entra no Nosso Jornal, é justamente quando surge a EBC...

GG: Exatamente, exatamente. Eu já estava no Nosso Jornal quando, num determinado dia, Paulo Jardel me liga chamando na sala dele. E, aí, eu chego lá e ele: “olha, aqui tem um telefone de uma pessoa chamada Felipe Parente. Ele é da manutenção de rede da TV Brasil. Eles estão inaugurando essa coisa aí da TV pública no Brasil e estão querendo fazer relações com as emissoras por aí. E eles ligaram para a gente, nós estamos bem interessados nessa relação, então ligue para ele porque acho muito importante que a gente estabeleça essa conversa”. E, aí, assim: “claro, claro, eu vou ligar para ele e vamos ver”. E, aí, eu levei isso para a sala, para a redação, e falei: “gente, olha, tem isso aqui e a gente... O que é que a gente acha? Eu acho que é importante a gente manter esse contato com a TV Brasil, tendo em vista que essa coisa toda aí... O governo lançando uma proposta de uma rede pública, como nunca antes no Brasil foi visto e tal. Eu acho que vale a pena a gente criar, estabelecer, sinalizar essa ideia de que a gente também está aqui, trabalhando isso”. E, aí, a gente fez um contato e existiu uma predisposição enorme em conhecer e cooperar e receber coisas nossas. E, aí, a partir disso, a gente estabeleceu uma relação com a rede, que, naquele momento, era uma relação espontânea e voluntária. A gente nunca teve nenhum tipo de retorno ou repasse financeiro para a troca de informação, para envio de pautas, e isso foi uma coisa que aconteceu. A gente tinha uma sistemática de sempre enviar conteúdos para a rede, para o

telejornal da TV Brasil, e a gente fazia isso com uma certa frequência na maior dificuldade e aventura possível, porque a TV Universitária, que tinha um recurso de poder enviar materiais pela própria rede de fibras teve, por acidente, esse canal com a Embratel cortado numa obra da prefeitura. E, aí, ela não tinha mais essa condição de receber um sinal, uma geração de conteúdo de qualquer parte, e nem enviar.

HN: Então, o conteúdo que vocês faziam para a rede era feito com a estrutura de vocês mesmo, com os recursos de vocês mesmo?

GG: Era feito... Não, era dentro da nossa produção. O que servisse para a rede, a gente mandava. Houve num determinado momento uma reunião de rede, de jornalismo com a rede. E, aí, eles convidaram e a gente foi, e, aí, nessa reunião, eles tentaram conversar o que é que seria uma pauta que interessava para a rede, como é que a gente devia abordar, e, na verdade, assim, era uma forma de ver que a gente já trabalhava, a gente já via, não foi nada novo. E a gente... E eu percebi, porque eu participei dessa reunião, que as nossas conversas estavam profundamente conectadas com a ideia que se tinha de jornalismo público naquele momento, e que a gente já trabalhava, porém, numa situação difícil. Mas a relação com a rede era feita por uma iniciativa nossa. Não existia nenhum incentivo, nenhum apoio ou nenhum tipo de favorecimento, nem da própria TV Brasil, nem da emissora para que a gente fizesse essa parceria acontecer.

HN: Era uma coisa que você achava legal, que houvesse esse intercâmbio.

GG: Eu achava sim, porque eu achava que era uma forma de a gente conquistar um espaço local dentro da programação nacional. De Pernambuco se pautar para o jornal nacional, no jornal nacional da TV pública, e para a gente ter uma relação também ampliada, de a gente se colocar de um outro lugar, e de a gente estabelecer uma relação também. Isso foi sempre bacana. As nossas pautas eram bem avaliadas, a gente conseguia um diálogo bacana e a gente também conseguia abertura de coisas em relação a eles, em receber material, enfim. E nosso envio era feito de uma forma aventureira, porque a gente fazia um material, um DVD, e saía correndo, literalmente, para gerar no prédio da Embratel, que ficava no centro da cidade. Então, era uma coisa de loucura mesmo.

HN: Qual seria a principal dificuldade do Nosso Jornal?

GG: Olha, eu acho que a maior dificuldade que a gente tinha era uma dificuldade material, uma dificuldade estrutural mesmo. E, essa dificuldade, ela limitava toda e qualquer forma de ação que a gente tivesse. Ela gerava outras limitações. Além disso, assim, a primeira e grande era essa falta de estrutura material. E a outra grande falta era a falta de reforços profissionais, de gente que pudesse somar e colaborar com os estagiários que estavam ali, porque eu acredito que a gente teve pessoas muito competentes, de reflexões muito interessantes, mas que ainda estavam no processo de formação e que não tinham condições de ter tanta responsabilidade. Não que elas não fossem capazes, ou competentes disso, mas elas não eram maduras o suficiente para ter tanta responsabilidade. E isso também gerou, de certa forma, uma certa... A gente também tinha... A gente amenizava na cobrança, a gente amenizava na pressão do resultado desse telejornal, porque a gente não podia exigir desse grupo de pessoas algo que era tão além da condição de momento deles, entende? E eu acho que era muito cruel. Isso era muito cruel com a equipe que estava ali, dessas pessoas. Mas que eram pessoas muito empenhadas, mas que tinham realmente as suas limitações de momento. E eu acho que essa condição da dificuldade de profissionais era um outro grande problema que a gente viveu e que também era resultado dessa primeira dificuldade, que era os recursos, a coisa de ordem material.

HN: Por que o Nosso Jornal acabou?

GG: Porque essa condição de limite extremo, de condição material, ficou evidente. E não havia mais como se conduzir um processo sem retorno para as pessoas, tanto profissional quanto material. E a própria TV viveu momentos de crise extrema com os cancelamentos de contratos com a Fade, com o esgotamento de fontes de recursos, com a fragilidade de saúde de Paulo Jardim. Isso foram fatores que, somados, levaram a TV a entrar num momento de esvaziamento. Nada que fosse tão diferente do que a gente estava, já vivia, sabe? A gente viveu momentos de grandes dificuldades, de grandes faltas, mas a gente sentia também que era o momento de a gente parar e de insistir com aquilo. De insistir com uma situação de dificuldade. Porque a gente não tinha nenhum tipo de reconhecimento naquele momento. Eu volto a dizer, e eu não quero transformar esse discurso aqui num discurso de pessimismo em relação à TV pública ou ao jornalismo público. Eu acho que é uma avaliação de um cenário específico, de um momento específico, de um lugar específico. E eu acho que esse lugar é um lugar que a gente precisa considerar e entender como um ambiente de grande possibilidade, de

grande repercussão. Porque a TV Universitária conseguiu estabelecer, pelo tempo dela e pela própria formatação que ela de certa forma insistiu em ter, pela sua própria essência, a tender a um público que queria algo mais, que queria algo mais com a sua cara, que falasse mais o seu sotaque, e eu acho que ela sempre se manteve nesse papel. E isso deu a ela um espaço cativo na casa das pessoas, na referência das pessoas, e isso tem uma proporção, isso tem uma chance imensa de reverberar, e está só esperando o momento, um espaço de explodir, de propagar, de chegar, de vir no ar. Então, eu acho que só existe mesmo uma falta de reconhecimento disso das pessoas que detém a gestão, que detém a compreensão da função e do papel disso. E eu acho que é uma grande arma na defesa da cidadania e da educação. E é isso.

E. ENTREVISTADO: ISMAEL HOLANDA

FUNÇÃO: APRESENTADOR DO NOSSO JORNAL DE 2007 A 2009

DATA: 16/12/2011

LOCAL: UNIVERSITÁRIA FM, RECIFE-PE.

HN: Como é que você chegou ao Nosso Jornal e como surgiu a oportunidade de participar dele?

IH: Não, na verdade eu já trabalhava aqui na TV Universitária, já era contratado da TV, já tinha passado por outros programas, o Opinião, tinha passado pelo TV Ciência, já estava aqui na rádio, já estava desde o início.

HN: Você era contratado pela Fade, não é isso?

IH: É, pela Fade. Aí, com a mudança de equipe, né? Houve uma mudança de equipe e o diretor na época, Paulo Jardel, me convidou para, primeiro... Na verdade, minto. Primeiro ele me convidou para integrar a equipe do jornal, então eu comecei como repórter. Fiz reportagem... Isso foi entre 2006 e 2009.

HN: Você chegou a participar do jornal na época da Datamétrica?

IH: No final. Peguei o final.

HN: Você chegou a ser contratado pela Datamétrica?

IH: Não, não. Então, eu ainda participei da equipe. Foi quando houve a mudança de equipe. Aí, a gente assumiu o Nosso Jornal.

HN: A sua primeira função no Nosso Jornal foi de repórter?

IH: Foi de repórter.

HN: E, depois, você assumiu a apresentação.

IH: A apresentação. Aí, continuei também fazendo a reportagem, edição de texto... Na verdade, a gente fazia de tudo, ali, né? Produzia, também. Então, era um trabalho bem interessante.

HN: Em relação à equipe, quantos profissionais havia naquela época?

IH: Profissionais na primeira equipe, você fala? Ou na segunda, já?

HN: No geral, na tua experiência lá no Nosso Jornal.

IH: Olha, profissionais, no início, a gente tinha vários, né? Tinha Catarina... A gente tinha duas profissionais, que eram Catarina e Elian, eu, tinha Fabiana Maranhão, também, que revezava comigo a reportagem. Aí, em seguida, com a nova equipe, a gente tinha eu e Guida Gomes. Quando a Datamétrica sai, aí eu e Guida Gomes, os jornalistas, né? E, o restante, a gente trabalhava com estagiários aqui da casa mesmo. Estudantes da universidade e também de outras faculdades.

HN: O pessoal concursado, da casa mesmo, não trabalhava no jornal?

IH: Na equipe principal, não. A gente tinha pessoas na equipe técnica. A gente tinha profissionais na parte de estúdio. Edição, algumas vezes, porque quem pegava a edição do Nosso Jornal, que era o Sérgio, também era contratado. Era quem fazia a maioria das edições. E o Flávio, também, que fazia, também era contratado. Assim, o pessoal da casa, eles atuavam na parte de estúdio, mesmo, na parte técnica.

HN: Em relação à contratação pela Fade, havia um processo seletivo? Eles abriam algum edital de inscrição?

IH: Não. Era uma contratação direta. Eu comecei aqui no estágio, fazendo estágio na TVU. Quando me formei, passei então um tempo ainda não contratado pela Fade, prestando serviço para cá, e em seguida houve o contrato lá, creio que em 2004, houve o contrato pela Fade. Mas não tinha nenhum tipo de processo seletivo.

HN: Seu contrato durou até 2009?

IH: Até setembro de 2009. Dia 8 de setembro, quando acabou.

HN: Em relação aos salários, os salários que a Fade pagava eram compatíveis com os salários que se praticavam no mercado?

IH: Não. Eram mais baixos. Isso a gente leva por conta de sindicato e por conta das conversas com colegas também.

HN: Qual era a fonte dos recursos do Nosso Jornal, já que você participou nesses dois momentos?

IH: Olha, eu peguei o finalzinho da Datamétrica. No início, a Datamétrica, o jornal era patrocinado por ela. Então, quando o jornal acabou... Assim, o que a gente tinha acesso, a gente não tinha a tudo... Mas aí a TV assumiu. A TV assumiu e a gente passou a levar o jornal sem tanta estrutura. Foi uma coisa meio súbita a saída, pelo pouquinho que eu pude acompanhar. O final da Datamétrica... Razões, eu nem sei te dizer quais. Mas eu peguei o finalzinho da Datamétrica. Então, assim, depois, a TV assumiu. A direção, na época, resolveu não tirar o jornal do ar, manter o jornal. Já tinha um público, eles criaram...

HN: Ele chegou a ficar fora do ar, o jornal, nessa transição?

IH: Não, não chegou a ficar fora do ar, não. Foi direto. Ele foi direto. Não houve nenhuma pausa para a reestruturação. Ele só veio a sair do ar, mesmo... A gente encerrou o contrato no dia 8, que era uma segunda... Foi na sexta-feira anterior que a gente encerrou, se eu não me engano. Mas, assim, foi nesse período.

HN: Mas a fonte de recursos que ia para a Fade e que pagava vocês e a estrutura do jornal era uma coisa que vocês não conheciam.

IH: A gente não tinha muito acesso. Pelo menos, durante esse período de transição, não deu tempo de ser conversado nada, então essa parte ficava toda entre a direção e a Fade. Tanto que depois que o jornal acabou, cogitou-se uma volta, mas, aí, também houve uma mudança de reitor, uma mudança de direção, e assim, até hoje, ficou em suspenso. A gente não sabe,

realmente.

HN: A estrutura em que vocês trabalhavam – eu falo de estrutura tecnológica, física, mesmo – era compatível com a necessidade de um telejornal? Ela atendia à necessidade de um telejornal?

IH: Não, não. A gente tinha muitas dificuldades. A gente tinha problemas com equipamento, a gente tinha problemas até com pessoal, a gente não tinha o pessoal suficiente, e a gente tinha uma equipe boa, mas a gente não tinha nenhum aparato técnico que fosse suficiente para cobrir um telejornal. Então, o que a gente fazia... A gente fazia muito com pouco. A gente só tinha uma equipe que cobria a manhã e a tarde, o que não dava para você brigar com cinco equipes, três, quatro, de outras emissoras. Mas a gente tinha essa consciência, então, a gente fazia dentro, tentava fazer dentro do possível, embora muitas vezes a gente tivesse que fazer escolhas dentro de um universo de fatos, mas a própria dificuldade de equipamento técnico mesmo, até de câmera, microfone, de ilha de edição, deixava a gente num espaço limitado. Mas a gente conseguia, dentro desse espaço, uma qualidade que a gente não vê hoje. Inclusive, a gente tinha a oportunidade de, até por ser um espaço pequeno, de aprofundar, de trabalhar, de prever o dia seguinte, antecipar, melhor dizendo, o dia seguinte.

HN: Esse despreendimento dessa correria do telejornal permitia essa....

IH: É. A gente compensava dessa forma, porque a gente chegou a ter dificuldades aqui, até de bateria de câmera, enfim, coisas assim que... Fatos que dificultavam a vida. Mas a gente, dentro do possível, conseguia. Tinha problema também com teleprompter, mas a gente entendia a dificuldade e tentava fazer o melhor possível dentro do pouco que a gente tinha.

HN: Em relação à autonomia do processo das pautas, da atividade jornalística propriamente dita, vocês entendiam que havia essa autonomia em relação tanto à universidade quanto em relação aos mantenedores do jornal?

IH: Olhe, falando pela minha época, eu já peguei assim... Eu não posso falar pela Datamétrica, porque eu já peguei muito no final, já acabando, então eu não tive muito contato. Na verdade, quando a gente chegou à equipe do jornal, a Datamétrica já tinha saído. Mas estava naquele período de transição, Datamétrica, TV Universitária, pela TV Universitária.

Então, assim, eu não cheguei a ter contato com esse trabalho.

HN: Mas, na sua época, a universidade intervinha na pauta?

IH: Sim. A gente tinha uma demanda da universidade, que a gente era, por ser da TV Universitária, a gente era obrigado, sim, a cobrir. Mas a gente tentava fazer de tal forma que não ficasse nada tão institucional. A gente tentava equilibrar essas pautas que... A gente realmente tem uma demanda por ser daqui, a gente compreende isso, mas a gente tentava equilibrar também com o factual e com materiais produzidos também.

HN: Isso chegava a atrapalhar a saída da equipe de reportagem?

IH: Olha, dava um certo trabalho por conta do material reduzido. A gente tinha uma equipe que não dava para cobrir... Muitas vezes a gente tinha que ir, sair para a universidade e abandonar uma outra coisa também importante. Então era complicado. A dificuldade estava aí, na nossa pouca estrutura. Então a gente tentava atender aos dois lados. Nem sempre era possível, mas tentamos fazer o melhor sempre.

HN: Havia uma política editorial do Nosso Jornal? Havia uma discussão a respeito de qual era a linha editorial do jornal e quais eram os temas que eram de relevância para o jornal?

IH: Bom, dentro da equipe que a gente trabalhou, a segunda, existia uma diferença, sim, de um momento para o outro. Mesmo tendo pego no final, eu pude participar ainda da equipe anterior, então você sentia que existia uma diferença.

HN: Qual era a diferença?

IH: A equipe anterior, eles tentavam bater bem mais em cima do factual, em cima de trabalhos que seguiam uma linha de outros telejornais. Então, já a equipe que veio depois, a gente tentava... A gente sabia que não tinha condições de correr paralelamente com a linha deles. E, também, por ser o último telejornal, a gente não queria ficar repetindo tudo que os outros já disseram.

HN: O último...

IH: O último telejornal local, que a gente fala. Então, bom, não dá para a gente ficar só no repeteco. Inclusive algumas pessoas, na época que eu estava na transição, me perguntavam: “nossa, vocês são o último telejornal”, já, pessoas na rua, “que proposta vocês têm de antecipar? Vocês não estão antecipando, vocês estão repetindo”. Isso começou a chamar a atenção. Então a gente tentou trabalhar de uma outra forma. Já que a gente não tinha condições de atender a uma demanda total, porque isso não existe, então a gente começou a selecionar os temas dentro das áreas específicas, de cultura, de economia, de política, tentando dar um aprofundamento maior nessas pautas. Tanto que a gente, diariamente ou quase que diariamente, a gente tinha as entrevistas em estúdio, que era justamente para aprofundar determinadas pautas.

HN: Existia algum tema ou alguma abordagem que havia o entendimento de que ela não cabia ao Nosso Jornal? Algum tema, alguma pauta específica?

IH: Olha, por exemplo, no que diz respeito às pautas policiais, a gente tinha um certo cuidado. A gente nunca trabalhou e nem queria trabalhar a coisa policialesca, como se chama, a violência pela violência. A gente tentava...

HN: Por que não?

IH: Para não cair na questão da banalização. Então, o que é que a gente fazia? A gente dava, sim, o fato, mas a gente ia buscar um aprofundamento dos porquês, não só o fato pelo fato. A violência pela violência aconteceu, mas por que isso acontecia? A gente trazia um especialista para tentar explicar do ponto de vista do comportamento, do ponto de vista social, do ponto de vista político, por que é que aquilo estava sendo gerado. Então a gente tentava, na medida do possível, dar esse outro lado.

HN: E por que havia essa preocupação em ir por esse lado, por esse caminho mais analítico, menos sensacionalista?

IH: Primeiro, a gente tem que pensar que a gente está numa TV educativa. Então o próprio nome já puxa para essa obrigação. Nós temos uma TV ligada a uma universidade, e isso já

chama a questão da educação, então a gente tentava não só chamar a atenção para o fato, mas chamar a atenção também para o que é que gerou aquilo, que tipo de consequência que aquilo ali podia surtir na sociedade, nas pessoas de uma maneira geral, e não só causar um pânico, causar um medo e tentar chamar uma audiência pela audiência, que é o que a gente vê, infelizmente.

HN: Eu tinha aqui uma pergunta que era: qual era o diferencial da pauta do Nosso Jornal em relação a das outras emissoras? Eu acho que é por esse caminho que você diz, de assumir para si que se é uma emissora de um caráter diferente e, por causa disso, trazer a notícia de uma forma diferente também.

IH: É. Também. Mostrar um outro lado, porque, às vezes, você... Eu acho que a nossa função é não apenas informar por informar, mas você tem que gerar um benefício com essa informação. Acho que uma informação bruta, ela não tem sentido. Você tem que informar... Já que a gente não tinha essa questão da concorrência, do patrocínio forte, entendeu? De ter que responder a esse estresse, como a gente chama, então a gente tentava ir pelo outro lado. A briga pela briga gera isso, e a gente não queria. Queria mais era aprofundar, mostrar o outro lado, mostrar o que é que aquilo ali significa, para a população, o porquê daquilo.

HN: Vocês tinham algum relacionamento com a rede? Com a TV Brasil? E como é que... As pautas eram discutidas com a rede também? Como era esse processo?

IH: Olha, a gente recebia os pedidos. A gente tinha essa dificuldade de atender a todos, e a gente deixava isso bem claro, por conta do dia a dia, que a gente tinha que cumprir o dia a dia, e a gente recebia alguns pedidos. Na medida do possível, a gente tentava responder a esse jornal, o jornal da TV Brasil, mas a gente também tinha outros canais. O Nosso Jornal também, e eu aproveitei durante muito tempo um canal maravilhoso chamado Espelho Brasil, também pela TV Brasil. Os telejornais... Em outras épocas, a gente trabalhou também com a TV Cultura, e continuava trabalhando, às vezes. A gente recebia alguns pedidos também da rede Cultura, apesar de que o canal, a abertura para eles era mínima, após a mudança.

HN: Mas havia uma discussão de pauta com a rede, ou era uma coisa vertical, eles pediam e a gente fazia?

IH: Olha, geralmente era mais pedido. As discussões... No final, houve esse contrato com a TV Brasil, o nosso processo ia ser ampliado, justamente por essas discussões e para haver um canal maior, mas foi justamente quando houve a mudança e o jornal infelizmente acabou. Mas a gente começou a ter um contato com eles. Eu lembro que, na época do carnaval, eles vieram para cá. A gente começou a fazer um contato, daí, em seguida... Mas aí foi no ano em que encerrou. Aí, esse trabalho foi interrompido, antes de se ganhar uma proporção maior.

HN: Uma característica das TVs públicas é a questão da participação da sociedade através de conselhos, através de ouvidorias, através desse tipo de instrumento. Havia alguns desses instrumentos na sua época lá no Nosso Jornal? Existia um conselho, uma ouvidoria?

IH: Conselho, não, não.

HN: Como é que a sociedade participava, se é que ela participava?

IH: A gente recebia... A gente não teve conselho, na época. A TV, agora é que ela está passando por um processo de reestruturação, que o conselho começa a existir. Mas na nossa época não havia isso. A gente trabalhava como mais um núcleo da TV. Com a mudança de equipe, o jornal se integrou mais à TV Universitária, passou a fazer mais parte da programação. A gente recebia, assim, várias sugestões da própria universidade, sugestões de público, a gente recebia alguns e-mails. As sugestões que vinham de forma pessoal... E a gente tentava, na medida do possível, atender, até porque a gente tinha essa preocupação. As próprias entidades sociais entravam em contato, sempre estavam mandando pautas e a gente discutia entre a gente em reuniões semanais. E, bom, dentro disso, dentro dessas possibilidades, e levando em conta a pouca estrutura, que sempre foi o problema maior que a gente sempre enfrentou, a gente sempre tentou atender essa demanda também.

HN: Mas, institucionalizado, não havia um conselho.

IH: Não na época. Não te respondo nem pela época da Datamétrica. Eu não sei como é que... Eu não tenho noção de como funcionava. Eu trabalhava em outras equipes e não estava ligado a eles. Mas, na nossa época, um conselho específico, não.

HN: A questão da audiência. A gente falou um pouco sobre isso. Mas como é que a audiência era tratada? Vocês tinham uma preocupação em buscar pontos de audiência, em atingir uma audiência mais ampla? Como é que vocês lidavam com esse tema?

IH: A gente sabe que existe uma limitação. Lógico que a gente tem, tinha essa ideia. A gente quer buscar a audiência também, mas a gente tem noção das limitações. A gente não tem o instrumento aqui para medir essa audiência. A TV ela não tem. Nem a TV nem a rádio têm o instrumento para fazer essa medição. Até se conseguia através de outros meios. Quando você fazia comparação da emissora, daqui da rádio ou da TV, quando você importava, conseguia através de outros meios, o ibope de outras emissoras. Mas, essa preocupação, a gente tinha, sim, com a qualidade. E a gente acha que, com a qualidade, a gente obtinha. Até porque essa audiência, a gente sentia pelas “pesquisas de boca”, como a gente diz.

HN: O que são essas “pesquisas de boca”?

IH: A gente buscava saber na universidade, entre as pessoas, e as pessoas vinham até a gente, o público na rua... Infelizmente, a gente não tinha uma forma de medir isso oficialmente. Mas a gente sentia que o jornal, ele tinha um público também diferenciado. E é um público que busca fugir das novelas, busca fugir do convencional das TVs abertas, daquela mesmice, que buscavam na gente uma alternativa. Isso aí a gente tem certeza. Eu acho que durante esse tempo, foi um tempo curto, mas eu acho que se cumpriu o papel. Eu acho que infelizmente essa... Eu acho que foi uma perda grande. O jornal tinha condições de crescer mais ainda, de fazer um trabalho, de ampliar muito mais o trabalho, mas as coisas são assim mesmo.

HN: Quais eram, na sua opinião, as maiores dificuldades do Nosso Jornal?

IH: Como eu te falei, a nossa maior dificuldade sempre foi a questão técnica. A gente esbarrava nisso, em equipamento, infraestrutura... Pessoal também, porque a gente precisava de uma equipe maior, né? Colocar um jornal na rua, diário, não é fácil. Mas o aparato técnico era... Equipamento, pessoal, era sempre o que dificultou mais. A gente tinha uma equipe muito boa, porque, apesar das dificuldades, era uma equipe muito unida. Então a gente, dentro desse pouco, a gente fazia muito. É isso que fazia o diferencial do jornal. As dificuldades eram essas.

HN: Foi dito a vocês, explicado, comunicado, por que o jornal tinha acabado?

IH: Olhe, foi uma coisa meio de repente. A gente foi orientado pela TV que a gente iria encerrar, a gente recebeu as orientações de como agir dentro dos direitos, enfim, mas a razão em si... A coisa ficou meio em suspenso. A Fade, a gente soube que ela não ia mais poder contratar essas pessoas. Manter, na verdade. E foi meio que de repente. Eu lembro que no último dia a gente não sabia exatamente o que dizer ao público. Então a gente teve que dizer que o jornal ia passar por um processo de reestruturação. A emissora, melhor dizendo. Mas...

HN: Mas o motivo pelo qual eles estavam dispensando todo mundo nunca ficou claro?

IH: É, nunca ficou tão claro. Pelo menos, para a gente, nunca ficou tão claro. Mas, dentro de uma situação como essas, a gente acha por bem nem correr tanto atrás, porque, bem, o final foi declarado e a gente precisava encerrar. Mas, para a gente, nunca ficou tão claro, 100%. A gente sabe que a Fade não queria mais manter, até porque, dentro da universidade, isso esbarra em questões jurídicas, é um processo muito mais complicado para você ter pessoas contratadas, por ser uma instituição pública.

HN: No teu caso, depois da demissão, eles pagaram tudo certo? Teve algum...

IH: Não, não, não. Quanto a mim, eu posso dizer que foi tranquilo. Houve o pagamento, a gente recebeu os direitos, seguro, dentro do tempo certo... Quanto a mim, eu não tive nenhum tipo de problema. Isso aí foi encerrado de forma bem tranquila.